



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**A OBJETIVAÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA NOÇÃO DE CICLO DE VIDA: INTERROGANDO AS PRÁTICAS DE SABER/PODER DO UNICEF**

**BELÉM**

**2013**

**JULIANA DE CASTRO NOGUEIRA**

**A OBJETIVAÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA NOÇÃO DE CICLO DE VIDA: INTERROGANDO AS PRÁTICAS DE SABER/PODER DO UNICEF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**Orientadora:** Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Cristina Silveira Lemos. Coorientador: Pedro Paulo Freire Piani.

**BELÉM**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Nogueira, Juliana de Castro, 1986-

A objetivação da violência a partir da noção de ciclo de vida: interrogando as práticas de saber/poder do Unicef / Juliana de Castro Nogueira. - 2013.

Orientadora: Flávia Cristina Silveira Lemos;

Coorientador: Pedro Paulo Freire Piani.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2013.

1. Violência. 2. Famílias pobres. 3. Crianças. 4. Adolescentes. 5. Unicef. I. Título.  
CDD 22. ed. 364.3

---

**JULIANA DE CASTRO NOGUEIRA**

**A OBJETIVAÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA NOÇÃO DE CICLO DE VIDA: INTERROGANDO AS PRÁTICAS DE SABER/PODER DO UNICEF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Cristina Silveira Lemos (Orientadora)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani (Coorientador)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lucia Boarini

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria dos Remédios (UFPA)

---

Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Suplente

---

Dedico este trabalho a Deus, que, na sua infinita misericórdia, me deu forças nos momentos difíceis, e a meus pais, a minha irmã e a meu noivo.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Pará (UFPA), pelos anos de estudo que venho trilhando nessa instituição, desde a Graduação em Psicologia.

À CAPES, pelo financiamento da bolsa de estudos, nesses dois anos de Mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA, no que tange à coordenação, secretaria e corpo docente. Em especial, ao secretário Ney, que, com muita gentileza e eficiência, realiza seu trabalho.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Cristina Silveira Lemos, que, com seu conhecimento profundo nos estudos foucaultianos, sempre me instigou com sua fala e seus escritos. Foi um privilégio ter sido sua orientanda! Muito obrigada por sua simplicidade e solicitude, por ter acompanhado de perto esta pesquisa, por meio das orientações e leitura do texto. Obrigada, também, por me oportunizar a escrita de artigos em parceria com você – uma experiência riquíssima de aprendizado! Sou imensamente grata por sua atenção e carinho!

Aos professores Prof. Dr. Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira e Prof. Dr. Mauricio Rodrigues de Souza, que me acolheram no PPGP de forma carinhosa e sempre confiando em meu trabalho. Foi uma grande satisfação ser, mais uma vez, aluna de vocês: obrigada pelo rico aprendizado!

Ao Prof. Dr. Ricardo Pimentel, que, mesmo distante, sempre se fez presente seja nos encontros pelos congressos em que participamos, ou por meio de seus textos.

Ao Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri, que acompanhou este trabalho desde a Qualificação, muito obrigada pelas preciosas indicações de leituras e por aceitar compor a banca na defesa.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Boarini, que gentilmente aceitou o convite para ser membro desta banca, meu muito obrigado!

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria dos Remédios, pelas contribuições na banca de Qualificação e por aceitar gentilmente compor a banca de defesa. .

A Rony Farto Pereira, pela revisão da gramática e das normas da ABNT.

Ao grupo de estudos *Transversalizando*, no qual pude realizar estudos em grupo, aprimorar leituras, conhecimentos, travar debates. Em especial, agradeço aos amigos Giane Souza e Franco, pelo carinho e pelos estudos realizados conjuntamente.

A meus pais, que sempre incentivaram meus estudos e buscaram suprir todas minhas necessidades financeiras e emocionais, de modo a me ajudar a ter tempo e tranquilidade para me dedicar a minhas empreitadas acadêmicas. Muito obrigada, amo vocês!

À minha irmã Marília, que sempre acreditou em mim, me deu forças e riu quando eu disse que achava que não conseguiria... Te amo muito, sua tranquilidade me inspira!

A meu amado noivo Fabrício, que não poupou esforços para me ajudar em tudo que eu precisasse, se desdobrando para que tudo desse certo, mantendo-se firme em seus sentimentos, mesmo quando precisei passar um semestre longe para estudar e, neste momento em que, por motivo de trabalho, resido em outra cidade. Muito obrigada por seu amor e companheirismo e desculpe se algumas vezes descontei em você minhas preocupações e angústias.

À minha tia Vera Lúcia, que me acolheu em sua casa em Macapá, me ajudando a me adaptar a uma nova vida, o que ficou muito mais fácil enquanto pude desfrutar de sua companhia. Muito obrigada, tia, pelo carinho e acolhida!

À minha prima Gabriela, que carinhosamente me ajudou com o resumo em inglês.

À minha querida Ana Lúcia Silva, que ajudou em minha entrada no Mestrado, oferecendo livros, colocando-se à disposição para ajudar e me dando aquela força! Muito obrigada pelo carinho, por seu jeito espontâneo e leve de ser.

À Cristiene Santos, cujas falas me ajudaram enormemente a entender melhor os conceitos e a metodologia propostos por Foucault. Muito obrigada por sempre se dispor a ajudar e pela amizade.

À Ana Carolina Franco, que se tornou uma grande amiga: sem você, desenvolver este trabalho teria sido muito mais difícil! Muito obrigada por dividir

comigo seu conhecimento, me acalmado quando eu me desesperai e indicar, de forma simples, um pertinente caminho.

Às amigas do peito Roberta e Wandria, que sempre me deram apoio e força nessa jornada. Meu muito obrigado de coração!



Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(Michel Foucault)

## RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar a objetivação da violência para o UNICEF, a partir da problematização da noção de ciclo de vida, estratégia adotada por essa agência para o enfrentamento da violência. Realizamos uma pesquisa histórico-documental do livro *Análise da violência contra a criança e o adolescente, segundo o ciclo de vida no Brasil* - conceitos, dados e proposições, publicado em 2005. As análises pautaram-se na metodologia arqueogenealógica proposta por Michel Foucault. Observamos que a produção da violência, nesse documento, levou em conta sua abrangência e especificidade de manifestação em cada fase de vida. Com isso, o UNICEF buscou operar a gestão biopolítica dos corpos de crianças e adolescentes pobres do Brasil, em uma perspectiva calculista neoliberal. Concluímos que as práticas de saber/poder propaladas por essa agência procuram o controle dos riscos através da individualização da problemática da violência, o que em nossa análise contribuiu para a estigmatização das famílias pobres, tomadas como as principais responsáveis pela reprodução da violência.

**Palavras-chave:** Violência. Ciclo de vida. UNICEF. Foucault. Arqueogenealogia.

## ABSTRACT

This dissertation aims at analysing the objectifying of violence for UNICEF from problematizing the life circle notion, which represents a strategy adopted by such agency in order to face violence. A historical and documental research of the book published in 2005, “*Análise da violência contra a criança e o adolescente, segundo o ciclo de vida no Brasil - conceitos, dados e proposições*”, was performed. The analyses were based on the archeogenealogic methodology as proposed by Michel Foucault. It was observed that the production of violence in this document considered its range and specificity of manifest in each life phase. Thus, UNICEF intended to operate a biopolitical management of the bodies of impoverished children and adolescents in Brazil through a neoliberal and calculated perspective. It was concluded that the knowledge/power practices implemented by this agency objectives risk control through individualising the matter of violence, which in our analysis contributes to stigmatising underprivileged families considered to be the main actors in reproducing violence.

**Keywords:** Violence. UNICEF. Life circle. Foucault. Archeogenealogy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1-OPERADORES METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS .....</b>	<b>20</b>
1.1 Da escola metódica à construção da noção ampliada de documento.....	20
1.2 Contribuições da Escola dos Annales.....	23
1.3 Foucault e a constituição do método arqueogenealógico.....	29
1.3.1 “Arqueologias” .....	29
1.3.2 Arqueologia da Percepção.....	29
1.3.4 Arqueologia do Olhar.....	31
1.3.5 Arqueologia do Saber.....	33
1.3.6 Genealogia, ferramenta analítica do poder.....	38
1.3.7 Poder e artes de governar.....	44
1.3.8Tecnologias de Poder: o nível do detalhe e a emergência da população.....	49
1.3.9 Biopolítica e medicalização da vida.....	57
<b>2 - GESTÃO DA INFÂNCIA E A EMERGÊNCIA DO DOCUMENTO.....</b>	<b>60</b>
2.1 Práticas vizinhas à produção do documento.....	60
2.2 Breve apanhado sobre o governo da infância.....	63
2.3 Descrição do documento em análise.....	69
2.3.1 Interrogando algumas pistas encontradas no documento.....	72
2.3.2 Considerações sobre a montagem do documento.....	74
<b>3- A INVENÇÃO DA INFÂNCIA E A CONSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>91</b>
3.1 Psicologia do Desenvolvimento algumas noções de infância.....	93
<b>4-HISTORICIZANDO O OBJETO VIOLÊNCIA E O LUGAR PRODUZIDO PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....</b>	<b>102</b>
4.1 Considerações sobre as políticas para a infância e juventude no Brasil.....	112
<b>5-O DESMONTE DO DOCUMENTO E AS SÉRIES EMERGENTES.....</b>	<b>125</b>
5.1 A objetivação da violência.....	125
5.1.1Violência, um “fenômeno multifacetado”.....	126
5.1.2 Objetivação da violência como um problema de saúde pública.....	131

5.2 Ciclo de vida e reprodução da violência.....	134
5.2.1 Combate à reprodução da violência .....	138
5.3 A Família e escola e as práticas de saber e poder do UNICEF.....	143
5.3.1 Família, proteção e perigo.....	143
5.3.2 A escola e sua função estratégica à gestão da vida.....	149
5.4 Conclusão.....	152
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>165</b>

## **Introdução**

Estudar o objeto<sup>1</sup> violência significa adentrar um campo heterogêneo de forças que envolvem múltiplas definições conceituais, as quais dizem respeito a uma crescente categorização sobre o objeto violência, objetivada de acordo com o público atingido, a forma como se manifesta, o local onde ocorre, o impacto que provoca, dentre outros fatores. Com isso, observamos uma diversidade de nomenclaturas, como violência contra a mulher, violência no trânsito, violência doméstica, violência psicológica, violência na escola etc., utilizadas para definir ou objetivar a violência.

Em relação a meu interesse por essa temática, acredito que se fez presente desde o início do Curso de Psicologia na UFPA, atravessando diferentes experiências ao longo de meu percurso, como, por exemplo, em algumas disciplinas nas quais o tema da violência foi trabalhado, e ao participar do Núcleo de Práticas Discursivas coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Pimentel, em que tive acesso a outras possibilidades temáticas e analíticas na Psicologia. Além disso, o interesse está relacionado a um estágio no qual, na condição de bolsista de extensão, desenvolvia práticas psicopedagógicas junto a familiares de crianças especiais, para a promoção da qualidade de vida nessas famílias, o que muitas vezes gerou em mim vários questionamentos e interrogações, quanto aos efeitos das atividades realizadas. Nesse percurso, considero de importância primordial para o interesse nessa forma de fazer pesquisa a participação como aluna especial na disciplina “Tópicos especiais em Análise Institucional”, ministrada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Lemos e a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas “Transversalizando”, coordenado pela mesma professora.

Problematizar o objeto violência e a racionalidade da Psicologia do Desenvolvimento se configurou em um grande desafio pessoal, já que só depois de concluir o Curso de Psicologia, durante minha preparação para a seleção de Mestrado, ao frequentar as aulas da professora Flávia Lemos (tanto no PPGP, como na própria

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, não tomamos a violência de forma naturalizada ou como um dado em si mesmo, mas, em consonância com o pensamento de Foucault e Paul Veyne, acreditamos que a violência é um objeto datado, fruto de práticas sociais diversas de acordo com as quais adquire diferentes roupagens. Como buscamos apresentar nesse trabalho nos capítulos 1 ao tratarmos da ferramenta arqueogenalógica e no capítulo 4 ao fazermos uma breve historicização do objeto violência dentro de nosso foco de interesse nesta dissertação.

Graduação) foi que criei certa intimidade com as potentes ferramentas teóricas e metodológicas desenvolvidas por Michel Foucault. Desse modo, adotar tal metodologia me conduziu a um caminho difícil, porém apaixonante, que me permitiu ampliar a reflexão sobre as sutilezas de práticas de saber-poder, as quais não só permeiam a produção da violência como criam, subsidiadas pelo saber médico-psicológico, a categoria do “sujeito violento”, levando-me a operar um deslocamento enquanto psicóloga, ao questionar tais práticas psicologizantes.

Atualmente, trabalho na Secretaria de Inclusão e Mobilização Social como psicóloga de uma Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas que oferece Proteção Social de Alta Complexidade, através de um serviço integral para a garantia de condições dignas vida a pessoas idosas em condição de vulnerabilidade social. Como psicóloga, sou constantemente requisitada para auxiliar no “processo adaptativo” dos idosos às normas internas desse espaço, a facilitar suas relações uns com os outros e com seus familiares ou outras pessoas de referência, além de ser muitas vezes convocada a produzir parecer sobre a condição psicológica de determinadas pessoas abrigadas. Em meio a essas demandas, embates, rupturas e alguns recuos em que me vejo inserida cotidianamente, na aceitação e recusa de algumas dessas situações, posso afirmar que a escrita desta Dissertação me possibilitou pensar e repensar minha recente prática profissional, operando como uma possibilidade de escapar do pragmatismo funcionalista ao qual a Psicologia tradicionalmente serve.

Quanto ao objeto violência, segundo Cerqueira et al. (2007), responsáveis pela pesquisa “Análise dos Custos e Conseqüências da Violência no Brasil” para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desde o começo dos anos oitenta a violência e a criminalidade letal vêm aumentando rapidamente, em nosso país. Entre 1980 e 2004, o número de homicídios cresceu 5,6% ao ano, e passou a representar 37,9% do total de 127 mil mortes por causas não naturais, em 2004. Observa-se, com a divulgação de investigações que ressaltam o aumento de práticas violentas, que recorrentemente são buscados, nos diversos eixos sociais, motivos que justifiquem tais ações, enumerando-se vários fatores que contribuem para tal prática. Segundo Francischini e Souza (2007), a violência é observada, mantida e definida a partir de determinadas racionalidades: as relações de poder-saber, os atravessamentos de gênero predominantes nas sociedades, questões culturais, ausência de mecanismos de proteção e promoção da cidadania, medo

de denunciar, ineficiência dos órgãos de atendimento, certeza de impunidade, descrença no sistema jurídico, dentre outras.

Tratando-se da objetivação da violência no tocante às crianças e adolescentes, não podemos deixar de mencionar que a luta pela garantia de direitos à infância e adolescência atrela-se a uma pauta internacional vinculada à ação de organismos internacionais de defesa dos direitos das crianças. Esses organismos exerceram pressão sobre o governo brasileiro para que fossem feitas mudanças na legislação, de modo a adequá-la a legislações internacionais de direitos humanos, o que culminou, no período da Nova República, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (ECA).

Nesse sentido, é importante destacar as mudanças ocorridas no Brasil a partir da vigência do ECA, em que esse segmento social, independentemente de sua condição socioeconômica, passou a ser considerado sujeito de direitos. Porém, embora o Estatuto, em vigor desde o ano de 1990, considere crianças e adolescentes prioridade absoluta, ainda enfrenta diversos obstáculos para sua efetivação. Apesar disso, o ECA tem contribuído para dar visibilidade às condições de violação dos Direitos Humanos e incentivado a luta pela garantia dos direitos.

Nesse contexto, no Brasil, assim como em diversos países considerados em desenvolvimento, é marcante a presença da agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) denominada Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que, desde a década de 1950, atua no país. O UNICEF tem-se direcionado, nos últimos anos, para a área dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Suas ações encontram-se difundidas em quase todo o território nacional, na promoção e desenvolvimento da infância. Todavia, as práticas do UNICEF vêm sendo problematizadas por diversos autores, dentre os quais Marcílio (1998), Lemos (2007), Rosemberg (2011), Oliveira (2008), Fullgraf (2007), Ferreri (2007), dentre outros estudos que identificam, nas ações dessa agência, práticas de tutela ligadas à gestão neoliberal da população.

O UNICEF possui um *site*<sup>2</sup> com extensa base de dados, na qual se encontram arquivados relatórios, livros e demais documentos produzidos por essa organização, ao longo dos anos. Pesquisando nesse acervo, nas bibliotecas da UFPA e de outras

---

<sup>2</sup> Endereço do *site* do UNICEF do Brasil: [www.unicef.org/brazil](http://www.unicef.org/brazil).



faculdades de Belém, selecionei alguns documentos que me chamaram a atenção, por trazerem uma substancial discussão sobre objetivações da violência para o segmento infantojuvenil. Desse modo, realizei a leitura na íntegra dos seguintes documentos: “Famílias parceiras ou usuárias eventuais?” (2004), “A Infância Brasileira nos anos 90” (1998); “Situação da Infância e da Adolescência Brasileira – O Direito de Aprender - Potencializar avanços e reduzir desigualdades” (2009); “Situação da Infância Brasileira em Crianças de até 6 anos – O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento” (2006); “Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil” (2005); e “Direitos Negados - A Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil” (2006).

Em meio a esse leque de possibilidades, delimitei como fonte primária para as análises histórico-documentais, nesta Dissertação de Mestrado, o livro produzido pelo UNICEF em 2005, intitulado *Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil: conceitos, dados e proposições*. Como esse livro não se encontra presente na base de dados *online* do UNICEF, tive acesso a sua versão impressa, a qual pode ser comprada em *sites* de venda pela *internet*. A escolha se deu por esse material trazer um amplo debate sobre práticas violentas através de diversas objetivações da violência, por meio de uma interpretação por ciclo de vida, que toma a concepção evolucionista da Psicologia do Desenvolvimento como estratégia para as ações de enfrentamento e prevenção da violência.

Nessa feita, o documento selecionado para as análises foi tomado na sua amplitude, pela utilização do referencial teórico e metodológico proposto por Michel Foucault chamado arqueogenealogia<sup>3</sup>, de sorte a problematizarmos as práticas de saber e poder presentes no documento. Além disso, as análises foram complementadas pela leitura de diversos trabalhos, incluindo livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos os quais subsidiaram as discussões travadas neste trabalho. Desse modo, o estudo foi efetuado através da problematização das práticas articuladas pelo UNICEF na produção do objeto violência, atrelada à noção de ciclo de vida. Buscamos dar visibilidade à objetivação da violência para essa agência multilateral, em sua relação com a

---

<sup>3</sup> Diz respeito à junção de dois métodos complementares desenvolvidos por Foucault para análise, em suas pesquisas históricas: a arqueologia, voltada para a dimensão do saber, e a genealogia, para as práticas de poder.

racionalidade da Psicologia do Desenvolvimento sobre a produção de verdade concernente à vida da população empobrecida de crianças adolescentes e suas famílias.

A produção da violência é feita no livro em análise de forma compartimentada, em várias modalidades que traduzem uma tentativa do UNICEF de organizar os corpos para gerir, não a população de crianças e adolescentes do país como um todo, mas sua parcela mais desfavorecida economicamente, que emerge como um grupo “perigoso”, ou seja, relacionado à criminalidade, fazendo-se oportuno gerenciar esses corpos juvenis de forma utilitária e preventiva. Acreditamos que as manifestações de violência, tais como a fome, tortura, assassinato, exploração do trabalho sexual, dentre outras, podem ser entendidas enquanto efeitos de um conjunto de práticas sustentadas nas formas de poder/saber produzidas por nossa sociedade. Assim, consideramos de extrema importância para uma postura crítica diante da violência, especificamente entre crianças e adolescentes, analisar como vêm sendo trabalhadas as práticas de saber-poder nos documentos do UNICEF, já que estas norteiam políticas públicas no Brasil, para problematizarmos tais políticas e as estratégias constantemente dirigidas à população, muitas vezes de forma estigmatizante e hierarquizada.

Acreditamos que a execução desta pesquisa foi relevante, por trazer um olhar diferenciado, em comparação a vários trabalhos desenvolvidos no campo “psi” sobre violência, infância e juventude, em que observamos a naturalização do objeto violência. Já que, nesta investigação, procuramos, através da historicização do objeto violência e das racionalidades da Psicologia do Desenvolvimento, problematizá-los, com o objetivo de romper com as racionalizações que frequentemente paralisam e rotulam os segmentos economicamente desfavorecidos do país, de maneira elitista e estigmatizante.

Com isso, esta dissertação, que traduz minha recente incursão na perspectiva foucaultiana, apresenta-se organizada em cinco capítulos, os quais serão apresentados brevemente a seguir.

No Capítulo 1, denominado “Operadores Metodológicos e Analíticos”, abordamos a pesquisa documental com foco na noção ampliada de documento. Inserimos nesse debate as pesquisas históricas realizadas por Michel Foucault, através da explicação das ferramentas teórico-metodológicas propostas por ele, no tocante ao método arqueológico e genealógico. Ao nos utilizarmos de algumas ferramentas arqueogenealógicas expostas neste capítulo buscamos articular pistas fornecidas por

Foucault e seus comentadores para pensar a objetivação dos objetos. Por fim, apresentamos um apanhado sobre poder, tecnologias poder e artes de governar, a fim de subsidiar as análises empreendidas neste trabalho.

O Capítulo 2 chama-se “Gestão da infância e a emergência do documento”; nele realizamos a descrição do livro *Análise da violência contra a criança e o adolescente, segundo o ciclo de vida no Brasil - conceitos, dados e proposições*, em que procuramos dar visibilidade às práticas vizinhas a sua produção, explicar o lugar institucional ocupado pelas pessoas e instituições envolvidas na montagem do documento, bem como oferecer ao leitor informações sobre cada tema tratado nos cinco capítulos que compõem esse livro produzido pelo UNICEF. Dessa maneira, objetivamos delimitar o caminho analítico que norteou nossas discussões.

No Capítulo 3, intitulado “A invenção da infância e a constituição da Psicologia do Desenvolvimento”, focalizamos a discussão sobre as políticas públicas para a infância, com ênfase ao contexto brasileiro, e a racionalidade do saber da Psicologia como estratégia de gestão da vida, com foco na vertente da Psicologia do Desenvolvimento.

O Capítulo 4, denominado “Historicizando o objeto violência e o lugar produzido para as crianças e adolescentes no Brasil”, traz um apanhado sobre a objetivação da violência, por intermédio da leitura de diversos autores de referência na área, tanto nacional quanto internacionalmente, pois o UNICEF se utiliza desses saberes para legitimar suas práticas; nesse sentido, foi necessário adentrarmos esse vasto campo, para podermos problematizar as estratégias disparadas pelo UNICEF, bem como discutirmos sobre o lugar historicamente produzido para a infância e a juventude economicamente desfavorecidas.

No Capítulo 5, cujo título é “O desmonte do documento e as séries emergentes”, ressaltamos as séries que identificamos após a leitura exaustiva do documento, que foram: “A objetivação da violência”, “Ciclo de vida e reprodução da violência” e “A Família e escola e as práticas de saber e poder do UNICEF”. Em cada uma delas, procuramos travar as discussões e análises de acordo com os objetivos deste trabalho e com o reduzido tempo para a execução de uma Dissertação de Mestrado.

Por fim, na Conclusão, buscamos dar um fechamento ao trabalho, por meio de uma síntese das análises feitas ao longo da Dissertação, enquanto, nas Considerações Finais, fazemos um balanço do trabalho, identificando suas contribuições e limites.

## **CAPÍTULO 1**

### **1-OPERADORES METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS**

Estudar documentos não é algo comum à Psicologia, porém, é um caminho pertinente para operar a problematização de nosso presente, que diz respeito a uma área tradicionalmente trabalhada pelos historiadores. Contudo, a Psicologia Social e Institucional tem buscado se apropriar dessa metodologia e, assim, aberto um campo relevante de estudos até então negligenciado pelos pesquisadores em Psicologia.

Como nossa pesquisa se insere em um campo de estudos ainda pouco explorado pela Psicologia, acreditamos ser pertinente apresentar apontamentos sobre os embates que operaram no campo da história, para que se formasse uma visão mais ampla e abrangente sobre a noção de documento, além da abertura às novas temáticas com forte destaque ao movimento dos *Annales*. A partir dessa contextualização, procuramos focalizar a inserção das pesquisas históricas efetivadas por Michel Foucault, e a constituição de uma trilha de precauções metodológicas, denominada arqueogenealogia, por meio da qual almejamos realizar as análises empreendidas nesta pesquisa.

#### **1.1 Da escola metódica à construção da noção ampliada de documento**

A constituição do campo histórico enquanto um domínio da ciência ocorreu durante a passagem do século XIX para o XX, em que a escola positivista eclodiu na Europa como modelo de cientificidade, desde o qual se buscou para a História *status* de ciência. Entre os seguidores da corrente positivista, destacam-se: Auguste Comte, na Filosofia; Émile Durkheim, na Sociologia; Fustel de Coulanges, na História, entre outros, que contribuíram para a constituição e solidificação dessa corrente, nas diversas áreas do conhecimento (BIRARDI; CASTELANI; BELATTO, 2001).

O Positivismo tem como pressuposto básico a cientificidade, a qual norteia todo pensamento construído e as investigações empreendidas. A escola positivista tem por intuito a obtenção de resultados claros, objetivos e fidedignos. Tratando-se especificamente do historiador, este deveria ser neutro e imparcial, reduzindo-se a retratar de forma descritiva os chamados “fatos” históricos, porém, sem analisá-los. Com essa perspectiva, cabe enfatizar:

Desde meados do século XIX a história toma novos rumos e dá seus primeiros passos à “cientização” deixando para trás a abordagem romanesca de Augustin Thierry e de Jules Michelet. Foi momento de o gênero histórico se profissionalizar, adquirindo métodos, e dando ao historiador status de cientista. Houve uma ruptura com a literatura e uma valorização da formação dos historiadores nas universidades. (FARIAS; FONSECA; ROIZ, 2006, p. 121).

Nesse período, os historiadores buscavam legitimar o saber e o fazer histórico, diferenciando-os dos textos literários, ao creditar aos documentos a base de suas produções. Por conseguinte, o documento escrito foi eleito como a única fonte confiável para as pesquisas históricas e adquiriu caráter de prova – registro do “fato” histórico – o qual representava a materialização da verdade. Assim, o historiador tornou-se o único habilitado a interpretar os traços materiais do passado, os quais deveriam estar devidamente catalogados em arquivos, de modo geral, reduzindo-se à descrição da vida dos “grandes homens” de destaque político e seus feitos.

Ferreira (2000) afirma que a História como disciplina possuía método de estudo pautado na prática regular de decifração do documento, a partir da concepção de objetividade, em que o historiador deveria se distanciar dos problemas do presente e só quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estaria autorizado pela normativa positivista a realizar suas análises. Portanto, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica e a imparcialidade. Ressalta a autora:

A separação entre passado e presente colocada dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas. Assim, os historiadores recrutados pelas universidades no século XIX eram especializados na Antiguidade e na Idade Média, períodos que exigiam o domínio de um conjunto de procedimentos eruditos. Com isso pretendia-se

impor critérios rígidos que permitissem separar os verdadeiros historiadores dos amadores. (FERREIRA, 2000, p. 3).

A delimitação de parâmetros temporais rígidos, ao lado de outros aspectos ligados à constituição da disciplina histórica, não pode ser dissociada das relações de luta de grupos sociais na disputa por espaço no mundo acadêmico e profissional, envolvidos em jogos de poder para legitimar uma prática, no caso, positivista.

Podemos sintetizar o movimento da Escola metódica, o qual propunha ao campo histórico preceitos alicerçados na orientação positivista, ao dar visibilidade aos seguintes aspectos: realização de análise com base em documentos oficiais na forma escrita; estudo do tempo curto, linear e acumulativo; delimitação rígida de limites cronológicos, espaciais e temáticos; e História como uma disciplina encerrada em si mesma, sem ligações interdisciplinares.

Objetivava-se, com tal delimitação, uma história essencialmente descritiva, narrativa, imparcial e objetiva. Outro aspecto caro aos historiadores metodistas era o subjetivismo adjacente à análise documental. Nesse quesito, os historiadores deveriam controlar e, se possível, silenciar qualquer subjetivismo. A História deveria meramente descrever de forma fidedigna os “fatos” condizentes às transformações ocorridas nas sociedades passadas (FARIAS; FONSECA; ROIZ, 2006).

Delimitamos, em linhas gerais, aspectos de relevância para esta pesquisa sobre a perspectiva da linha metodista. Ainda que reconheçamos a abrangência dessa discussão, recortamos basicamente os supostos de relevância para o caminho metodológico proposto em nossa pesquisa. De fato, neste trabalho, empreendemos uma investigação documental a partir da noção ampliada de documento, em que um documento não se encerra no material apresentado em sua forma escrita, mas é tomado também na extensão de suas imagens, oralidade, sons, objetos, além de se relacionar a diversas práticas vizinhas que rivalizam entre si, na montagem do documento.

Borges (2008) afirma que, para dar conta das perguntas suscitadas pelo presente e endereçá-las ao passado, os historiadores necessitaram intensificar o diálogo com os demais campos do saber, como a Economia, a Sociologia, a Demografia, com o desenvolvimento de um novo método de pesquisa. No decorrer desse processo de troca e criação, houve o rompimento com o paradigma metódico, pelo que alguns teóricos

chamam de passagem da *história-fazer* para a *história-conhecimento*. Nas palavras da autora:

O documento histórico não mais é concebido como um dado puro que fala por si mesmo e se oferece, objetivamente, ao historiador (p.76). Novos temas e objetos de análise orientam a busca documental. Novos métodos de pesquisa orientam o tratamento dado ao documento. (p. 76).

Assim, os horizontes de ação do historiador ampliaram-se e possibilitaram a recuperação do passado a partir de questões colocadas pelo tempo presente. Nessa feita, trazemos à baila um movimento contrário à postura adotada pelos historiadores metodistas, chamado de Escola dos *Annales*.

## **1.2 Contribuições da Escola dos *Annales***

Os *Annales* dizem respeito a uma revista idealizada inicialmente por Febvre, ao final da Primeira Guerra Mundial, mas que só teve sua primeira edição publicada em 1928, com a entrada de Bloch. Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, foi planejada para exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Os editores Febvre e Bloch pretendiam difundir uma abordagem histórica e interdisciplinar.

As ressonâncias da revista foram tão intensas que os *Annales* se transformaram em um verdadeiro movimento de transformação das pesquisas históricas. Podemos destacar alguns pontos, como a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema; a ampliação do estudo para a história de todas as atividades humanas e não somente a história política; e a interface com outras disciplinas, tais como a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Linguística, a Antropologia Social etc. (BURKE, 1997).

Farias, Fonseca e Roiz (2006), em uma releitura do movimento dos *Annales*, sintetizam as diversas transformações ocorridas ao longo do tempo. Para esses autores, a Escola dos *Annales* ampliou sobremaneira as fontes históricas que se multiplicaram, estabelecendo uma relação interdisciplinar com as ciências sociais. Quanto ao objeto de estudo, abrangeu não apenas o estudo do passado, mas se estendeu ao tempo presente.



Explorou-se todo o espaço de dimensões possíveis de caráter interpretativo da história, com explicações globalizantes que romperam com o limite anteriormente imposto pela chamada história nacional. Trabalhou com a análise das conjunturas e dos processos de longa duração, rechaçando a ideia linear e simplista de progresso. E, por fim, os autores salientam a ampliação operada no domínio de abrangência para tudo que se refere ao humano em uma perspectiva globalizante, ao superar barreiras cronológicas, espaciais e temáticas anteriormente impostas.

Esse movimento, de acordo com a obra de Burke intitulada *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*, pode ser dividido em três gerações, que, embora não excludentes entre si, possuem ênfases específicas. Para maior inserção no debate proposto pelo que se convencionou chamar História Nova, explicitaremos ainda mais alguns pontos que se destacaram em cada geração.

O primeiro grande embate travado pelos *Annales* consistiu em um posicionamento radical contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Coube a Bloch atacar o “culto às origens” e propor que todo fenômeno histórico fosse explicado a partir de seu tempo, e não em função de tempos remotos, enquanto Febvre defendeu a pesquisa interdisciplinar e uma história direcionada para os problemas.

Na segunda geração, o movimento consolidou o caráter de escola, ao apresentar de forma densa os conceitos de *estrutura* e *conjuntura*. Seu principal representante foi Braudel, o qual desenvolveu uma história socioeconômica e possibilitou, com seu trabalho, que a revista e o movimento se tornassem conhecidos em toda a Europa. Em acréscimo, inseriu um novo método referente à história de longa duração ou serial e implementou a análise quantitativa nas pesquisas realizadas na época.

Enquanto isso, a terceira geração foi marcada pela fragmentação, exercendo notável influência sobre a historiografia, através de abordagens que se convencionou chamar de Nova História ou História Cultural, com destaque para os historiadores Le Goff e Duby. Essa fase se inicia por volta de 1968, quando a influência do movimento, principalmente na França, já era tão forte que perdera muito de suas especificidades anteriores (BURKE, 1997).

Faz-se necessário voltarmos-nos a alguns pontos levantados pela terceira geração, pois se coadunam com aspectos relevantes para as análises operadas nesta pesquisa. A terceira geração dos *Annales* foi marcada por intensas mudanças intelectuais. As discussões disparadas adentraram por diversos países e houve uma abertura maior para ideias vindas do exterior e a inclusão de novos eixos temáticos ao campo histórico.

Talvez a transformação principal consista em uma mudança de interesses da base econômica para a “superestrutura cultural”. Dessa forma, redescobriu-se a história das mentalidades, empregaram-se métodos quantitativos, agora com o uso de computadores, bem como se deu uma reação contrária a tais métodos, com proposições acerca de uma antropologia histórica, com ressurgimento da narrativa, o que poder ser mais bem entendido pela citação abaixo:

Deve-se admitir, pelo menos, que o policentrismo prevaleceu. Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, o odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela. (BURKE, 1997, p.79).

Em síntese, podemos sublinhar que, com Escola dos *Annales*, passou-se a privilegiar uma abordagem mais globalizante, o que levou à ampliação consubstancial do conceito de documento, para além de sua versão escrita, passando a considerar fontes documentais uma imagem, a transmissão de uma informação pelo som, utensílios ou objetos, dentre outras formas (LE GOFF, [1977], [2003]).

Nessa ótica, os documentos são considerados enquanto produto da sociedade que os fabrica segundo as relações de forças as quais entram em articulação, ao acaso do encontro, na emergência do acontecimento. Em decorrência, Le Goff defende que somente a análise do documento enquanto monumento, não necessariamente na forma escrita, permitiria à memória coletiva recuperá-lo, desmontá-lo e, ao historiador, usá-lo. Enfatiza:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada

imagem de si próprias. No limite não existe um documento- verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...]. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumento. (LE GOFF, [1977], 2003, p.538).

Portanto, o documento é resultado de uma montagem de práticas históricas, na época da sociedade que o produziu, de acordo com interesses em jogo e disputas que o alimentam, fazendo-se necessário interrogá-lo.

Nesse sentido, Castro (2008) evidencia que não se deve partir de uma visão ingênua ou acrítica em relação à memória social dos documentos/monumentos nos quais tal memória se encontra objetivada. Com efeito, a preservação de uma memória envolve diversos interesses que conduzem a uma seleção dos aspectos, os quais, em determinado contexto, se tornam relevantes, determinando o que deve ser guardado.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani, (2009), é primordial que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido um documento. O pesquisador deve conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconômico-cultural e política que propiciou a produção de um determinado documento. Isso possibilita apreender os esquemas conceituais dos autores, seus argumentos, refutações, reações e, ainda, identificar pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão etc. Em relação à importância da pesquisa documental, esses autores afirmam:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (2009, p. 02).

Nessa empreitada, é importante situar a aproximação de Foucault ao movimento dos *Annales*, suas similitudes e descompassos. Foucault, por ser contemporâneo à terceira geração e partilhar parte dos pressupostos da escola dos *Annales* chegou a ser inserido por alguns autores como um dos nomes de destaque da terceira geração, ainda que outras vezes tenha sido chamado de pós-estruturalista. Sem dúvida, as pesquisas de Foucault em diversos aspectos, como o questionamento do presente a partir de novas

formas de abordagens e métodos, coadunam-se com as proposições da Nova História, porém, não se encerram nela.

Para Burke (1997), Foucault aproximou-se da terceira geração dos *Annales*, uma vez que estava preocupado em ampliar os temas da história. Porém, diferia quanto à dimensão da história intelectual, pois criticava a ênfase excessiva na continuidade, priorizando as rupturas, ao atentar para as modificações nas visões de mundo, o que o distinguia sobremaneira dos historiadores das mentalidades.

Como exposto acima, houve uma ampliação da noção de documento ligada diretamente a rupturas e o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas e metodológicas. Quanto à perspectiva histórica, Foucault considera que

[u]m dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do contínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise. (FOUCAULT, [1969], 1997, p. 10).

Com base nessa contextualização sobre o movimento que foi a mola propulsora para a ampliação da noção de documento, trazemos para o debate mais intimamente os apontamentos de Foucault ([1969], 1997), o qual afirma que o documento não é mais para a história a mera reconstrução do que os homens fizeram ou disseram no passado. O documento se define no próprio tecido documental com o qual trabalha (unidades, conjuntos séries, relações), levando-se em conta as relações de poder que selecionam e excluem, de acordo com interesses específicos, o que deve ou não constituir-se em documento.

Foucault ([1969], 1997), pensando sobre o fazer histórico ao longo do tempo e sua conseqüente produção documental, propõe:

É necessário desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros atas,

edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (p. 7-8).

As massas documentais às quais Foucault se refere são organizadas em arquivos, que, para Castro (2008), constituem “[...] um conjunto de documentos selecionados como relevante por alguém, organizado e preservado segundo determinada lógica, e disponibilizado de acordo com alguns critérios” (p.8). Quanto aos arquivos, Foucault ([1969], 1997) problematiza aquilo que é selecionado para ser preservado:

O arquivo é de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (p.149).

Foucault parte da premissa de que há uma relação de saber/poder frente ao que é dito e arquivado, tendo em vista os efeitos que há em guardar determinados fragmentos da história e excluir outros. Nessa perspectiva, o documento deve ser analisado enquanto um conjunto de práticas discursivas, coextensivas às práticas de poder e de subjetivação<sup>4</sup> (LEMOS et al., 2010).

A partir de uma nova visada, a história mudou sua posição acerca do documento: ao invés de interpretá-lo ou julgá-lo se falso ou verdadeiro, passou a trabalhá-lo no interior. De acordo com Foucault, essa nova história “[...] organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (FOUCAULT, [1969], 1997. p. 6).

---

<sup>4</sup> Práticas de subjetivação referem-se aos modos através dos quais os indivíduos se produzem e são produzidos numa determinada cultura, por intermédio de determinadas práticas e discursos. (RAGO, 1995).

Foucault, em suas pesquisas que rompiam com a produção de uma história factual e contínua, estudou temas que eram considerados irrelevantes à história, como a loucura, as prisões e a sexualidade. Muitos comentadores de Foucault separam seu trabalho em três grandes eixos – o da arqueologia, em que deu ênfase à análise dos saberes; o da genealogia quando se voltou à análise das relações de poder; e um terceiro momento, em que tratou sobre as questões ligadas à ética, conferindo maior visibilidade às formas de constituição e emergência da subjetividade. Tais perspectivas, longe de representar fases estanques, correspondem a direcionamentos guiados por problemáticas específicas, as quais exigiram de Foucault redefinições teórico-metodológicas.

As análises empreendidas neste trabalho subsidiam-se, sobretudo, nas contribuições atinentes ao exame das relações de saber e de poder. Desse modo, através dos apontamentos foucaultianos com o método arqueogenealógico, que representa a junção da arqueologia e da genealogia, buscamos problematizar as relações de saber e poder apresentadas pelo UNICEF para a infância e a adolescência quanto à violência com respeito à noção de ciclo de vida. Com esse intuito, expomos a seguir o método arqueogenealógico.

### **1.3 Foucault e a constituição do método arqueogenealógico**

Foucault, em suas investigações, desenvolveu um método próprio de análise voltado para dois momentos que se completam, os quais, embora não possam ser tomados como essências, ao serem levados em conta aspectos históricos da realidade brasileira, nos serviram de recurso analítico para problematizar a objetivação da violência, por meio da noção de ciclo de vida operada pelo UNICEF. Nesse percurso, com o objetivo de clarificar a perspectiva metodologia proposta por Foucault, serão explicitados, no tópico a seguir, alguns aspectos pertinentes dessa metodologia que subsidiaram a forma como operamos a análise documental.

#### **1.3.1 “Arqueologias”**

Longe de buscar seguir um modelo de cientificidade, Foucault, diante de seus objetos de estudo, empreendeu um modo de fazer pesquisa histórica diferente, o que

denominou de arqueologia; porém, existem aspectos distintos nessa ferramenta metodológica, em que há sucessivos deslocamentos que demarcam um caráter provisório assumido ao longo das análises de Foucault, posto que as pesquisas históricas de Foucault operam através da problematização, em um pensar interrogante estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências (LEMOS; CARDOSO JUNIOR, 2009).

Em vista disso, Machado (2009) sugere a existência de **arqueologias**, pois, de acordo com a problemática estudada, Foucault delimitou um modo de empreender suas pesquisas arqueológicas, sendo que iremos nos ater ao último momento referente à arqueologia do saber, com o objetivo de abordar aspectos relevantes da arqueologia para esta investigação, uma vez que seus apontamentos servirão de ferramenta metodológica para nossas análises.

### **1.3.2 Arqueologia da Percepção**

A arqueologia da percepção inicia as análises históricas intituladas por Foucault de arqueologia, presente na obra intitulada *História da Loucura*, em que Foucault retorna a época clássica para esclarecer a situação da loucura, na modernidade.

A análise é articulada a partir da separação empreendida por Foucault entre *conhecimento* como categoria metodológica que contemplava o nível do discurso teórico sobre a loucura, condizente com o saber científico ligado ao conhecimento clínico médico, enquanto a *percepção* designava a relação com o louco, que não se relacionava a um saber que se pretendia científico, mas que ajudaria a compreender a forma como a loucura era percebida.

Foucault, por esse trabalho, conclui que “[...] o século XVIII percebe o louco, mas deduz a loucura” (MACHADO, 2009, p.61), já que o louco ainda não era interrogado para ser classificado em parâmetros de anormalidade. O que havia era uma análise da doença no nível de sua estrutura perceptiva e não quanto a um sistema conceitual ou a um conjunto de sintomas.

Com base na análise da constituição histórica da loucura, Foucault remete à noção de descontinuidade e normatividade, que atravessam a sua tese sobre a constituição do objeto loucura. Na verdade, ao ter como fio condutor a loucura, empreendeu uma análise do conjunto heterogêneo de discursos que possibilitaram sua

constituição como objeto. Foucault segue seu raciocínio por meio da crítica a uma história continuísta, em que as transformações na Psiquiatria apareceriam de forma linear, deslocando-se de uma percepção social mais atrelada ao saber de senso comum para um conhecimento científico.

Quanto à descontinuidade ponto importante da análise arqueológica, Foucault destaca que o historiador tradicionalmente se encarregava de suprimir da história, organizando-a em torno de grandes periodizações com características bem delimitadas, sendo excluído tudo aquilo que não se encaixasse em tais contextos previamente determinados.

Além disso, põe em relevo três aspectos associados à análise da descontinuidade (MACHADO, 2009), que são importantes para o método arqueológico. Em primeiro lugar, Foucault nos ensina que a ruptura é geral, mas não é global, porque aparece em seu trabalho sempre circunscrita à problemática da loucura, na sua heterogeneidade, ligada ao campo da percepção e do conhecimento. Em segundo lugar, as rupturas são operadas na sua verticalidade, visto que a arqueologia articula níveis diferentes de análise. E, por fim, a investigação histórica proposta por Foucault não estabelece uma ruptura estanque entre as diversas épocas, não há fases ou períodos rigorosamente delimitados entre um período e outro.

### **1.3.4 Arqueologia do Olhar**

Em 1963, Foucault lança outro livro, intitulado *O Nascimento da Clínica*, no qual a história arqueológica se situa em dois níveis diferentes, mas interligados: *o olhar e a linguagem*. Foucault, com esse trabalho, oferece novas pistas sobre o fazer da arqueologia, em que esclarece sobre a distinção de seu método para a produção epistemológica, justamente por a análise foucaultiana não se tratar nem pretender a um discurso propriamente científico.

Machado (2009) chama de arqueologia do olhar as proposições levantadas por Foucault nesse livro, devido a se ter o privilégio da dimensão do olhar, na análise operada por Foucault. Observamos que houve uma modificação quanto ao modo como foi traçado o projeto arqueológico, em *História da loucura*. A análise anteriormente se delineava a partir de dois níveis: o da percepção, assinalando a relação com o louco no espaço institucional do internamento, e o do conhecimento, referente às teorias sistemáticas sobre a loucura, que eram níveis heterogêneos e sem comunicação.



Pelo estudo da linguagem médica, Foucault produz uma crítica à história factual que referendava o saber sobre a Medicina. O autor nos alerta de que existia uma projeção do presente sobre o passado, quanto a como garantir uma universalidade. Com isso, Foucault “[...] se insurge contra a dicotomia instaurada pelos historiadores ao explicarem a medicina moderna pela rejeição da teoria e opção pela experiência” (MACHADO, 2009, p. 106).

Portanto, *O Nascimento da Clínica* investiga o conhecimento médico através de dois aspectos intrinsecamente relacionados – o olhar e a linguagem –, em que dá ênfase à dimensão do olhar, considerada mais fundamental, porque seria o ponto de referência para a análise da linguagem. Metodologicamente, interessa-nos observar que, nesse trabalho, Foucault mostra como se deu o processo de produção do conhecimento, a partir da análise de épocas distintas, abarcando tanto o nível da linguagem quanto o da percepção, para evidenciar de que modo a clínica foi possível como objeto de conhecimento.

Desde *As palavras e as coisas*, Foucault opera uma síntese metodológica sobre a arqueologia, ao localizar no saber o nível específico da análise arqueológica, porque conclui que o saber possui critérios internos de ordenação independentes das questões científicas ou epistemológicas, através da identificação do saber como o elemento anterior ao próprio domínio da ciência.

Foucault analisa, nesse livro, a determinação dos conceitos fundamentais que tornaram possível a formação dos saberes sobre as ciências humanas. A arqueologia passa, pois, a ter como objetivo empreender uma história dos saberes.

Com efeito, a grande ideia metodológica que perfaz todas as análises de *As palavras e as coisas* é a de que o saber tem uma positividade, a qual difere daquela ligada à epistemologia, que é referente apenas ao discurso científico. Observe-se a seguinte afirmação sobre a positividade na concepção foucaultiana:

Até então a palavra positividade era empregada por Foucault no sentido que lhe dá a epistemologia, como característica do discurso científico. A mudança de significado do termo positividade a partir de *as palavras e as coisas* assinala justamente a introdução do conceito de saber como nível específico da análise e, por conseguinte, a transformação da arqueologia em uma arqueologia do saber. O que diz agora Foucault é que, pelo fato de ter uma

positividade, o saber não pode ser analisado a partir de algo que não ele mesmo. (MACHADO, 2009, p.133).

Assim, embora Foucault introduza, em *As palavras e as coisas*, o saber como objeto de análise da arqueologia, é em seu trabalho de 1969, chamado de *Arqueologia do Saber*, que irá sistematizar seu pensamento sobre a importância do saber em suas análises. Esse trabalho oferece um caminho metodológico sobre um minucioso exame dos elementos intrínsecos ligados à formação dos saberes, que será brevemente aqui esboçado.

### **1.3.5 Arqueologia do Saber**

Em sua obra *Arqueologia do Saber*, de 1969, Foucault deixa claro que não pretende realizar uma história da verdade nos moldes da história das ciências, mas estudar as regras históricas as quais determinam que um discurso apareça como verdadeiro.

Nesse momento, Foucault pretende, com a arqueologia, estudar os arquivos, entendendo-os enquanto um conjunto de saberes associados a acontecimentos dispersos e descontínuos, os quais Foucault toma, na sua raridade, como um acontecimento único que jamais se repetirá. Um arquivo é formado pela multiplicidade de acontecimentos heterogêneos, linhas de forças que se entrecruzam e constituem um conjunto de práticas vizinhas em coexistência e imanência. Foucault alerta para o fato de que as práticas discursivas não podem ser descoladas das práticas institucionais e das posições que os sujeitos ocupam, as quais dizem sobre as condições de possibilidade de emergência de certas práticas discursivas/saberes.

Nesse sentido, verificamos que a emergência do documento produzido pelo UNICEF, chamado “Análise da Violência segundo o Ciclo de Vida no Brasil”, insere-se em uma pauta ligada a práticas vizinhas diversas, em que a gestão dos riscos com foco na infância se impõe de forma mais sistemática, a partir da criação da ONU, voltada cada vez voltada à defesa dos direitos humanos. Nesse campo, a violência objetiva-se como um problema que precisa ser gerenciado, durante o desenvolvimento da criança

em adulto, atendendo a uma lógica biopolítica guiada por cálculos econômicos que visam a reduzir custos, posto que, conforme expressado diversas vezes nos variados documentos produzidos pelo UNICEF, “[...] cuidar da infância é investir no futuro”.

Por intermédio da perspectiva arqueológica, busca romper com a tomada de um acontecimento como verdadeiro; pois, para ele, será sempre uma versão em meio a muitas outras, logo, não há verdade, mas produções de verdades. Logo, critica a ideia dos “começos aparentes” ou da “origem secreta” e sustenta: “É preciso renunciar a todos esses temas que tem por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (FOUCAULT, [1969], 1997, p. 28).

Segundo Machado (2009), a arqueologia não se interessa pelos discursos possíveis, discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade, porém, estuda os discursos reais efetivamente pronunciados, existentes como materialidade (p.153). Lemos e Cardoso Junior (2009) consideram que Foucault adotava o método arqueológico, preocupando-se com as regras que regiam as práticas discursivas, tendo como foco os saberes, uma vez que, para ele, um saber se define pelas possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. “Há saberes que são independentes das ciências; mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que a forma” (FOUCAULT, [1969], 1997, p.207).

Nesse sentido, vale a pena frisar que Foucault não trabalha com o sujeito fenomenológico, o qual toma o autor como fundamento de todo sentido e significado: parte do discurso enquanto ato ou, como chamou, das práticas discursivas. Ou seja, um “[...] conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1997, p. 136).

A análise das práticas discursivas permite que Foucault se afaste da linguística, bem como da tradição fenomenológica que considera um autor como fundamento de todo sentido e significado do discurso; seu interesse não reside em identificar as intenções de determinado autor, mas em empreender uma análise do que foi dito (VANDRESEN, 2008).

O saber é tomado como uma prática discursiva que se encontra especificada no domínio constituído pelos diferentes objetos que podem, ou não, adquirir um caráter científico. Quanto ao método arqueológico e sua articulação com o fazer histórico, Paul Veyne (1998) esclarece:

Toda a história é arqueológica por natureza e não por escolha: explicar e explicitar a história consiste, primeiramente, em vê-la em seu conjunto, em correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivizam, e em explicar essas práticas não a partir de uma causa única, mas a partir de todas as práticas vizinhas nas quais se ancoram. Esse método pictórico produz quadros estranhos, onde as relações substituem os objetos. (p.280).

Assim, é possível afirmar que a arqueologia buscava problematizar como conjuntos de elementos eram formados de modo regular por práticas discursivas na produção de saberes. Paul Veyne (1998) explica que “[...] os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos” (p.250). Logo, o objeto é o correlato da prática, não existindo antes dela. Portanto, quando os objetos não são tomados como naturais, é possível perceber as práticas históricas que os formam.

Conforme Foucault (1997), a arqueologia, ao invés de percorrer o eixo consciência-conhecimento-ciência, percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência, pautando sua análise no saber – isto é, em um domínio no qual o sujeito é situado e dependente, ou seja, ao invés de ser considerado titular de algo enquanto atividade transcendental ou consciência empírica, é pensado como produzido.

Estabelecidos como um regime de prática, os discursos são analisados a partir dos documentos entendidos como monumentos; a leitura arqueológica procede, por conseguinte, à delimitação das regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, dos termos e das teorias, com o objetivo de determinar o tipo de positividade que os caracteriza. Desse modo, com o desmonte do documento/monumento, podemos descrever os procedimentos de produção do documento, que, ao ser desmontado, torna visível as diversas séries entrecruzadas de enunciados dispersos e seus pontos de ruptura, muitas vezes lá onde se tentava mostrar uma prática discursiva uníssona.

Foucault parte da premissa de que há regras que dirigem as práticas discursivas e produzem os objetos sobre os quais se fala. Nesse contexto, toma os enunciados como unidade que propicia definir o regime geral em que as práticas discursivas são institucionalizadas, empregadas, reutilizadas e combinadas. Sobre os enunciados, Foucault enfatiza que

[...] não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente, mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele sempre se integra em um jogo enunciativo, em que tem sua parte, por pouco importante ou ínfima que seja. (FOUCAULT, [1969], 1997, p.152).

A arqueologia lida com o domínio dos acontecimentos para explicar as regularidades que permitem que um enunciado apareça como tal. Nesse sentido, um enunciado configura-se em materialidade, seja através do eco de uma voz, seja da escrita de uma frase, de um texto ou imagem, dentre outras formas possíveis: o que importa é a função enunciativa que adquire ao entrar em redes, em campos de utilização, ou seja, o enunciado circula, entra na ordem das lutas (FOUCAULT, 1997).

Ao levar em conta a função enunciativa, Foucault se interessa pelos feixes de relações discursivas, não toma o discurso como obra de um autor enquanto uma unidade ou identidade, posto que não importa a ele a análise de quem fala, mas a posição de onde se fala. Nessa perspectiva, volta-se para o discurso enquanto objeto para analisar o campo complexo de discursos na sua materialidade e superfície onde diferentes posições de sujeitos que falam por uma multiplicidade de enunciados anônimos que circulam. Portanto, a análise do campo discursivo é explicada em *Arqueologia do Saber* pela compreensão do enunciado em sua estreiteza e singularidade, em que são determinadas as condições de sua existência, a partir da fixação de seus limites, estabelecendo as correlações com outros enunciados aos quais possam estar ligados, sem desconsiderar a análise daqueles que exclui. Foucault explicita de maneira minuciosa, na obra anteriormente mencionada, como um conjunto de enunciados que têm seus princípios e regularidades em uma mesma formação discursiva, através de uma sequência finita de signos verbais, possibilita a ocorrência de determinadas informações e dá sustentabilidade ou efeito de verdade a um discurso.

A arqueologia, ao problematizar a produção de saberes, buscou analisar as positivities, quer dizer, mostrar como uma prática discursiva formava grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos e séries de escolhas teóricas:

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, uma ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador. (FOUCAULT, [1969], 1997, p. 183).

Dando destaque a esse efeito multiplicador supracitado, a partir das considerações de Foucault, podemos salientar que a arqueologia se refere a uma reescrita, ou seja, a uma transformação regulada do que já foi escrito.

Para Deleuze (2005), não há possível nem virtual, no domínio dos enunciados; nele, tudo é real – o que importa é exatamente a materialidade formulada em um dado momento. Além disso, alude à inseparabilidade do enunciado da rede de multiplicidades que abarca seus pontos singulares, seus lugares e suas funções. O enunciado é um objeto específico de um acúmulo através do qual ele se conserva, se transmite ou se repete, sem deixar de ser raro, visto que os acontecimentos distintos circulam, produzindo-o.

Acreditamos ser pertinente elencar uma precaução metodológica do arquivista, relacionada às análises das séries. Ao examinar um documento e efetivar o seu desmonte, é importante ter nítido que as séries dizem respeito a uma determinada ênfase, mas que a todo o momento nos deparamos com séries diferentes, que se justapõem, se sucedem, se entrecruzam, sem poder ser reduzidas a um sistema linear. O problema para Foucault refere-se a determinar de que forma a relação pode ser legitimamente descrita entre as diferentes séries; que sistema vertical pode formar, qual é o jogo das correlações e das dominâncias; que efeito podem ter as temporalidades diferentes, as diversas permanências, “[...] em resumo, não somente que séries, mas que ‘séries’ de ‘séries’ – ou, em outros termos, que ‘quadros’ – é possível constituir” (p. 12).

Focalizando o fazer do “arquivista”, Deleuze avança, ao afirmar que a construção de séries dentro de multiplicidades determináveis tem como ponto principal a teoria dos cortes, de modo que propõe uma *análise transversal* dos enunciados:

Há que se perseguir as séries, atravessar os níveis, ultrapassar os limiares, nunca se contentar em desenrolar os fenômenos e os enunciados segundo uma dimensão horizontal ou vertical – mas formar uma transversal, uma diagonal móvel, na qual deve se mover o arquivista-arqueólogo. (DELEUZE, 2005, p.32).

Nessa feita, a verticalidade ou a horizontalidade seriam insuficientes para uma abrangência da visão de todos os acontecimentos inter cruzados, na formação de um discurso de prática inevitavelmente correlacionada a diversos enunciados.

Na fase arqueológica, Foucault explica o aparecimento dos saberes pela configuração de sua positividade, relacionando-os com o não discursivo apenas para mostrar que coexistem em uma mesma articulação; já na fase genealógica, principalmente com as obras *Vigiar e Punir* e a *Vontade de Saber*, a questão do poder surge como instrumento capaz de explicar a produção de saberes pela dimensão política.

Por conseguinte, através da arqueologia, Foucault nos fornece várias pistas para a análise da forma como se configura a positividade dos saberes e nos possibilita imprimir a análise das práticas discursivas. Neste ponto, iremos voltar-nos a um segundo momento de seu percurso metodológico, referente à genealogia, que será a seguir apresentada, posto que através dela chegaremos ao nível do poder como instrumento capaz de explicar a produção de saberes pela dimensão política.

O método genealógico será apresentado a seguir, uma vez que, com seu concurso, Foucault operou uma análise do poder que, ao invés de focalizar seu centro, analisou o poder como algo que circula de forma ascendente, partindo de suas extremidades para dar visibilidade às relações imediatas com seu alvo.

### **1.3.6 Genealogia, ferramenta analítica do poder**

A genealogia marca a entrada da problemática do poder nas análises de Foucault e aparece pela primeira vez em seu trabalho intitulado *A Ordem do discurso*, referente à sua aula inaugural proferida em 1970, no Collège de France, em que fez a reflexão sobre os efeitos das práticas discursivas. Com a utilização do termo *genealogia*, Foucault dá visibilidade à presença nietzschiana em seu percurso metodológico, interessando-se, nesse ponto, pela tomada do conhecimento enquanto luta e relação de forças.

Desse modo, na visão de Foucault, o discurso é uma instituição sem começos solenes, fruto de lutas de perigos de tensões e disputas. Em suas palavras: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, [1970], 2009, p. 10). Logo, o discurso é produzido, selecionado, controlado e autorizado a circular a partir de vitórias em batalhas travadas nas redes de instituições em que alguns saberes são permitidos de serem usados e falados, enquanto outros são silenciados.

Porém, com a entrada na genealogia, Foucault não abandona o projeto arqueológico, mas o complementa, objetivando, segundo Machado (2009), explicar o aparecimento dos saberes a partir de suas condições de possibilidade externas. Segundo Deleuze (2005), entre poder e saber há heterogeneidade e reciprocidade, de modo que o saber abrange a forma e o poder contempla as forças. O saber articula o par ver e falar, visível/enunciável, enquanto o poder transita entre as linhas de forças, sem colar-se em lugar algum. Nesse aspecto, toma os saberes como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente política, situando-os como peças das relações de poder. Nesse aspecto, através da *Ordem do Discurso*, Foucault nos ajuda a entender as relações de saber-poder articuladas na produção de verdades, explicando que há uma vontade de verdade que atravessa vários dispositivos, incluindo as instituições, os laboratórios, os sistemas de educação, de repartição etc. ligados a valores morais, preceitos, recomendações, os quais se relacionam a sistemas de controle que forjam a repetição, o comentário, a fim de silenciar a dispersão e a raridade dos acontecimentos.

Foucault salienta que, longe de estar ligada a uma espécie de retorno de algum segredo da origem, sua pesquisa arqueogenealógica está correlacionada à descrição sistemática de um discurso-objeto, em que “[...] a arqueologia seria o método próprio da



análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (FOUCAULT, [1975-1976], 2005, p. 16).

É importante frisar que as análises de Foucault sobre o poder fazem parte de investigações históricas delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados. Por isso, embora algumas vezes transpareça um caráter analítico englobante, não podemos perder de vista que se trata de análises particularizadas, as quais não podem ser aplicadas indistintamente a novos objetos, como um universal. De acordo ainda com Deleuze (2005), “local” tem dois sentidos bem diferentes em Foucault: o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque é difuso (p. 36). Desse modo, Deleuze nos ajuda a entender que as relações de poder são diagonais e moleculares, não têm centro e concernem a um emaranhado de forças dispersas.

Faz-se necessário deixar bem claro que poder, para Foucault, refere-se a uma multiplicidade de forças heterogêneas, não apenas negativas, mas principalmente produtivas; o poder produz coisas, produz modos de ser. Além disso, outro ponto-chave para sua concepção de poder diz respeito ao fato de que só há poder quando há contrapoder, logo, possibilidade de resistência, de sorte que essa microfísica do poder está para além da análise do poder em termos de soberania, como abuso, coerção, punições legais e violência. Dessa maneira, a relação não é pensada apenas em termos econômicos entre as classes sociais dominadas pelo Estado, por um grupo, ou por uma instituição através de um poder obscuro e ideológico. Para Foucault, onde há saber há poder e vice versa.

Uma das teses fundamentais da genealogia, a partir do estudo da disciplina tecnologia do poder que nasce no século XVIII, é concernente ao fato de o indivíduo ser considerado enquanto uma produção do poder e do saber; logo, o poder não destrói o indivíduo: ao contrário, ele o fabrica e é justamente a constituição do indivíduo um dos seus efeitos mais importantes examinados pela genealogia.

Do ponto de vista metodológico, Foucault toma como base o nível molecular de exercício do poder, que opera por uma rede de dispositivos a qual enreda a todos nós. Foucault, através da consideração desses dispositivos, busca realizar uma análise histórica que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de

objeto, problematizando a forma como se produzem efeitos de verdade no interior das práticas discursivas (FOUCAULT, [1979], 1992).

Em resumo, quanto ao método genealógico, Foucault adverte sobre algumas precauções metodológicas. Primeiramente, destaca que buscou analisar o poder por suas extremidades, na sua capilaridade, lá onde ele se estende, ao penetrar as instituições corporificadas em técnicas específicas; segunda precaução: não analisa o poder no plano da intenção ou da decisão, mas na sua materialidade, atendo-se as práticas reais e efetivas do objeto, alvo ou campo de aplicação; terceira precaução: o poder deve ser analisado como algo que circula, se exerce em rede, logo, não deve ser tratado como uma propriedade de alguém; quarta precaução: o poder deve ser analisado de forma ascendente, a partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, com técnicas e táticas que dizem de como esses mecanismos de poder foram e ainda são investidos e utilizados, por mecanismos dominação gerais; quinta e última precaução: o poder, para se exercer, se apoia em aparelhos de saber que lhe garantam sustentabilidade e o tornem legítimo.

Além disso, Foucault, em função do trabalho de Nietzsche, nos ensina que um dos pontos principais da genealogia se refere à *análise de emergência e análise de proveniência*. A proveniência é o que permite encontrar, através da proliferação dos acontecimentos, o aspecto único que os liga à formação de um conceito, sem, no entanto, pretender fazer um recuo temporal de forma contínua. O que Foucault objetiva com a análise de proveniência é verificar a dispersão própria dos acontecimentos, seus acidentes e desvios, já que, para ele, “[...] a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, [1979], 1992, p. 21).

Um aspecto relacionado à dimensão do corpo é evidenciado por Foucault, ao tratar da análise de proveniência, que se inscreve no corpo justamente porque é nele que encontramos as marcas do clima, da alimentação, dos dissabores, da moral, da saúde ou da doença etc. E foi justamente nessa articulação entre o corpo e a história que Foucault situou sua análise genealógica.

Enquanto isso, a análise de emergência refere-se especificamente ao ponto de surgimento em que determinada prática discursiva aparece. A análise de emergência

deve mostrar as forças que operam e os combates travados na constituição de um objeto, conforme pode ser observado na citação a seguir:

[...] a emergência designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade [...]. Ninguém é, portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se auto-glorificar por ela; ela sempre se produz no interstício. (FOUCAULT, [1979], 1992, p. 24).

Desse modo, através das análises de emergência e proveniência, a genealogia pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. De acordo com Oropallo (2005), a diferença entre a proveniência e a emergência reside no fato de que, enquanto a primeira designa o que ficou marcado no corpo, ou seja, a luta dos bastidores, a segunda marca o lugar de enfrentamento onde se travaram as batalhas. Portanto, as análises de proveniência e de emergência são fundamentais para a análise documental; através dessas ferramentas analíticas, é possível fazer da pesquisa um instrumento de luta contra as tiranias dos discursos englobantes.

Foucault historiciza os diferentes modos pelos quais, na cultura ocidental, os seres humanos se tornaram sujeitos. Dessa maneira, pretende “[...] não perguntar aos sujeitos como, por que, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos” (FOUCAULT, [1975-1976] 2005, p. 51).

O autor realiza sua análise sobre o sujeito passando pela objetivação do sujeito no discurso na linguística, pelo sujeito produtivo, em seu trabalho, adentrando também a objetivação dos homens enquanto ser vivo – biológico. Além disso, dedica parte de seu trabalho à análise das práticas que dividem os sujeitos, objetivando-os em categorias antagônicas, como “[...] o louco e o são, o doente e o sadio” (FOUCAULT, [1982], (2009), não paginado).

Através dessas ferramentas metodológicas, Foucault vai afirmar que há em todo discurso uma vontade de verdade e é em nome dela que se produzem cortes e exclusão. Assim sendo, cabe ao genealogista analisar a vontade de verdade que atravessa uma prática discursiva, a qual deve a todo o momento ser problematizada, para que apareçam as condições de possibilidade das formações discursivas e os poderes que estão em jogo (FOUCAULT, [1970] 2005). Quanto à relação entre genealogia e verdade, Foucault afirma que:

há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (FOUCAULT, [1979], 1992b, p. 13) .

Mais uma vez, é notório o atravessamento da leitura nietzschiana na produção de Foucault, quanto à concepção da verdade como produto do poder e produtora de realidade. Nesse sentido, Foucault reconhece os instrumentos de poder específicos que são produzidos e aceitos na sociedade, de sorte que o que interessa é saber qual a vontade de verdade que está em jogo, a fim de que algo seja aceito como verdadeiro para um grupo social (VANDRESEN, 2008).

E é com a elaboração de seu método genealógico que buscou “[...] um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 1999, p. 172). Por saber sujeitado Foucault entende os diversos saberes não conceituais, tomados como hierarquicamente inferiores, por não atenderem ao ideal do conhecimento científico, como, por exemplo, o do doente mental ou o do enfermeiro, em comparação ao do médico.

Foucault ([1982], 2009, não paginado) sustenta, quanto à análise genealógica, que esta se detém nas séries que formam o discurso, procurando apreendê-lo em seu poder de afirmação, que não se apoia em elementos negativos, mas se interessa pela constituição dos domínios de objetos, pelos quais se pode vir a afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. Quanto à genealogia, Veyne ressalta:

A história-genealogia à Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado a sociedade, a economia, etc., mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos nem as civilizações, mas as práticas; as tramas que ela narra são a história das práticas que os homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades. (VEYNE, 1998, p. 280).

Essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um compacto conjunto de práticas, em que é direcionada, pelo modo como o saber é

aplicado em determinada sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido ou de certo modo atribuído (FOUCAULT, [1970], 2009).

Foucault, para analisar as relações entre saber-poder a partir do método genealógico, criou a noção de “dispositivo”, que é um conjunto, um diagrama de forças heterogêneas, múltiplas, inter cruzadas, que abarca discursos, instituições, organizações arquitetônicas, táticas, documentos, formulários, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, fotos, equipamentos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Dessa maneira, o “dispositivo” auxilia metodologicamente na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação (FOUCAULT, [1979], 1992). Em síntese, busca orientar sua análise do poder para o âmbito dos operadores materiais, para as formas de sujeição e como são utilizadas localmente, com base em dispositivos de saber (FOUCAULT, [1975-1976] 2005).

Por meio do método arqueogenealógico, Foucault visa a estudar as relações de saber e poder, problematizar essas práticas que produzem objetos históricos, para fazer uma história dos acontecimentos que emergem no acaso das lutas – uma história política da verdade. Trata-se de efetuar uma atitude crítica frente ao presente e construir um campo de possíveis, que venha a operar deslocamentos sobre outras formas de pensar, agir e ser.

Portanto, regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade, ou regras de poder e poder dos discursos verdadeiros constituem aproximadamente o campo muito geral que escolhi percorrer apesar de saber claramente que de maneira parcial e ziguezagueando muito. (FOUCAULT, [1979], 1992, 180).

### **1.3.7 Poder e artes de governar**

Foucault considera que o Estado não é uma forma única de exercício de poder, ainda que reconheça a sua importância, chamando a atenção para o fato de que todos os outros tipos de relação de poder se referem a ele. Explica que isso não ocorre porque essas outras relações de poder derivem do Estado, mas porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder, assumindo formações específicas, quando delineadas na vida pedagógica, jurídica, econômica ou familiar. Observa que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas,

racionalizadas e centralizadas na forma do Estado. Segundo Foucault ([1979], 1992), desde o século XVIII, o Ocidente vive a realidade de um estado governamentalizado, pois, em sua leitura, foi a governamentalização do Estado que permitiu sua sobrevivência, justamente quando as técnicas de governo condizentes a uma ordem biopolítica se ramificaram em diversos níveis de governo.

Para abordar esse assunto, Foucault se valeu de duas considerações opostas: a primeira referente a toda uma literatura que buscava instruir um monarca a garantir seu poder sobre o povoado, que teve como grande obra a marcar esse contexto *O Príncipe*, de Maquiavel, em oposição a uma vasta literatura divergente aos supostos defendidos na obra desse autor, em que se dava visibilidade a uma pluralidade de formas de governo, opostas radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel.

O príncipe de Maquiavel tenta se sustentar no poder, ao garantir o domínio sobre o território herdado, porém, se encontra imerso em frágeis relações de exterioridade, uma vez que está constantemente ameaçado por inimigos internos e externos. O objetivo do exercício do poder limita-se, aqui, a manter, reforçar e proteger o principado, concebido não como o conjunto constituído pelos súditos e o território, mas como uma relação de posse do príncipe com o território e o seu principado.

Enquanto isso, a literatura antimachiavel tentava mostrar que o príncipe não era o único, em seu principado, que governa, indicando que as práticas de governo são múltiplas, posto que muitos governavam, a exemplo do pai de família, das referências religiosas etc. Logo, existiriam múltiplos governos, em relação aos quais o do príncipe era apenas um tipo dentre os vários governos que compunham a sociedade:

No texto de La Perrière, ao contrário, a definição do governo não se refere de modo algum ao território. Governam-se coisas. Mas o que significa esta expressão? Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere é não um território e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (FOUCAULT,[1979], 1992, p.182).

Outros autores, como La Mothe e Le Vayer, que também defendiam as múltiplas formas de governo, entendiam que havia basicamente três tipos de governo, cada qual referido a uma forma específica de ciência: o governo de si mesmo, que dizia respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, relacionada à economia; e a ciência de bem governar o Estado, que concernia à política (FOUCAULT, [1979], 1992).

Desse modo, podemos observar que as teorias contrárias aos preceitos de Maquiavel tentavam incessantemente marcar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder, enquanto as teorias da arte de governar revelavam uma continuidade, ascendente e descendente. A primeira, no sentido de que aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio; e descendente, visto que, quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e, por sua vez, os indivíduos se comportam como devem.

A arte de governar tem como problemática central dar conta da gestão da economia, ou seja, do governo da família. Será por meio da família que o Estado atravessará os diversos meandros até chegar à gestão dos indivíduos em relação às coisas, quer dizer, seus bens, suas riquezas, sua saúde etc. Porém, as artes de governar encontraram resistência durante a transição entre o século XVI para o XVII, devido à Razão de Estado, associada às regras racionais ligadas ao próprio funcionamento do Estado, que, nesse período, atravessou situação adversa, envolvendo guerras e devastações, as revoltas camponesas e urbanas, a crise financeira, a crise dos meios de subsistência, dentre outros problemas. Frente a essas situações adversas, Foucault sublinha que a arte de governar não encontrou solo fértil para se desenvolver.

Além disso, Foucault sustenta que, ao mesmo tempo em que a teoria econômica mercantilista em vigor, durante o absolutismo, possibilitou o desenvolvimento da arte de governar, em virtude da formação de um saber sobre o Estado, com a emergência a estatística, o mercantilismo ainda tinha como objetivo principal a garantia do poder real, o que freava as artes de governar. Isso impossibilitava uma gestão do poder para além do nível da economia pensada nesse momento apenas como governo da família, restrito ao pequeno núcleo formado pela família e pela casa.

Todavia, com a sistematização cada vez maior da estatística utilizada para tratar os fenômenos relacionados à população, o modelo de governo da economia foi reelaborado, posto que a família por si só não dava mais conta de explicar e intervir em face dos novos problemas de governo, concernentes a uma ordem biopolítica.

Desde meados do século XVIII, o instrumental estatístico mostrou que a população tinha características próprias, cujos fenômenos eram irreduzíveis aos da família. O modelo familiar não garantia a gerência dos problemas de ordem biopolítica, como as grandes epidemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza etc. Mesmo assim, a família, nesse tempo tomada como um segmento da população, continuou a ocupar um papel importante, por se configurar como um meio estratégico para a gestão da vida.

A partir do momento em que, ao contrário, a população aparece como absolutamente irreduzível à família, esta passa para um plano secundário em relação à população, aparece como elemento interno à população, e portanto não mais como modelo, mas como segmento. E segmento privilegiado, na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar. (FOUCAULT, [1979], 1922, p.288).

Portanto, Foucault nos esclarece o processo que levou à passagem da família de modelo de governo para instrumental, a partir da análise de documentos que traziam a família como alvo principal de variadas campanhas.

Nesse sentido, através da discussão sobre a governamentalidade, que diz respeito à maneira como se conduz a conduta dos homens, observamos que as pesquisas de Foucault impõem um deslocamento em relação ao Estado, ao identificar a existência de uma série de relações de poder na sociedade moderna, que se constituíram para fora dos limites estatais. Desse modo, Foucault não empreende uma teoria geral do poder, a-histórica, aplicável a qualquer contexto social. Não funda uma teoria globalizante, mas trabalha uma analítica do poder capaz de dar conta do seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas (MAIA, 1995).

Foucault ampliou a análise do poder para além da dualidade Estado e sociedade, pensando nos processos de produção dos saberes que tornaram possível o controle difuso nas microrrelações de poder. Dessa maneira, rompeu com o modelo jurídico de



pensar o poder, porque não baseou sua análise na compreensão do que legitimava o poder, mas problematizou a constituição e a objetivação dos sujeitos, de sorte a compreender as relações de poder através do antagonismo das estratégias que os atravessam e constituem, afirmando que “[...] não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (FOUCAULT, [1982], (2009), não paginado).

Foucault pensa o poder em termos de guerra, confronto e relação de força, que estrategicamente se organizam na circulação do exercício do poder. Sobre o modelo de guerra proposto analiticamente, enfatiza: “Este tema da luta só se torna operatório se for estabelecido concretamente, e em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais instrumentos e segundo que racionalidade” (FOUCAULT, [1979], 1992a, p. 226).

Consequentemente, poder para Foucault não diz respeito ao modelo econômico, que o considera como mercadoria, nem ao modelo jurídico que o entende pela lógica do contrato social, localizado na figura do Estado, contudo, descentraliza sua análise, partindo para as filigranas, os meandros em que o poder se torna capilar e materializado. Nesse processo, descreve as relações de poder da seguinte maneira:

[...] deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder só se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. (FOUCAULT, [1975-1976] 2005, p. 35).

Foucault buscou estudar o poder nas suas microrrelações e localidade, deixando claro que o poder, ao se exercer, está sujeito a contrapoderes ou a formas de resistência. Por conseguinte, embora não haja algo ou alguém “fora do poder”, sempre que o poder se exercer estará sujeito à resistência.

Assim, para Foucault, independentemente dos meandros assumidos pelo poder, no seu exercício, este só se exerce entre “sujeitos livres”, que têm a possibilidade de escolha, de reação, ou oposição, “[...] que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, [1982], (2009), não paginado). A liberdade, pois, é a condição de existência do poder, não havendo relação de poder sem resistência, sem

escapatória ou fuga. Segundo Foucault, toda relação de poder implica, nem que seja virtualmente, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir.

Sem descartar que muitas vezes a violência é usada por aqueles que exercem o poder, Foucault não vê nela um princípio da natureza das relações de poder. Pelo contrário, as relações de poder referem-se a uma ação sobre outra ação, e não sobre indivíduos, e sempre possibilita resistir (ao contrário da violência, que paralisa e cala, restringindo ou anulando qualquer possibilidade de escapar de sua rede), como pode ser observado na citação abaixo:

[...] é necessário buscar o caráter próprio às relações de poder do lado de uma violência que seria sua forma primitiva, o segredo permanente e o último recurso – aquilo que aparece em última instância como sua verdade, quando coagido a tirar a máscara e a se mostrar tal qual é? De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas: ela força, dobra, quebra, destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, outro pólo senão o da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis para ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. (FOUCAULT, [1982], (2009), não paginado).

Na verdade, para Foucault, o funcionamento das relações de poder não encontra na violência sua condição de existência, mas na liberdade, que permite possibilidades diversas de enfrentamento.

Após esses apontamentos sobre a leitura de Foucault acerca do poder perpassando pelo modo difuso com que se apresenta, traremos, no tópico seguinte, um maior detalhamento sobre os conceitos de disciplina e biopolítica, os quais foram de substancial importância, ao subsidiar nossas análises sobre o documento produzido pelo UNICEF escolhido como fonte primária nesta pesquisa.

Nessa seara, faremos uma discussão sobre a disciplina que se refere à invenção de uma nova mecânica do poder, surgida na passagem do século XVII para o século XVIII, incompatível com a forma como o poder era exercido na soberania, pois a teoria

que embasava a soberania fundamentava o poder na existência física do rei e buscava concentrar o poder em nível territorial para extrair bens e riquezas, porém de forma assistemática e descontínua. Enquanto isso, a disciplina que emerge com a configuração da sociedade capitalista se voltará para a gestão dos detalhes, para o corpo e os seus atos, estabelecendo um controle minucioso do tempo e da produtividade, ao recorrer a sistemas de vigilância contínuos e permanentes, conforme enfocado no tópico a seguir.

### **1.3.8 Tecnologias de Poder: o nível do detalhe e a emergência da população**

Amarradão na torre dá pra ir pro mundo inteiro/ E onde quer que eu vá no mundo, vejo a minha torre. (Gilberto Gil, 1977).

Em seu trabalho intitulado *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, Foucault descreveu como um novo mecanismo de poder se configurou, durante o nascimento da modernidade, quando o poder se voltou para extrair tempo e trabalho dos corpos, através do exercício de técnicas de vigilância de maneira contínua, por meio de sistemas de taxas e obrigações, os quais se tornaram mais eficientes do que o controle do poder a partir da figura do soberano, com seus antigos artifícios de punição via suplício, utilizados de forma descontínua diante de sublevações ao poder.

Conforme Foucault, a sociedade disciplinar veio atender às novas demandas do sistema de produção, porque, com a Revolução Industrial, houve considerável aumento do número de operários e maior especificação das tarefas, com ampliação da divisão do trabalho. Desse modo, constitui-se uma nova economia do poder, cujo objetivo central referiu-se a “[...] propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina” (FOUCAULT, [1979], 1992, p. 187):

A disciplina permitiu organizar os espaços e as massas de pessoas que foram atraídas para as cidades, assim as multidões foram esquadrihadas e organizadas, evitando-se dentre outros aspectos, o contágio por doenças, e a revolta. Nas palavras do autor [...] “lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”. (FOUCAULT [1975], 2009, 139).

Foucault empreendeu um estudo minucioso sobre a tecnologia do poder disciplinar, a qual expandiu o investimento dos corpos pelo poder, ao se multiplicar por todo o corpo social.

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT,[1975], 2009 p. 203).

Deleuze (2005) nos ajuda a entender a disciplina como uma tecnologia, quando salienta que a disciplina não pode ser pensada como algo restrito a uma instituição ou a um aparelho delimitado, mas deve ser pensada como uma tecnologia de poder que atravessa todos os aparelhos, as instituições, para aperfeiçoar, ao ampliar seus efeitos produtivos.

O poder disciplinar tem como função adestrar para se apropriar ainda mais e melhor dos corpos. Opera através da conexão das forças e as multiplica. Por exemplo, temos a utilização da disciplina nas escolas, para ordenar a disposição dos corpos das crianças, desenvolvendo-os para trabalhos futuros, operacionalizando a fabricação de indivíduos úteis e dóceis (FOUCAULT [1975], 2009).

É oportuno mencionar que o dispositivo jurídico da soberania não desapareceu com a emergência da sociedade disciplinar; ele continuou presente nos códigos jurídicos inspirados nos códigos napoleônicos (FOUCAULT, [1979], 1992). Foucault detalha sua explicação sobre o funcionamento das disciplinas na produção do homem moderno, discorrendo sobre os mecanismos chamados de *vigilância hierárquica*, *sanção normalizadora* e *exame*, que, juntos, deram sustentação ao desenvolvimento da sociedade capitalista.

A *vigilância hierárquica* refere-se a uma vigilância que opera sob os estratos inferiores de forma sucessiva e discreta; Já a *sanção normalizadora* opera nas brechas das leis do direito, ao estabelecer a classificação das condutas, através de um sistema de recompensas com a finalidade de combater condutas desviantes. Segundo Foucault, para além das leis, foi atrelado ao dispositivo jurídico um pequeno mecanismo penal ligado à norma, materializado por práticas de saber/poder que qualificavam e reprimiam uma série de comportamentos os quais escapavam aos grandes sistemas de castigo da

soberania. Para ele, “[...] os dispositivos disciplinares produziram uma “penalidade da norma” que é irreduzível em seus princípios e seu funcionamento à penalidade tradicional da lei” (FOUCAULT [1975], 2009, p. 176).

Enquanto isso, o *exame* é considerado por Foucault como o produto da junção entre a vigilância e a sanção normalizadora, que, através da *inversão de visibilidade*, da *produção do arquivo* e da *individualização*, se constituiu em uma importante ferramenta disciplinar. A visibilidade era uma forma de poder próprio dos reis, os quais deveriam se fazer ver, pois somente dessa maneira garantiriam o respeito e a obediência. Todavia, as práticas disciplinares, com o exame, inverteram essa visibilidade, de sorte a tornar o exercício do poder cada vez mais discreto de preferência imperceptível.

Nesse sentido, Foucault traz a discussão sobre o panóptico de Bentham, que nos ajuda a compreender a subordinação dos corpos pela análise da visibilidade. O panóptico projetado por Bentham, em 1785, refere-se a uma maneira de distribuir os corpos no espaço, usada em diversas instituições, como presídios, escolas, hospitais etc., desde a transição do século XVIII para o XIX, com o fito de atender a interesses de controle disciplinar dos corpos.

O panóptico é representado basicamente por um anel periférico e uma torre central. Com a definição desse modelo arquitetônico, Bentham rompeu com o princípio da masmorra, em que o detento era isolado e deixado sob a escuridão; na sociedade disciplinar, ao contrário, foi estabelecida uma vigilância que em tese seria constante, devido à ruptura do par ver e ser visto, pois o poder se tornou visível, mas inverificável:

O corpo do rei, com sua estranha presença material e mítica, com a força que ele mesmo exhibe ou transmite a alguns, está no extremo oposto dessa nova física do poder definida pelo panoptismo; seu campo é ao contrário toda aquela região de baixo, a dos corpos irregulares, com seus detalhes, seus mecanismos que analisam distribuições, desvios, séries, combinações, e utilizam instrumentos para tornar visível, registrar, diferenciar e comparar: física de um poder relacional e múltiplo, relações, justamente, permitem individualizar. Ao nível teórico, Bentham define outra maneira de analisar o corpo social e as relações de poder que o atravessam; em termos de prática, ele define um processo de subordinação dos corpos e das forças que a utilidade do poder deve majorar fazendo a economia do Príncipe. O panoptismo é o princípio geral de uma nova “anatomia política” cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina. (FOUCAULT [1975], 2009, p. 197).

Por conseguinte, nas prisões, o detento passou a ter de sua cela a visão de uma alta torre central, de onde era espionado. No entanto, nunca saberia, de fato, se estava ou não sendo observado. Para Foucault, o panoptismo ampliou e organizou o poder, para tornar mais forte as forças sociais, já que passou a adentrar o próprio pensamento das pessoas, as quais se sentem constantemente vigiadas, porque não podem saber exatamente quando estão sendo vigiadas pelo olhar do vigia da torre. Por isso, afirma que o poder disciplinar, ao contrário da soberania, se exerce na invisibilidade, e é a justamente a sensação de sempre se sentir vigiado que manteria o indivíduo disciplinar.

Assim, a disciplina, ao proceder à distribuição dos indivíduos, aliou-se à arquitetura, objetivando a gestão do espaço de acordo com sua função. Além disso, operou de forma consubstancial o controle do tempo, que, até então, era rudimentarmente controlado pelo mestre. Com a sociedade disciplinar, o tempo foi administrado a partir de séries múltiplas e progressivas, marcado pela presença tirânica do relógio, com horários de trabalho rigidamente controlados.

Foucault conclui que a sanção normalizadora e a vigilância exerceram o controle normalizador, através do procedimento do exame, em que foi permitido qualificar, classificar e punir, ao estabelecer sobre os indivíduos uma visibilidade com a qual eles foram constantemente diferenciados e sancionados, visto que a prática do exame transformou o indivíduo em um objeto documentado, analisável, descritível – um caso.

Nessa perspectiva, as disciplinas conduziram à formação das ciências humanas, as quais atuaram, desde esse tempo, para aprimorar o controle sobre as pessoas, oferecendo saberes que se encarregaram de constituir biografias dos sujeitos ao longo de suas vidas, posicionando-os dentro ou fora da curva de normalidade. Entretanto, Foucault não acredita que o poder apenas reprima, mas considera que, se fosse somente dessa ordem, não conseguiria se manter por muito tempo. Para ele, o poder também produz: “Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT [1975], 2009, p. 185).

Por fim, damos visibilidade à consideração de que, com o desenvolvimento da sociedade centrada na norma, houve uma ampliação das tecnologias de poder, de modo que Foucault alude ao surgimento, no século XVIII, da chamada biopolítica, voltada

para a gestão do homem enquanto espécie ou, em outras palavras, para a problemática da gestão da população.

Depois da disciplina ou da “anátomo-política do corpo humano”, referente à vida do homem na sua individualidade, foi-se instaurando, no decorrer do século XVIII, uma nova política voltada para o homem enquanto espécie, momento em que Foucault introduz seu conceito de biopoder. Com isso, não excluiu de sua análise os parâmetros da sociedade disciplinar, mas agregou a ela o que denominou biopolítica, para pensar as novas formas de governo ligado à defesa da sociedade e ampliação da vida. Logo, o biopoder agrega à disciplina mais um novo elemento analítico, que emergiu nos estudos históricos de Foucault que ele chamou de biopolítica, conforme destacado: “[...]. E gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente ao nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, [1979], 1992, p. 192).

Com o Iluminismo, houve uma mudança consubstancial na forma de gerir a população, pois até então as práticas voltadas a ela eram dispersas e descontínuas (MARTINS, 2006). Desse modo, a população começou a ser estudada, analisada e esquadrihada, objetivando-se gerir e controlar de maneira mais efetiva seus membros (FOUCAULT, [1982], 2009).

Martins (2006) ressalta que a biopolítica consistiu na gestão de um problema novo, porque o crescimento da população na Europa ocidental, a partir do século XVIII, exigiu uma nova forma de racionalizar os problemas colocados à prática governamental para os fenômenos próprios a um conjunto de viventes constituídos em população. Com a biopolítica, Foucault quer analisar a organização do poder frente à população tomada como um problema político e científico.

A biopolítica leva em conta os processos vitais do homem biológico enquanto espécie, assegurando sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação do corpo social, ao trabalhar com parâmetros, médias, comparações. Foucault ([1975-1976] 2005) salienta: “É uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas o equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (p. 297).

No entanto, Foucault afirma que há uma articulação permanente entre a disciplina e a regulamentação, possível a partir da norma, pois esta permitiu concomitantemente o controle da ordem disciplinar do corpo e dos acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica. Sobre essa nova tecnologia de poder e sua relação à norma, destacamos:

Uma outra consequência deste desenvolvimento do bio-poder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, à expensas do sistema jurídico da lei. A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte; aos que a transgredirem, ela responde, pelo menos como último recurso, com esta ameaça absoluta. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. [...] a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. (FOUCAULT, [1975-1976], 2005 p. 156-157).

Houve uma importante mudança no direito, que consistiu não em uma substituição, mas em um complemento ao direito de soberania, já que nesse período o que sustentava os combates era a estratégia de poder matar para poder viver; essa lógica não desapareceu, com a sociedade de normalização, contudo, assumiu novas formatações e continuou a ser empregada estrategicamente entre os Estados, permanecendo até nossos dias de forma cada vez mais intensa. Porém, Foucault (1988) demarca que houve uma trasladação do eixo jurídico da soberania para o eixo biológico da população. Em consequência, o direito do soberano de – fazer morrer ou deixar viver – foi substituído por uma nova forma de lidar com a vida, que consistiu no contrário – fazer viver ou deixar morrer:

Aquém, portanto de grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, [1975-1976] 2005, p. 294).



Em decorrência, a modernidade encontrou um solo fértil, uma autorização para o genocídio, ao defender a “raça<sup>5</sup> humana” ou, em outras palavras, a população, porque a morte de alguns se tornou justificável, ao se difundir práticas de saber/poder que defendem a segurança da população. Como enfatiza o autor: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1988, p. 150).

Entra em cena um discurso guerreiro, mas distinto daqueles dos séculos anteriores, os quais estavam ligados a um poder descentralizado; nessa perspectiva, tem-se um combate travado não entre duas raças específicas, mas entre a raça verdadeira e única, titular da norma, contra os demais que constituem os perigos eminentes ao “patrimônio biológico”, que, portanto devem ser eliminados, evitando-se a degenerescência do corpo social. Trata-se do que Foucault ([1975-1976] 2005) denominou

[...] um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social. (p.73).

Dessa maneira, os inimigos não são mais aqueles que invadiam o território de determinado grupo social, durante as conquistas, que faziam parte de outros povos: transformaram-se em inimigos os próprios indivíduos que compõem um povoado, os inimigos internos. Foi o racismo que possibilitou tratar determinados segmentos da população, como os mestiços, como inferiores, ao separar a espécie humana em subgrupos. Ou seja, operou-se no interior de um contínuo biológico de fragmentações, em que a morte dos “inferiores” passou a representar a perpetuação do saudável, conforme declara Foucault (FOUCAULT, [1975-1976] 2005):

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando você tem uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é ao menos em toda a superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém,

---

<sup>5</sup> O termo *raça* é utilizado por Foucault para pensar o aspecto biológico ligado a práticas de saber/poder que emergiram na sociedade biopolítica, permitindo que determinados grupos se tornassem matáveis.

para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (p.306).

A reatualização do recurso da morte, que simbolizava o poder do soberano usado como recurso de forma assistemática, se inseriu em uma administração cuidadosa dos corpos e na gestão calculista da vida. Assim, ao operar o biopoder, ocorreu a sujeição dos corpos através de inúmeras práticas discursivas racistas, que fizeram funcionar a eliminação, a segregação e a normalização da sociedade, em nome de um controle minucioso da população.

A difusão de práticas de saber e poder que colocavam o outro como um perigo eminente biológico introduziu uma nova Medicina, com a missão de garantir a saúde pública, em que a biopolítica, ao agir na prevenção gerenciando a vida, nos seus diversos aspectos, para fazer viver a alguns e deixar morrer a outros, se utilizou fortemente do saber médico, desencadeando uma crescente medicalização e higienização do corpo social.

Segundo Foucault, através da Medicina foram implantados diversos mecanismos, como a inserção de organismos de coordenação dos tratamentos médicos, a centralização de informações sobre as doenças, a normalização do saber, campanhas de aprendizado sobre a higiene, dentre outros, nos quais foi possível operar a normalização/medicalização da população (FOUCAULT, [1975-1976] 2005, p. 291).

### **1.3.9 Biopolítica e medicalização da vida**

Para tratar dos efeitos da Medicina sob a égide da biopolítica, Foucault nos mostra que a sociedade capitalista investiu na dimensão do corpo biológico, para gerir a população. E, nesse processo, a aliança com a Medicina foi de fundamental importância. Foucault ([1979], 1992) encara a Medicina moderna como uma Medicina social, pela análise de três aspectos de ordem biopolítica que emergem na Alemanha, na França e na Inglaterra, os quais, juntos, nos ajudam a problematizar as racionalidades que circulam e

sustentam práticas médico-higienistas e muitas vezes racistas presentes na contemporaneidade.

Antes de tudo, é válido lembrar que houve uma crescente preocupação de todas as nações europeias entre os séculos XVI e XVII, quanto ao estado de saúde da população, envolvendo aspectos políticos, econômicos e científicos característicos de um período em que o sistema econômico vigente era o mercantilismo. Foucault nos mostra que, sendo o mercantilismo uma teoria econômica, que trazia em seu bojo práticas políticas específicas ligadas à problemática da população, operou, desde esse tempo, de forma cada vez mais sistemática, um controle dos fluxos monetários entre as nações, dos fluxos de mercadorias e da força produtiva da população.

Nessa transição de uma realidade política econômica fragmentada típica das sociedades feudais, Foucault, em seus estudos, observa que a Alemanha foi o primeiro Estado moderno a se formar, dentre outros aspectos, devido à própria instabilidade política em que os soberanos se encontravam, em meio a constantes lutas. Outro fator foi à constituição de uma burguesia, ainda bloqueada pelos limites impostos pelo mercantilismo. Esses fatores acabaram por impulsionar a configuração de um Estado centralizado. Logo, surgiu primeiramente, na Alemanha, entre os fins do século XVIII e início do XIX, o Estado Moderno com seus aparelhos, seus funcionários, seu saber. Para tanto, houve uma aliança do poder Estatal com a Medicina, analisada por Foucault como uma Medicina Social ligada à biopolítica, em que a Medicina aparece como social e estatizada.

No caso da França, nos fins do século XVIII, a Medicina Social emerge, mas deslocada do Estado, relacionada a um elemento inteiramente diferente da Alemanha – a urbanização, em que, diante da necessidade de unificação do poder urbano, houve a demanda de constituir a cidade como unidade, para organizar o corpo urbano de modo homogêneo, com um poder centralizado e regulamentado, visto que, com o crescimento das relações comerciais, a multiplicidade de jurisdição tornou-se insustentável. Além disso, politicamente, com o desenvolvimento das cidades, surgiu uma população operária pobre, que aumentou as tensões políticas no interior da cidade, permeadas por recorrentes revoltas urbanas, fazendo-se urgente a execução de um poder político capaz de esquadrihar para adentrar em cada elo da população urbana (FOUCAULT, [1979], 1992).

A Medicina Social urbana emerge na França, através da problemática das regiões de amontoamento, de confusão e de perigo sanitário, no espaço urbano. Foucault delimita que o objetivo dessa Medicina era justamente o controle da circulação, não apenas dos indivíduos, mas também dos elementos químicos, como a água e o ar, decomposições, dentre outros referentes às condições de vida e do meio de existência, para garantir um controle dos efeitos que o meio efetivamente oferecia aos organismos vivos, com destaque ao humano.

A terceira direção da Medicina Social é analisada através do exemplo inglês, quando se configurou uma Medicina voltada para as classes subalternas, a força de trabalho, os operários. Estes se constituíram como o último alvo da medicalização. Esse efeito aparentemente tardio da medicalização dos pobres é explicado pela utilidade que os mesmos, antes de se transformarem em um problema, ofereciam a vida nas cidades, pois eram eles que realizavam incumbências como levar cartas, despejar o lixo, transportar água, eliminar os dejetos, deslocar entulhos das cidades, redistribuí-los, vendê-los etc. Ou seja, eram extremamente úteis, uma vez que davam suporte instrumental à vida urbana. Em resumo: “Na medida em que faziam parte da paisagem urbana, como os esgotos e a canalização, os pobres não podiam ser postos em questão, não podiam ser vistos como um perigo. No nível em que se colocavam, eles eram bastante úteis” (FOUCAULT [1979], 1992, p. 94).

Porém, na segunda metade do século XIX, os pobres se configuram como um perigo; dentre os fatores ligados a essa transformação temos os seguintes: 1) a população pobre tornou-se uma força política capaz de revoltas, em face das insatisfações provocadas pelo sistema capitalista; 2) muitos serviços que eram prestados pelos pobres foram institucionalizados pelo estabelecimento de um sistema postal, sistema de carregadores, que inclusive foram acompanhadas de constantes revoltas daqueles que garantiam os seus sustentos pela prestação de tais serviços; 3) manifestação de epidemias, como a cólera, que se propagou por toda a Europa e direcionou para a população proletária vários temores de ordem política e sanitária. Frente a esses problemas, a presença dos pobres torna-se indesejada; inclusive Foucault ([1979], 1992) observou que, a partir dessa época, a coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, e os pobres foram afastados para bairros distantes dos centros urbanos, tornando-se alvo de constantes práticas médico-higienistas de saber/poder.

Assim, Foucault conclui que, no sistema alemão, a Medicina de Estado era pouco flexível e a Medicina urbana francesa se constituía apenas como um esboço geral do controle social, sem instrumentos precisos de poder, ao passo que a experiência inglesa foi o modelo que apresentou maior originalidade e completude, ao permitir o esquadramento em três sistemas médicos coexistentes, referentes à constituição de uma assistência médica assistencial destinada aos mais pobres, à formação de um corpo administrativo encarregado de gerir problemas ligados à gestão e controle das doenças, e à formação de uma medicina privada voltada para as classes abastadas, que pudessem pagar pelos serviços médicos prestados.

A partir da apresentação dos conceitos e ferramentais metodológicos de referência para as análises operadas nesta Dissertação, traremos no capítulo seguinte uma discussão sobre as práticas vizinhas ligadas à produção do livro em análise e a descrição desse documento, posto que o modo como ele foi montado, em sua apresentação, distribuição temática, seus eixos principais etc. representou o conjunto de elementos que nos guiaram, dando forma a este trabalho.

## **CAPÍTULO 2**

### **GESTÃO DA INFÂNCIA E A EMERGÊNCIA DO DOCUMENTO**

#### **2.1 Práticas vizinhas à produção do documento**

Pensar sobre o lugar ocupado pelo UNICEF, no contexto internacional, suas inserções nos diversos países do mundo e as ressonâncias das práticas de saber-poder dessa agência nas políticas, no Brasil, dirigidas para o segmento infantojuvenil significa problematizar as racionalidades liberais e neoliberais que adentraram a vida da população, com forte impacto na gestão disciplinar e biopolítica da vida. Nosso foco volta-se para a gestão da infância e adolescentes, parcela da população pensada como em desenvolvimento, para a qual os organismos internacionais difundem um discurso protetivo, porém, filtrado pela lente da economia, que, no mundo ocidental, passou a agregar cada vez mais proteção a um investimento que adicione o mínimo de gastos ao máximo de controle dos riscos.

Segundo Foucault ([1978-1979], 2008), houve uma mudança na arte de governar, no século XVIII, pois a regra passou a ser reduzir o governo no sentido de minimizar o protecionismo dos Estados-Nações que embargavam a circulação do mercado, de modo a deixar que o mercado se ajustasse naturalmente às novas tendências, o que asseguraria o fortalecimento e a prosperidade das nações europeias, configurando-se assim a perspectiva política e econômica liberal<sup>6</sup>.

De acordo com Adam Smith, um dos principais economistas liberais, o livre comércio possuiria mecanismos racionais e eficientes de autorregulação, enquanto o Estado nunca deveria intervir na ordem econômica, a não ser na forma da lei, ou seja, o poder público deveria limitar-se às intervenções legais, conforme a ordem natural

---

<sup>6</sup> Para maior detalhamento, sugere-se a leitura do curso “Nascimento da Biopolítica”, ministrado por Foucault em 1979, no qual são explicadas as racionalidades político-econômicas do liberalismo e neoliberalismo.

econômica, efeito e princípio da sua própria regulação. O liberalismo, enquanto prática governamental, tem como elemento imprescindível a liberdade, sem a qual não consegue se materializar, pois só pode funcionar se existir certo número de liberdades.

No liberalismo, a liberdade se fabrica a cada instante; no entanto, é necessário não só produzi-la como organizá-la por meio de diversas limitações, coerções, obrigações etc., o que pode ser observado, com a constituição da sociedade disciplinar, na qual, a partir do desenvolvimento do capitalismo, houve toda uma tentativa de assegurar um controle minucioso dos corpos no espaço e tempo, de modo a responder as novas demandas econômicas e sociais ligadas ao modelo liberal. De fato, o liberalismo não é pensado por Foucault meramente como um modelo econômico, mas também como uma forma de organizar as condutas e regulamentar a população, em que a norma é um dispositivo importante, pois agrega um controle tanto dos corpos que se deseja disciplinar quanto da população a ser regulamentada, conforme já vimos no capítulo teórico-metodológico desta Dissertação.

Todavia, com a crise do capitalismo de 1929, as ideias liberais foram amplamente questionadas, uma vez que os supostos mecanismos autorreguladores do capitalismo falharam. A saída para essa crise do capitalismo foi a adoção das ideias desenvolvida por Keynes, que rompiam com o suposto liberal do “deixai fazer”, pois, para ele, o Estado deveria interferir na sociedade, na economia e demais áreas, de acordo com a necessidade. Dessa forma, o modelo de Estado intervencionista foi adotado, com a implantação de diversas ações que conciliavam as questões econômicas e sociais. Tal estratégia foi assumida por vários países, após a Segunda Guerra Mundial, que buscavam com a interferência estatal uma alternativa para a recuperação das nações.

Porém, a partir dos anos 1960, com a derrubada do modelo econômico pautado na doutrina keynesiana, devido a novos problemas com a inflação e a instabilidade econômica, o neoliberalismo emergiu e estabeleceu limites para o Estado, ao preconizar que as garantias da liberdade econômica e política estavam ameaçadas pelo intervencionismo estatal. Conforme o neoliberalismo, Estado e Mercado são formas de organizações antagônicas e irreconciliáveis. No neoliberalismo, as liberdades de mercado continuam, mas as autoridades políticas devem conter os excessos do capital

especulativo e dos grandes monopólios. De acordo com Chauí (2011), uma das principais características de um Estado neoliberal consiste em

[...] um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; um estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e reduzir os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio [...]. Em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização. (p. 313).

Além disso, a autora afirma que o econômico, o jurídico e o político planetário encontram-se agora no FMI e no Banco Mundial, os quais operam com um único dogma, neoliberal, que prima pela estabilidade econômica e pelo corte do *déficit* público.

Neste trabalho, faz-se oportuno darmos visibilidade à análise realizada por Foucault (1979) sobre o neoliberalismo americano, em que a relação econômica se estende para além das circunstâncias do fluxo de capital e transforma-se em uma espécie de ciência do comportamento humano, com base estratégica na gestão da população. Foucault evidencia o nível de consumo extremo no qual o capitalismo chega quando transforma os homens não apenas em forças de trabalho, mas em empresários de si, que, a partir de técnicas comportamentais, deverão moldar-se à sociedade empresarial. Trata-se do retorno do “homo oeconomicus”, mas com novos meandros, conforme expresso abaixo:

O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo fonte de sua renda. (FOUCAULT, 1979, p. 311).

Desse modo, generalizaram-se e multiplicaram-se as formas de empresas no interior do corpo social, amplamente difundidas nos EUA, por uma racionalidade pautada nas teorias comportamentais com forte tendência skinneriana. Com isso, a infância vai ser pensada como uma fase importante para se investir, para que seja



adquirida “competência máquina”, quando se chegar à vida adulta, de maneira a garantir incessantes fluxos de renda.

Ao tratar sobre a gestão da vida infantil e juvenil, no cenário mundial, temos como importante órgão gerenciador das chamadas “ações humanitárias”, no mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU), constituída por uma estrutura multifacetada composta por diversos organismos, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Tais entidades possuem autonomia relativa, no sentido de terem seus próprios escritórios e direção, estabelecendo suas próprias normas e diretrizes e atuando basicamente nas esferas econômicas e sociais dos países-membros (OLIVEIRA, 2008).

Conforme Fullgraf (2007), as organizações internacionais são instâncias que criam, modelam, filtram e veiculam processos de globalização, criados a partir de acordos multilaterais entre os Estados com vistas a difundir práticas de globalização. Para Rosemberg, (2002), as relações internacionais ocorrem em uma rede que abarca governos, ministros, especialmente das finanças e das relações exteriores; relações diplomáticas bilaterais, através de embaixadas, consulados, missões diplomáticas; por meio das organizações internacionais, regionais, empresas multinacionais etc. Essa multiplicidade nos mostra a governamentalidade em um mundo globalizado, empregando uma multiplicidade de forças, recursos e táticas para governar homens e coisas, nos diversos âmbitos sociais.

## **2.2 Breve apanhado sobre o governo da infância**

Sabemos que a história da constituição dos direitos das crianças engloba um campo demasiado extenso para ser aqui aprofundado, porém, buscamos elencar alguns aspectos de relevo para pensarmos a passagem da criança de objeto a sujeito de direitos, com foco no contexto brasileiro, de modo a contribuir nas discussões travadas nesta Dissertação.

Ao fazermos um recuo na história, constatamos que o Ocidente experimentou distintas formas de assistir as crianças desvalidas. A assistência caritativa foi a primeira maneira conhecida na Europa, durante a Idade Média; nela, o espiritual e o material andavam juntos. A assistência era realizada por pessoas da alta sociedade, em nome da salvação de suas almas e do prestígio social. Todavia, com o Iluminismo, difundiram-se discursos racionais de ordem produtiva e utilitarista, além de teorias que enfatizavam as vantagens do aprendizado profissional para as crianças abandonadas, de sorte que a caridade religiosa foi, aos poucos, substituída pela filantropia, na qual se considerava que o Estado deveria ter responsabilidades com a assistência aos necessitados (MARCÍLIO, 2006).

As transformações no âmbito da infância, relacionadas às mudanças econômicas, políticas e sociais, fruto da difusão da sociedade capitalista, possibilitaram que gradativamente as crianças deixassem de ser objeto de interesse, preocupação e ação apenas no âmbito privado da família e da Igreja, para ser uma responsabilidade de competência administrativa do Estado (RIZZINI, 2011). Conforme já discutido anteriormente, com os avanços na Medicina, nas ciências jurídicas, pedagógicas e psicológicas, foi produzida a infância como momento especial de desenvolvimento, em que as crianças deveriam ter direitos respaldados em leis que lhes garantissem cuidados em um mundo urbano capitalista e utilizador da mão de obra infantil, em extensas jornadas de trabalho.

As mudanças no olhar dispensado às crianças não podem ser descoladas do cenário internacional em que, na virada do século XIX para o XX, se difundiram a defesa e a proteção das crianças, com a formulação das primeiras leis que garantiam direitos às crianças, nas quais se levaram em conta as características especiais desses indivíduos pensados enquanto *em desenvolvimento*<sup>7</sup>. Segundo Marcílio (1998), a origem do processo de criação dos Direitos da Criança remonta ao movimento de emancipação do homem em um dinâmico processo que surge nos séculos XVII e XVIII. Não podemos deixar de pontuar que tais garantias de direitos dizem respeito a um discurso burguês que tem como base a igualdade apenas perante as leis. Com a formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão, posteriormente adaptados para o segmento

---

<sup>7</sup> Conforme sucintamente apresentado no Capítulo 3 deste trabalho.

infantil, essas diferentes pautas se aprimoraram, originando os chamados Direitos Humanos.

De acordo com Coimbra e Nascimento (2008), os ideais da Revolução Francesa – de igualdade, liberdade e fraternidade – tornaram-se, a partir do fim do século XVIII, o fundamento do que se denominou direitos humanos. As autoras chamam a atenção para que esses direitos foram produzidos pela sociedade capitalista como um “dato natural”, desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamados na França, em 1789, e mais recentemente aprimorados pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Com a criação da Organização das Nações Unidas, os direitos humanos passaram a ser cada vez mais difundidos, acionados para justificar as ações desse organismo. Embora tais declarações versem sobre os direitos da humanidade, estes efetivamente só têm sido garantidos a uma parcela da população, basicamente as elites, enquanto os demais sequer são enxergados como iguais na sua dimensão humana, como se observa nas palavras das autoras: “Não há dúvida, portanto, que esses direitos – proclamados pelas diferentes revoluções burguesas, contidos nas mais variadas declarações – tenham construído subjetividades que definem para quais humanos os direitos devem se dirigir” (p. 92).

Para Ferreri (2002), um ponto crucial na problematização dos direitos humanos refere-se à seu caráter universal, pois há um antagonismo entre a universalização da cidadania e a lógica produtiva capitalista. O autor explica que, na perspectiva moderna, se fortalece a ideia de direitos naturais do homem, dentre os quais o direito à propriedade, que sempre esteve determinada pela condição de detenção dos meios de produção e bens materiais, situação essa restrita às classes abastadas, de maneira que já se demarca a distinção na garantia dos direitos, de acordo com a classe social à qual se pertença.

Nesse contexto, a ONU foi criada pelos países que saíram vencedores da II Guerra Mundial, com o objetivo, em tese, de resolver as disputas internacionais e assegurar a paz no mundo. Após várias negociações, foi assinada a Carta das Nações Unidas, em 1945, na Conferência das Nações Unidas para a criação dessa organização internacional, nos Estados Unidos, ratificada por 51, incluindo o Brasil. Sobre a Carta das Nações Unidas, destacamos:

A Carta das Nações Unidas fixa quatro objetivos principais: manter a paz e a segurança internacionais, fomentar a amizade e as boas relações entre as

nações, defender a cooperação como solução para os problemas internacionais e o desenvolvimento dos direitos humanos e das liberdades da população mundial. (UNICEF, 2012a).

Atualmente, a ONU é uma das organizações mais representativas do planeta integrada por 192 países-membros, ligada a um dispositivo de governamentalidade, para gerir a população, controlar seus perigos e garantir o funcionamento da sociedade capitalista neoliberal. Nessa perspectiva, fomentou a criação de documentos internacionais que garantiram o controle das crianças enquanto uma população específica a ser gerida pelo biopoder aliado à norma. Para tanto, articulou-se ao direito por meio de um discurso jurídico presente desde Declaração de Genebra de 1924, que, à época, foi conduzido pela Liga das Nações (posteriormente substituída pela ONU), passando pela Declaração dos Direitos da Criança de 1959, até a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que foram os grandes marcos internacionais sobre a constituição dos direitos da infância, exigindo mudanças na legislação dos países-membros convocados a dar novo tratamento legal e normativo às suas crianças.

Compondo o quadro de organismos ligado à ONU, temos o UNICEF, voltado para a gestão do segmento infantil e juvenil, através de diversas ações, em suas parcerias diversas, bem como pela extensa literatura (livros, relatórios, cartilhas etc.) constantemente produzida de acordo com as pautas internacionalmente colocadas, em que são articuladas práticas de saber poder que dizem sobre o que é ser criança ou jovem no mundo.

Especificamente no cenário brasileiro, o UNICEF inaugurou seu primeiro escritório em 1950, em João Pessoa, na Paraíba. O primeiro projeto voltou-se às iniciativas de proteção à saúde da criança e da gestante, em alguns Estados do Nordeste. Atualmente, o UNICEF possui escritórios em várias capitais do país e atua de forma ampla na área dos direitos humanos de crianças e adolescentes, tendo suas ações difundidas em quase todo o território nacional, na promoção e desenvolvimento da infância.

Foucault nos ensina que, quanto mais nos deixamos governar em nome de segurança e proteção, mais somos controlados – e é justamente esse o caminho trilhado pelo UNICEF; ao defender a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o UNICEF adentra as políticas públicas para atender aos anseios do capitalismo neoliberal, pois, em um mundo que implementa vorazmente produtos e modos de ser, não se pode perder

mão de obra e nem mercado. E o capital humano precisa ser desenvolvido, do contrário, ocorrem perdas econômicas. Enfatiza Foucault ([1978-1979] 2008):

A partir desse problema do capital humano podem ser repensados os problemas da economia do terceiro mundo. E a não-decolagem da economia do terceiro mundo<sup>8</sup> [...] está sendo pensada agora, não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência no capital humano. (p. 319).

Para favorecer a garantia do capital humano, o UNICEF defende o investimento na infância, pela realização de recomendações, financiamentos assessorias, publicação de livros, manuais e relatórios de forma periódica, além de promover eventos temáticos ligados aos direitos das crianças e dos adolescentes e financiar projetos de proteção direcionados à infância e juventude brasileira (LEMOS, 2010).

O órgão se volta para a promoção da infância e juventude, ao propagar a defesa de um desenvolvimento humano sustentável, a paz e o progresso social, conforme versa a Carta das Nações Unidas. Essa agência multilateral opera uma produção sobre a infância e a juventude com forte impacto sobre as políticas públicas. As práticas de saber e poder do UNICEF atuam de modo a classificar, regular, controlar as vidas infantojuvenis, exercendo controle não só sobre esse corpos, mas também sobre suas subjetividades. Acerca do alcance das ações do UNICEF, salientamos:

O UNICEF - trabalha para ajudar a construir um mundo onde cada criança e cada adolescente tenham todos seus direitos respeitados, protegidos e cumpridos. Sua credibilidade e sua influência entre os governos, sociedade civil e outras organizações permitem tornar realidade ideias inovadoras e criativas. Isso faz do UNICEF a mais importante organização de defesa dos direitos da infância e da adolescência em todo o mundo. (UNICEF, 2012b).

Assim, essa agência promove ações ditas “humanitárias”, ao fornecer medidas paliativas e emergenciais diante da miséria, sobretudo nos países da América do Sul, e dos continentes asiático e africano; nesses dois últimos casos, diversas ações estiveram

---

<sup>8</sup> Esta citação foi transcrita do curso “Nascimento da Biopolítica” ministrado no final da década de 1970, por isso, o uso da expressão “terceiro mundo”, atualmente defasada e substituída pelos termos “periféricos” ou “emergentes” ou “economias reflexas”. Para maior detalhamento, ver Biancareli (2006).

associadas a conflitos étnicos envolvendo crianças prejudicadas por situações de guerras:

O UNICEF atua, em situações de emergência, visando à proteção dos direitos da criança. Em coordenação com parceiros das Nações Unidas e Agências Humanitárias, o UNICEF coloca à disposição de suas contrapartes sua capacidade de rápida ação, para aliviar o sofrimento das crianças e de seus responsáveis. (UNICEF, 2012c).

A partir da citação, fica claro que o objetivo dessa agência não é garantir condições dignas de vida para as crianças do mundo, através de medidas consistentes, mas atuar de forma pontual. Em meio a essa realidade, chamamos a atenção ao fato de que os interesses que regem tal organismo são guiados por fatores econômicos, por cálculos estatísticos os quais indicam como deve se dar, de forma estratégica, a gestão da infância e da juventude, para que a pobreza e a desigualdade do mundo não comprometam os investimentos do grande capital. Lemos (2007), refletindo sobre a relação entre as medidas protetivas para a infância e as estratégias de governo da vida, em uma sociedade movida pelo cálculo econômico, ressalta:

A proteção, em uma sociedade capitalista, tornou-se investimento de capital, produzindo lucro e estimulando o poder de consumo da população. Ora, se o capitalismo busca intensificar o consumo, tudo é capturado nesta lógica consumista, inclusive as políticas sociais. O mercado assume posição central, acima dos direitos humanos. O que parecia uma missão de cunho salvacionista da infância pobre e desamparada vai se delineando como uma política clara de controle social das populações desfavorecidas, marcada pelo viés preventivo com base economicista. (LEMOS, 2007, p. 182).

Com essa consideração, Lemos sublinha que a proteção da criança é vista como um investimento no futuro, em que, durante o processo de desenvolvimento da criança em adulto, se busca gestar a formação de um adulto disciplinado e submisso. Nesse sentido, pela via da proteção, o UNICEF opera um cálculo biopolítico para prevenir gastos futuros com a assistência social e as políticas de segurança.

Para Rizzini (2011), a ação dos organismos internacionais se coaduna à forma como se constituíram as leis de proteção à infância, no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, como estratégia de educar o povo e sanear a sociedade, além de

buscar prevenir a desordem, à medida que ofereciam suporte às famílias, quando estas não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais passavam a ser entregues à tutela do Estado, conforme apontaremos brevemente, no tópico a seguir.

O documento em análise, descrito no tópico seguinte, liga-se a esse contexto mundial de gestão da infância e adolescência economicamente desfavorecida do mundo, tendo por foco o objeto violência, no Brasil, examinado por meio da noção de ciclo de vida, estratégia interpretativa e interventiva adotada pelo UNICEF.

### **2.3 Descrição do documento em análise**

Entendemos a dimensão política e econômica neoliberal como prática vizinha à produção do documento em análise. Em acréscimo, antes de apresentarmos a descrição detalhada do documento, traremos à baila alguns elementos ligados às condições de possibilidade para a produção do livro, ao lugar institucional ocupado pelos autores e pelos representantes do UNICEF implicados na organização da obra, lançada em 2005, intitulada *Análise da violência contra a criança e o adolescente, segundo o ciclo de vida no Brasil* - conceitos, dados e proposições, por estarem inseridos na área dos direitos humanos. Com isso, objetivamos dar visibilidade aos critérios usados pelo UNICEF na seleção das pessoas e das instituições escolhidas para a montagem do documento.

Tomamos o livro em análise enquanto um arquivo produzido por uma multiplicidade de acontecimentos heterogêneos entrecruzados em relação de coexistência e imanência. Assim, estendemos nosso interesse às práticas vizinhas associadas à produção do documento, que dizem respeito a uma pauta internacional sobre o objeto violência, na sua dimensão biopolítica e neoliberal, em que os fluxos do capital financeiro são investidos em determinados países, de acordo com a gestão calculada dos riscos, que tem sido constantemente abordado pela ONU, mundialmente, sendo que é exigido dos países-membros que cumpram as regulamentações e acordos internacionais.

Nesse documento, encontramos menção ao contexto internacional, ao qual sua produção está arrolada, o que nos ajudou a entendê-lo enquanto resposta a uma

demanda internacionalmente colocada para atender a anseios de ordem biopolítica, conforme se pode ler abaixo:

O contexto internacional também é favorável a este debate. O secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan, está liderando a elaboração de um Estudo Mundial sobre a violência contra criança. A ação tem por finalidade reunir pesquisas existentes e informações relevantes sobre as formas, causas e impacto da violência que afetam crianças (até a idade de 18 anos). Traz um importante poder de mobilização nos diferentes países para conhecer e enfrentar situações de violência contra crianças e adolescentes. (UNICEF, 2005. p. 8).

Ao tomar o documento na sua materialidade e superfície, observamos, a partir da citação, que o objeto violência se tornou alvo de constante interesse, em âmbito mundial, o que levou os países-membros a realizarem um esforço investigativo para dimensionar esse objeto – a violência. Um país com altos índices de violência representa um risco econômico, compromete as negociações internacionais, gera altos gastos com a saúde, traz consequências negativas à vida da população economicamente ativa etc. O livro em análise está ligado aos trabalhos desenvolvidos pelo brasileiro Paulo Sergio Pinheiro, segundo constatamos em diferentes fontes:

O livro foi lançado no mês de agosto, num evento promovido pelo UNICEF. Faz parte de um megaestudo mundial sobre as formas, as causas e o impacto da violência na vida de crianças entre zero e 18 anos. A pesquisa é comandada pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. O resultado será apresentado em setembro do próximo ano na sede da ONU, em Nova York. [...] E assim pressionar os governos a mudar as leis para melhorar as condições de vida das crianças. Em julho, diversos países europeus assinaram uma declaração para "aprovar, emendar e revogar todas as leis nacionais que sejam necessárias para proibir todas as formas de violência contra as crianças, incluindo o castigo corporal e o tratamento humilhante, e tomar as medidas necessárias para prevenir e sancionar essas violações". (CERQUEIRA, 2005, p. não paginado).

Em outro documento, produzido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, encontramos:

Este relatório, que se baseia no estudo aprofundado realizado por Paulo Sérgio Pinheiro, especialista independente designado para esse fim pelo Secretário Geral de acordo com a resolução 57/90 de 2002 da Assembleia Geral, apresenta uma visão global da violência contra crianças e propõe



recomendações para prevenirmos e lidarmos com essa questão. (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, p. 1).

O estudo supracitado alude a um relatório aprofundado realizado por Paulo Sérgio Pinheiro, para a Assembleia Geral, com o objetivo de fornecer uma visão global da violência contra crianças e propor recomendações preventivas. Desse modo, a obra em xeque é uma faceta desse amplo estudo. No entanto, curiosamente, não há qualquer menção, ao longo do livro, sobre as contribuições de Paulo Sérgio Pinheiro, embora ele seja oficialmente responsável pelos estudos referentes à temática da violência, desde 2003, para a ONU. Pinheiro foi indicado, nesse ano, pelo Secretário-Geral da ONU como especialista independente, para preparar um extenso estudo sobre a violência contra crianças no mundo, o que o levou a visitar 50 países, dentre os quais o Brasil.

Pinheiro é professor convidado de relações internacionais no Watson Institute of International Studies da Universidade Brown e investigador associado no Centro para o Estudo da Violência, Universidade de São Paulo, por ele fundado em 1987 e do qual foi diretor até 2001. Já lecionou nas Universidades de Columbia e de Notre Dame, Oxford e na École de Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. É coordenador de pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e Professor de Ciência Política (aposentado) da USP. Publicou inúmeros artigos, ensaios e livros sobre história social, democracia, violência e direitos humanos. Desempenhou o cargo de Relator Especial para a Situação dos Direitos Humanos da ONU, em Myanmar, de 2000 a 2008.

Nos últimos vinte anos, Pinheiro esteve envolvido em diversas organizações da sociedade civil. É membro do Conselho de Administração na Suíça, em Buenos Aires e em Nova Iorque. No Brasil, já desempenhou o cargo de Secretário de Estado para os Direitos Humanos, de Conselheiro Especial do Governador do Estado de São Paulo e de Relator do Plano Nacional Brasileiro para os Direitos Humanos. É membro da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da Comissão Teotônio Vilela para os Direitos Humanos (São Paulo) e do Conselho de Administração do Instituto contra a Violência daquela cidade. Além disso, ocupou o cargo de Secretário Especial dos Direitos Humanos, na presidência de Fernando Henrique Cardoso, e também de Relator do Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH, em 1996 e 2002. No governo Lula, foi um dos três especialistas revisores do PNDH 3, lançado em dezembro de 2009,

nomeado em janeiro de 2010 pelo Presidente para representar a sociedade civil num grupo de trabalho para preparar um projeto de comissão da verdade, no Brasil.

Através dessas informações referentes ao currículo de Pinheiro, delimitamos que nosso interesse é analisar os feixes de relações discursivas materializadas no documento e não tomá-lo como obra de um autor, ou seja, buscamos, ao discorrer sobre o âmbito profissional desse pesquisador, assim como traremos informações dos autores e instituições referendadas no livro indicar a posição de onde se fala, o lugar institucional que se ocupa e pelo qual o UNICEF busca legitimar suas análises e prescrições. Por isso, observamos que o UNICEF seleciona para encabeçar as pesquisas sobre a violência, no Brasil e no mundo, um pesquisador respeitado mundialmente, que inclusive já exerceu diversos cargos importantes na área dos direitos humanos, ocupando cadeiras em renomadas universidades e altos cargos públicos.

### **2.3.1 Interrogando algumas pistas encontradas no documento**

Ao analisarmos a capa, a contracapa e as credenciais do livro em questão, verificamos que não há indicações de patrocinadores, nem mesmo imagens de *logos* de quaisquer empresas, a não ser da *Global Editora*, responsável pela edição do livro e da própria *logo* do UNICEF.

Quanto à *Global Editora*, localizamos o *site* oficial dessa empresa, onde obtivemos diversas informações. A *Global Editora* está há quarenta anos no mercado, já recebeu prêmios de qualidade, dentre os quais o da Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA), Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), Câmara Brasileira do Livro – CBL. Seu acervo é voltado tanto ao público adulto, quanto infantil, sendo dirigida por Luiz Alves Júnior, um de seus fundadores. Publica autores de referência, seja no cenário nacional, seja no internacional. É a segunda maior exportadora de autores brasileiros publicados em língua espanhola, atende a toda a América Latina, Caribe e Estados Unidos.

Essa editora desenvolve projetos ligados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), aceleração de alfabetização, capacitação de profissionais para trabalhar e formar

bibliotecas, dentre outras ações. Tem como parceiros o Instituto Ayrton Senna, a ONG Ação Educativa, o Fundo de Assistência ao Trabalhador, o Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação (IPECE) e a empresa WA-Corbi. Através dessas parcerias, elabora projetos e atua na capacitação de profissionais da educação, junto às bibliotecas públicas e escolares, sendo corresponsável pelo ensino continuado de jovens e adultos, em diversos municípios brasileiros. Com isso, podemos observar alguns dos possíveis critérios de seleção para a publicação de um livro pelo UNICEF: uma editora com experiência no mercado, respeitada, conforme atestam os prêmios por ela recebidos, com projetos voltados para ações educativas e de capacitação, além de ter entrada na América Latina. Com esses elementos, o conteúdo abordado no livro ganha ainda mais crédito e referência, possibilitando maior circulação e interesse dos leitores.

Continuando a descrição do documento, de acordo com informes presentes no livro, mais detalhadamente em sua ficha catalográfica, identificamos como autores os nomes de Helena Oliveira da Silva, descrita como Oficial de Projetos do UNICEF, e Jailson de Souza e Silva, ligado à Universidade Federal Fluminense e ao Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Não há maiores informações sobre os autores, em termos profissionais, nem mesmo um breve resumo a respeito das possíveis pesquisas por eles realizadas, constando apenas menção sobre o lugar institucional ocupado por eles – Helena Oliveira da Silva é apresentada como “Oficial de Projetos do UNICEF” e Jailson de Souza e Silva como ligado à Universidade Federal Fluminense e ao Observatório de Favelas. A partir dessas pistas sinalizadas no livro, fomos buscar mais informações em outras fontes, já que, para nós, o documento é atravessado por diversas forças e sua montagem se liga a acontecimentos múltiplos, que perpassam também pela escolha de seus autores.

Em relação a Helena Oliveira da Silva, não localizamos seu nome via Plataforma de Currículo Lattes, nem conseguimos maiores informações quanto à sua formação profissional ou às áreas de pesquisa de que participa. Todavia, encontramos algumas entrevistas concedidas a revistas, em que geralmente se referiram a ela como Oficial de Projetos do UNICEF. No *site* do UNICEF do Brasil, descobrimos alguns documentos em que Helena Oliveira da Silva esteve envolvida: o livro *Famílias Parceiras ou Usuárias Eventuais? Análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência domésticas contra crianças e adolescentes*(2004), o relatório *Índice de*

*Homicídios na Adolescência* (2009-2010) e o relatório *O município e a criança de até 6 anos – Direitos cumpridos, respeitados e protegidos* (2005).

A respeito de Jailson de Souza e Silva, tivemos a oportunidade de acessar seu Currículo Lattes, em que detectamos que ele é graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, doutor em Sociologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica e pós-doutor, em 2008, pelo John Jay College of Criminal Justice – City University of New York. Já foi Secretário de Educação de Nova Iguaçu e Subsecretário Executivo da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Tem experiência em uma série de pesquisas e trabalhos publicados, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas sociais, favelas, periferias, violência, educação e tráfico de drogas.

Jailson é professor associado da Universidade Federal Fluminense, fundou o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, em 2001, que é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos, que busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade e intervir junto às políticas públicas. O Observatório faz parte das instituições que recebem apoio do UNICEF. De acordo com o *site* oficial do Observatório de Favelas, as principais vertentes de atuação do Observatório dirigem-se para os eixos da Comunicação e Cultura, Desenvolvimento Territorial e Direitos Humanos, sendo que, ao longo do livro analisado, encontram-se pesquisas realizadas por essa entidade.

O UNICEF escolheu para serem os autores do livro uma representante do UNICEF, a qual já tem certa trajetória de trabalhos na área da violência, e um pesquisador e professor universitário, que fundou uma organização com vistas à garantia dos direitos e a intervenções nas políticas públicas. Com isso, agregou o saber formal e estatístico relacionado a pesquisas acadêmicas diversas e à agenda internacional e local que o UNICEF segue.

### **2.3.2 Considerações sobre a montagem do documento**

Agora nos voltaremos para a descrição do conteúdo abordado no documento, trazendo um apanhado geral sobre os assuntos trabalhados em cada capítulo da obra *Análise da violência contra a criança e o adolescente, segundo o ciclo de vida no Brasil*

- conceitos, dados e proposições. Na leitura do livro, percebemos – por coincidência ou não – a recorrente utilização do termo *global*, o mesmo nome da empresa responsável pela edição do livro, repetido por diversas vezes ao longo do documento, para demarcar a particularidade da abordagem realizada pelo UNICEF, que envolve dois pontos principais: 1) a objetivação da violência enquanto um *fenômeno multifacetado* abordado na sua *globalidade*, nesse livro; 2) e a noção de desenvolvimento, pois, através da noção de ciclo de vida, o UNICEF referenda possibilitar uma intervenção durante todo o ciclo de vida das crianças e adolescentes (de forma global), o que possibilitaria maior eficácia no combate à violência. Nesse sentido, a representante do UNICEF no Brasil, Marie-Pierre Poirier, evidencia que o

[...] UNICEF, que neste processo atuou no desenvolvimento e replicação de metodologias inovadoras e bem sucedidas de enfrentamento da violência, pretende, com o estudo ora apresentado, recolocar, para seus parceiros e para a sociedade, o debate sobre a violência sofrida por crianças e adolescentes no Brasil dentro de uma perspectiva global. (UNICEF, 2007, p. 7).

O livro, embora seja destinado ao público em geral, é especialmente dedicado às pessoas que estão há anos inseridas na luta pelo respeito aos direitos humanos, o que justifica não serem dadas maiores informações sobre a questão da conquista dos direitos, que já seriam informações ligadas ao “senso comum” dessas pessoas. A importância de tal livro é ressaltada pelo fato de aglutinar, em uma só obra, informações sobre o objeto violência, tradicionalmente dispersas, o que só foi possível, segundo o documento, devido à circunstância de o UNICEF tomar a criança e o adolescente como fio condutor de suas análises, o que permitiu abordar a *violência multifacetada* de forma integrada. Desse modo, o UNICEF esquadrinha as diversas violências sofridas em cada faixa etária desse segmento da população, a partir de considerações evolucionistas com forte ênfase na perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, subsidiando as análises forjadas como uma verdade científica.

O objetivo principal do documento, conforme nele exposto explicitamente, refere-se à realização de uma análise da violência contra a criança e o adolescente segundo a noção de ciclo de vida, reunindo um conjunto de subsídios, enfoques, indicadores e recomendações que contribuam para: I) maior precisão conceitual sobre a temática da violência e da violação de direitos contra as crianças e os adolescentes; II)

aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta e sistematização de informações sobre o fenômeno; III) melhor definição dos atores agressores e das redes (re)produtoras das situações de violência e violação de direitos das crianças e adolescentes, assim como para aprimorar os instrumentos de monitoramento e avaliação de projetos integrados de prevenção e redução das violências.

Quanto à apresentação do texto, o livro está dividido em cinco capítulos e um extenso anexo, com mais de 100 páginas, em que constam dados estatísticos, indicações bibliográficas e endereços de instituições de combate à violência. De todas as fotos presentes no livro, a única imagem colorida é a de capa; as demais, que antecedem cada um dos capítulos, são imagens fotográficas em preto e branco. Todas apresentam crianças, a maioria da raça negra, com vestes simples, aparentando ser saudáveis e sorrindo, sendo que em uma delas a foto remete às crianças participando de projetos sociais (ANEXO D).

As imagens pertencem ao acervo “Imagens do Povo”, relativo a um projeto criado pelo Observatório de Favelas, destinado ao registro do cotidiano das favelas, objetivando, segundo informações contidas no site desse projeto, fornecer um olhar crítico concernente aos direitos humanos e à cultura local. “Imagens do Povo” consiste em um centro de documentação, pesquisa, formação e inserção de fotógrafos populares, no mercado de trabalho. Seu mentor foi o fotógrafo João Roberto Ripper, que, em 2004, criou o projeto como parte do programa sociopedagógico do Observatório de Favelas.

Após explicar sobre a configuração geral do livro, realizaremos um resumo de cada um dos capítulos que compõem o documento.

No primeiro capítulo, o UNICEF apresenta a temática da violência, ao trazer diversas considerações sobre a questão. Busca sustentar as práticas de saber e poder abordadas no documento, através da utilização de conceitos elaborados por instituições como a Organização Mundial de Saúde (OMS), e por autores de referência na área, como Maffesoli, Weber, Pierre Bourdieu e Marilena Chauí.

O UNICEF forja o objeto violência, pautado em princípios ambientalistas, em uma roupagem que se diz “histórica”, porém, acreditamos que o objeto violência é tomado como um dado em si mesmo, que, embora se reconheçam as especificidades contextuais relacionadas a práticas violentas, não há uma problematização sobre as

condições de produção de tais ações. O interesse do UNICEF reside em fornecer, nesse livro, informações que instruem profissionais e demais pessoas interessadas *no enfrentamento da violência* a conhecer e intervir, de maneira embasada, nas situações de violação de direitos que envolvam crianças e adolescentes, partindo-se da premissa de que, de acordo com a posição ocupada por eles, ao longo do ciclo de vida, estariam mais suscetíveis de sofrer determinadas formas de violência ou mesmo de reproduzir o ciclo de violência, ao passarem a também praticar atos violentos.

Outro ponto que nos chamou a atenção, nesse primeiro capítulo, foi a recorrência – ou poderíamos sustentar o *comentário*, afirmado ao longo deste capítulo – sobre a necessidade de se sensibilizar o restante da população para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, em que os integrantes das organizações de defesa dos direitos são convocados para sensibilizar a sociedade civil, em prol da diminuição da incidência de práticas violentas e, com isso, mudar a o cenário que, pelos apontamentos elencados no capítulo, seriam alarmantes no Brasil.

O que vem se fazendo necessário, todavia, é a construção de contra argumentações que, no jogo político e ideológico, possam tornar “senso comum” os discursos do movimento pela infância sobre a violência contra a criança e o adolescente. Considerar a dimensão cultural é decisivo na revisão das estratégias de atuação do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente. (UNICEF, 2005, p.25).

Sobre esse aspecto, é importante problematizarmos as práticas do UNICEF que priorizam convocar a sociedade civil à ação, chamando-a à responsabilidade. Enquanto isso, o descaso do Estado para com a maioria da população, que vive em condições precárias, é posto em segundo plano. Em outras palavras, podemos destacar, a partir da leitura atenta do documento em análise, que o posicionamento adotado pelo UNICEF defende que, diante da fatalidade de um Estado omissivo, a sociedade brasileira deve “arregaçar as mangas e fazer a sua parte”.

Tal estratégia, adotada por essa agência internacional, se coaduna com os pressupostos neoliberais que propagam a defesa de um Estado Mínimo, ao qual cabe apenas gerir seus perigos. Portanto, o neoliberalismo preconiza a não intervenção estatal, propagando-se a liberdade individual e a competição entre os agentes econômicos. Essas medidas difundiram-se no Brasil, de forma mais acirrada, desde a

década de 1990, em que se acompanhou a contínua redução dos gastos do Estado com o social, de sorte que o papel executivo do Estado vem sendo exercido no mínimo de serviços necessários para manter a ordem, com ênfase em medidas punitivas e pontuais.

Quanto à garantia dos direitos, é posta nesse capítulo a diferença existente no tratamento diferenciado dado as crianças e do tratamento dispensado aos adolescentes. À infância, a garantia dos direitos se traduz de modo mais acelerado, em que há um destaque para as influências dos organismos internacionais que tomam como parâmetros de desenvolvimento de um país fatores ligados à infância, como índices de mortalidade infantil e nível de escolaridade. Isso, conforme o UNICEF, acaba por impulsionar práticas de governo que levam a uma melhor assistência à infância, enquanto a mortalidade de adolescentes e a violência institucional ainda não entram como referência oficial para avaliar o grau de desenvolvimento de um país, o que inclusive se traduz em uma recomendação feita pelo UNICEF, no final desse documento. Com isso, segundo o UNICEF, se favorece o descaso diante da morte da juventude pobre brasileira. Não podemos deixar de considerar que essa recorrente preocupação do UNICEF com a morte da juventude pobre brasileira, diversas vezes abordada ao longo do livro, relaciona-se com cálculos ligados à biopolítica, em que essa mortalidade é desinteressante tanto para o Estado, que teve um gasto para durante o crescimento dessas crianças, quanto para o capital privado, que se utiliza estrategicamente da contratação de jovens muitas vezes na modalidade de aprendiz.

No último tópico do capítulo 1, que traz o título “O Ciclo de Vida como estratégia de análise das situações de violência contra a criança e o adolescente”, o UNICEF explica que, apesar dos eventuais problemas com o termo “ciclo”, que remete a universalismos e a fases estanques, é preciso ver nesse modelo interpretativo uma alternativa de ação que supere perspectivas setoriais e fragmentadas. É intrigante observar as práticas discursivas dissonantes no documento, as quais tentam convergir para um discurso homogêneo: o UNICEF questiona o termo “ciclo” e as fases de desenvolvimento, rapidamente, no livro, mas adota esse referencial como estratégia de intervenção, fator este que inclusive é a base da Matriz apresentada nesse documento, na qual, de acordo com a idade da criança, variados fatores específicos entram em cena, para o enfrentamento da violência, conforme expresso abaixo:



O ciclo assim compreendido se estrutura para o contexto programático em três momentos, a saber: **Desenvolvimento Infantil – compreende as crianças na faixa de 0 a 6 anos.** Nesse período, o ambiente privilegiado é o ambiente familiar; a **Pré-adolescência e Primeira Adolescência – compreende meninos e meninas com idade entre 7 e 11 anos.** Nessa fase, além da família, o outro ambiente privilegiado pelo UNICEF para intervenção é o espaço escolar, tendo em vista a importância do processo de socialização efetivado por esta instituição; e a **Adolescência – compreendida entre as idades de 12 a 18 anos.** Nesse período da vida o ambiente em destaque é a comunidade – integrada pelos ambientes de entorno da família, da escola, associação, etc. São espaços de convivência coletiva, de pertencimento, afirmação e de iniciação ao trabalho. (UNICEF, 2005, p. 29).

Na verdade, em uma das passagens do texto desse capítulo inicial, afirma-se que os aspectos mais relevantes do desenvolvimento humano ocorrem na infância e adolescência, o que determinaria a subjetividade dos indivíduos; com isso, percebemos ressonâncias da perspectiva evolucionista piagetiana, como apresentada no capítulo 3, onde também se abordam os fatores históricos relacionados ao lugar de destaque assumido pela família e pela escola, na vida das crianças, o que é reiterado na obra diversas vezes, como notado no trecho supracitado.

O capítulo 2 oferece diversos dados ligados à biopolítica, com destaque para os do Atlas da Exclusão no Brasil, Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde, Centro Latino-Americano de Estudos em Violência e Saúde Jorge Corele (Claves), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (Datasus), Organização Mundial da Saúde (OMS), Laci/USP, Observatório de Favelas e Organização Internacional do Trabalho (OIT). O UNICEF esquadrinha o objeto violência, quanto a: *Mortalidade infantil, Violência doméstica, Mortes no trânsito, Mortes por homicídios, Violência institucional, Adolescentes em conflito com a lei e Trabalho infantil*, trazendo uma gama de dados estatísticos sobre cada um desses tipos de violência e chamando sempre a atenção para a necessidade da realização de ações de combate à violência, de modo a minimizar tais ocorrências.

São dispostas 12 figuras, incluindo mapas e tabelas descritivas, na tentativa de desenhar o cenário brasileiro de violação de direitos na infância e adolescência. Os títulos que acompanham as imagens e as fontes das quais são originárias são: O mapa da violência (POCHMANN; AMORIM, 2003), Evolução da mortalidade infantil 1991-

2000 (IBGE, 2000), Mortes no Trânsito 0-18 anos (Datusus, 2000), World Health Organization (WHO, 2003), Vítimas de Violência letal – 15 aos 18 anos (Datusus, 2000), Homicídios entre 0 e 18 anos – Iniquidade de cor/raça (Datusus, 2000), Homicídios segundo raça/cor 1996-2000 (Datusus, 2000), Evolução de homicídios cometidos pela polícia (*Revista Época*, 3 de maio de 2004), Homicídios atribuídos a ações das Polícias e Grupos de Extermínio por unidade da federação (MNDH, 2001), Porcentagem de meninos e meninas trabalhando por idade (PNAD, 2001), Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade, situação do domicílio e se trabalham ou não (PNAD, 2001). Finalizando o capítulo 2, são expostas as duas tabelas que compõem a Matriz de Análise da Violência segundo o Ciclo de Vida (ANEXO G e ANEXO H). Eis uma das explicações dadas pelo UNICEF sobre a forma como a leitura da matriz deve ser realizada:

As linhas da matriz, que cruzam todas as três colunas, se estruturam por blocos de linhas que representam: (I) a caracterização da violência identificada; (II) a contextualização do fenômeno, pelo qual se identificam o perfil dos atores, condicionantes, causas, origens, vetores; e (III) a intervenção, representando as alternativas de soluções, propostas de ação, recursos disponíveis, entre outros. (p. 79).

É interessante analisar que, após elencar as diversas formas de violência que atingem a infância e juventude brasileira, é explicitado um instrumento investigativo materializado por essa matriz, tomada como ferramenta para análise de situações contra crianças e adolescentes, a partir do ciclo de vida, considerando as especificidades de cada faixa etária, já que as categorias infância e adolescência, as quais teriam meandros específicos, não poderiam ser negligenciadas em face do enfrentamento da violência. Curiosamente, o UNICEF declara que a divisão em fases da abordagem do ciclo de vida não diz respeito a momentos estanques, no entanto, as análises interpretativas dispostas no documento são categóricas e deterministas.

Já no capítulo 3, que prossegue nessa caracterização do objeto violência, nas variadas facetas que acabamos de citar, são enfocadas algumas experiências bem sucedidas no enfrentamento da violência, para servir de modelo para ações futuras. Quanto ao critério de seleção, o UNICEF explica que se deveu à possibilidade de a iniciativa ser replicada, preferencialmente como uma política pública. Dessa maneira, as

experiências de enfrentamento à violência contra a infância e a adolescência selecionadas pelo UNICEF foram: Mortalidade infantil (Pedras de Fogo – PB), Violência sexual (Florianópolis – SC), Tráfico de drogas (Rio de Janeiro – RJ), Exploração sexual (Santos – SP); Violência institucional (São Paulo e São Bernardo – SP) e Adolescentes em conflito com a lei (Prêmio Socioeducando). Para maior detalhamento e problematização das experiências utilizadas pelo UNICEF para embasar futuras políticas públicas, iremos expor um *release* dos aspectos principais de cada uma dessas experiências.

A experiência de Pedras de Fogo de combate à mortalidade infantil foi viabilizada por meio de uma parceria entre a Escola de Enfermagem da UFRJ e a Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo, com a proposta de capacitar os profissionais de saúde do município para uma melhoria na prática profissional. Para tanto, foi realizada uma análise sobre as causas da mortalidade infantil, no município, com objetivo de fornecer subsídios para a intervenção dos profissionais que prestavam assistência materna infantil, através da identificação dos fatores de risco, bem como da atualização dos dados de mortalidade infantil no local. Constatou-se que, ao lado dos fatores tradicionalmente atribuídos à mortalidade infantil, grande parte dos óbitos estava associada ao atendimento precário oferecido às gestantes e aos recém-nascidos e ao processo de naturalização das mortes, por parte das mães das crianças. Com o desenvolvimento das ações voltadas para o combate da mortalidade infantil, adentrou o projeto uma organização da sociedade civil de Pedras de Fogo, chamada Casa de Recuperação Jesus Abandonado, sendo estabelecida uma parceria com uma ONG internacional italiana chamada AVSI (Associação de Voluntários para o Serviço Internacional). Sobre essas parcerias, as dificuldades e soluções encontradas para alavancar o projeto e reduzir a mortalidade infantil, salientamos:

Não é possível ignorar, contudo, que a enorme diminuição da mortalidade infantil em Pedra de Fogo – que vem mantendo os baixos percentuais – decorreu não de mudanças estruturais profundas na economia regional, mas de um conjunto de ações no campo das políticas públicas que envolveram o poder municipal, uma universidade pública e diversas instituições da sociedade civil uma local, uma internacional, outra até certo ponto, oficial a Comunidade Solidária. Logo, os resultados alcançados revelam que, Apesar da demanda maior por demandas estruturais no país, iniciativas com focos adequados e sustentadas em ações articuladas tem amplas condições de serem bem sucedidas. (UNICEF, 2005, p.90).

É interessante notar que, embora ao longo da exposição sobre a experiência seja colocada rapidamente a situação de exploração e pobreza em que a população local vive, cuja grande maioria garante seu sustento através do trabalho para as usinas canavieiras da região, caracterizada por uma estrutura agrária dominada por grandes latifundiários, o UNICEF reforça a alternativa, conforme verificamos na citação acima, de se investir em ações focais em que a sociedade civil é convocada para assumir responsabilidade com o social.

Já a experiência desenvolvida em Florianópolis foi inspirada em uma proposição do Ministério da Saúde, que, em 1999, lançou uma *Norma técnica para o tratamento de agravos das vítimas de violência sexual*. O projeto, segundo expresso no documento, é inovador por envolver variadas instituições que atuam na cidade: a Prefeitura, a Universidade Federal, em particular através do Hospital Universitário, a Secretaria de Segurança Pública, o Instituto Médico Legal e a Secretaria Estadual de Saúde. Essa experiência foi escolhida pelo UNICEF por reunir órgãos de diferentes instâncias, o que ainda é raro no Brasil. O projeto sustenta-se na premissa de que a violência sexual ocorre devido a uma visão anacrônica dos papéis sexuais e, para tanto, oferece atendimento às vítimas nos hospitais de referência da cidade. Tal experiência já foi difundida nos municípios de Curitiba e Porto Alegre, e o Ministério da Saúde tem convidado a coordenação da equipe para apresentá-la em diversos seminários e encontros, com o intuito de difundir ainda mais essa ação.

Outra experiência relatada concerne à situação de combate ao tráfico de drogas, no Rio de Janeiro. O UNICEF afirma que há ausência de experiência articuladas nesse campo e que, diante dessa dificuldade, selecionou três experiências dedicadas a buscar alternativas para o emprego no tráfico: Luta pela Paz, realizada pela ONG Viva o Rio; Soldado Nunca Mais, vinculada ao Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social (Ibiss) e Grupo Cultural Afro Reggae. Quanto a essas experiências, destacamos:

As três experiências, embora sejam desenvolvidas de forma isolada, no plano institucional, conseguiram estabelecer contato com pessoas que pertencem ou já pertenceram à rede do tráfico de drogas e desenvolver um trabalho específico de criação de alternativas para adolescentes envolvidos na atividade ou em risco de nela se engajar. (p. 93).

Paralelamente a essas três experiências, o UNICEF sinaliza ainda o Programa Rotas de Fuga, fruto de um conjunto de atividades executadas pelas organizações articuladas ao Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Rio de Janeiro, à OIT e ao Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Os objetivos principais do Programa Rotas de Fuga são:

Formular uma análise ampliada sobre as práticas características dos atores envolvidos na rede social do tráfico de drogas, no Rio de Janeiro, e sobre como esta vem se desenvolvendo; elaborar metodologias que auxiliem na prevenção da violência contra crianças e adolescentes na área urbana e na criação de alternativas sustentáveis para o seu enfrentamento, em particular, o emprego de crianças no tráfico de drogas; desenvolver ações de sensibilização que coloquem em questão as estratégias tradicionais de enfrentamento do tráfico de drogas e criem condições para outras formas de tratamento do fenômeno (UNICEF, 2005 p.101).

Tal experiência, embora incipiente, atende à demanda do UNICEF por uma perspectiva *global* de enfrentamento da violência, a qual busca criar uma rede institucional, com pretensão a tornar-se uma política pública, para além de interesses partidários, posto que objetiva ser efetivada em longo prazo, o que observamos ser uma recorrente preocupação do UNICEF: desatrelar a execução de políticas públicas de ações pontuais de governos específicos.

Ao tratar da exploração sexual na cidade de Santos, são relatadas duas experiências: a primeira, relativa ao *Projeto Camará* – Centro de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência – uma ONG que atua na Baixada Santista, predominantemente no município de São Vicente, pelo atendimento direto à população de crianças e adolescentes envolvidos em situação de exploração sexual comercial. Em acréscimo, realiza estudos, pesquisas e capacitação de profissionais da área. A outra experiência focaliza o Projeto *As Meninas*, realizado de 1999 a 2000, com o objetivo de conhecer o sentido atribuído às meninas pela vivência na rua, a imagem que tinham sobre seus corpos, e elaborar proposição de ações de enfrentamento às situações de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quanto à violência institucional, o UNICEF apresenta a experiência educativa da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo – SP, que, desde 2001, através de um convênio com a PUC/SP e a SEDH, implementa um curso de formação em direitos

humanos para integrantes da Guarda, durante um mês. A partir de 2002, o trabalho foi ampliado, com a inserção no currículo de disciplinas sobre direitos humanos, incluindo técnicas de mediação de conflitos e ações de proteção à criança.

Por fim, ao abordar o problema dos adolescentes em conflito com lei, o UNICEF traz à baila o Prêmio Socioeducando, criado em 1998 pelo Instituto de Defesa dos Direitos da Criança no Brasil (ANDI), Agência de Notícias do Direito da Infância, Fundação Educar DPaschoal, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delincente (ILANUD) e UNICEF, com a finalidade de destacar experiências bem sucedidas de aplicação das medidas socioeducativas previstas pelo ECA aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. O objetivo do prêmio ainda tem, em seu escopo, interesse em incentivar a formulação de políticas públicas para a área da adolescência em conflito com a lei, circunstância na qual os projetos, para serem premiados, precisam trazer indicadores de resultados significativos e metodologias passíveis de reprodução.

O UNICEF trouxe ainda duas experiências premiadas: o Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade – CASE: Centro de Atendimento às Medidas Socioeducativas – São Bernardo do Campo/SP, e a Rede Blumenauense de Programas para Execução de Medidas Socioeducativas – Prefeitura Municipal de Blumenau. Em ambos os casos, foi fortalecida a rede profissional na realização de diversas ações com os adolescentes atendidos, o que contribuiu para a valorização das medidas em meio aberto, em detrimento das medidas privativas de liberdade.

No capítulo 4, o UNICEF, antes de voltar-se para as recomendações propriamente ditas, fez uma espécie de balanço sobre as diversas formas de violência, concluindo que há limitações dos diversos órgãos do Estado brasileiro e setores do Poder Judiciário, desestrutura nas universidades, que não conseguem realizar estudos de maneira integrada e abrangente. Além do mais, chamou atenção para os problemas encontrados nas famílias, que, muitas vezes, protagonizam variadas violências contra suas crianças e adolescentes.

Nesse penúltimo capítulo do livro, são expostos e discutidos alguns dados identificados na Matriz do ciclo de vida, quanto às maiores incidências da violência por faixa etária. Em seguida, são dispostas no livro em análise algumas recomendações, em duas seções: originadas de fóruns e instituições diversas que lidam com a violência

contra crianças e adolescentes, que, neste trabalho, serão apenas citadas, já que a outra parte traz uma gama de recomendações derivadas das análises desse estudo sobre as quais necessitamos centrar nossa atenção, em virtude de nosso objetivo de pesquisa.

As recomendações de fóruns e instituições diversas referiram-se à *Violência institucional*, exigindo-se, em resumo, investigação e punição as violações de direitos, instalações adequadas aos adolescentes, criação de centros integrados de atenção aos adolescentes e capacitação dos profissionais; ao *Trabalho infantil*, apresentando-se as diretrizes do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, realizado em 1999, que propõe, entre outras coisas, integrar e sistematizar os dados do trabalho infantil, realizar uma análise global do trabalho infantojuvenil, garantir escola pública de qualidade, fiscalizar e controlar o trabalho infantil; ademais, trouxe um tópico em que foi abordado especificamente o trabalho infantil no tráfico de drogas, no qual se enfatizou a prevenção ao uso de drogas, criação de programas para os setores sociais mais vulneráveis e diagnóstico do ECA para eventuais alterações para preencher supostas lacunas ou ineficiências, a *Violência Sexual* propondo-se a efetivação de ações articuladas de intervenção para o enfrentamento da violência sexual, com o objetivo de prevenir e garantir atendimento especializado às vítimas e fortalecer o protagonismo infantojuvenil.

Em relação às recomendações derivadas do presente estudo, consideraram-se dois pontos principais: a análise da violência, em função da noção do ciclo de vida, uma vez que, com esta, o UNICEF acredita ter condições de precisar as diversas violências presentes na vida das crianças em cada fase do ciclo vital. A segunda referência central que norteou as recomendações foi a necessidade de elaborar formas de intervenção capazes de romper com a dinâmica de reprodução da violência. Assim, elencaremos os pontos centrais das quatro recomendações propostas pelo UNICEF:

- 1) Criação, em nível internacional, de um índice de mortalidade juvenil, com o objetivo de pressionar os órgãos estatais à redução desses índices, sensibilizar a sociedade como um todo e aumentar o interesse de organizações multilaterais e das entidades de defesa dos direitos humanos, em prol do combate à violência letal contra a criança, o adolescente e o jovem.
- 2) O UNICEF propõe o ciclo de vida como estratégia de enfrentamento à violência, posto que, de acordo com o estudo desenvolvido no livro em análise, as diversas formas

de violência se manifestariam de forma distinta, ao longo do ciclo de vida. Destaca que, a partir dessa premissa, deve-se desenvolver *formas de enfrentamento integrado*, considerando essa *noção de ciclo de vida* e identificando *os papéis* dos diversos atores presentes na *dinâmica da reprodução* da violência. O UNICEF deixa claro que o desejado é intervir antes mesmo que uma eventual violência ocorra, através de medidas *preventivas e protetivas* (grifos meus).

3) Criação de uma Rede Brasileira de Estudo e Monitoramento da Violência Contra a Criança e o Adolescente, visto que, para o UNICEF, as organizações da sociedade civil e empresas privadas são mais eficientes que os órgãos do Estado, porém reconhece que o Estado reúne condições estruturais para atender de forma contínua à maioria das pessoas que sofrem violência. Propõe a identificação de metodologias e ações coordenadas pelas instituições da sociedade civil e do Estado, as quais possam ser replicadas em diferentes *situações e territórios*, de maneira a coletar dados, sistematizar as informações, fazer avaliações e monitorar as diversas formas de violência.

4) A escola e seu papel socializador, no enfrentamento da violência. Aqui, o UNICEF elege a escola como um lugar privilegiado para se chegar até os integrantes dos *setores populares* (grifos meus). O UNICEF propõe que a escola realize um diagnóstico sociocultural e econômico dos alunos e da comunidade na qual a escola esteja inserida. As escolas são convocadas a ampliar a rede pedagógica, aproximando-se das famílias, conhecendo seus valores culturais e condição social. Nesse contexto, entende que as escolas devem incentivar programas de longo prazo voltados para a organização de grupos de pais e de prevenção à violência familiar, o que ampliaria o papel socializador da escola, especialmente a pública.

No capítulo 5, o último capítulo do livro, são apresentados textos complementares escritos por especialistas na área da violência contra crianças e adolescentes. A partir deles, o UNICEF procura delinear os campos específicos a que os diversos *atores sociais* devem direcionar suas futuras intervenções. De acordo com o UNICEF, os textos servem de auxílio às pessoas interessadas no enfrentamento das formas de violência destacadas na obra, para que, ao se instruírem, conhecendo melhor *termos* abordados no livro, possam intervir mais eficientemente em políticas que busquem dar resposta à situação.



O primeiro texto inserido nesse capítulo tem como autor Wanderlino Nogueira Neto, Procurador de Justiça da Bahia (aposentado), o qual já foi professor de Direito Internacional na UFBA e consultor especial para a UNESCO e o UNICEF, no Brasil, Angola e Cabo Verde. O texto trata sobre os mecanismos de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Nesse trabalho, são colocadas à baila algumas lacunas encontradas no ECA sobre o sistema de garantia de direitos, com uma crítica à postura intransigente do Judiciário, ao priorizar medidas de restrição de liberdade, chamando a atenção para atuação da sociedade civil na garantia dos direitos. No mais, defende-se o papel dos organismos internacionais ligados à ONU, que, através de suas ações, atuariam em prol da proteção *global* dos direitos humanos.

O texto seguinte é de autoria de Renata Pires Pesce e Simone Gonçalves de Assis, vinculadas ao Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli e da Fundação Osvaldo Cruz. Aborda o tema da resiliência enquanto recente área de interesse da Psicologia do Desenvolvimento. De acordo com o texto, diante de situações de risco, aqueles que conseguirem desenvolver capacidade de ser resilientes, ou seja, “[...] desenvolver capacidade de adaptação, segurança, autonomia e criatividade” (p.151), estariam mais protegidos psicologicamente e, conseqüentemente, lidariam melhor com situações adversas. Nesse artigo, afirma-se que a capacidade de resiliência não deve se restringir apenas ao indivíduo, mas se estender às famílias, comunidades etc. As autoras concluem que a família e a escola são os principais fatores que podem contribuir para a promoção da resiliência.

O último texto é de Tereza Cristina Cruz Vecina, psicóloga psicodramatista pelo Departamento de Psicodrama Instituto Sedes Sapientiae, mestra em Educação pela PUC/SP. Esse texto traz como pano de fundo a orientação psicanalista e trata sobre a construção dos papéis de vítima e vitimizador, nas situações de violência intrafamiliar, com ênfase nos casos de violência sexual, em que, a partir de diversos estudos citados para legitimar esse campo de saber, tem-se uma relação direta entre pessoas que sofrem violência na infância se tornarem abusadores na vida adulta ou assumirem uma postura não protetiva com seus filhos. Diante desse ciclo reprodutivo da violência, ressalta-se a importância de uma rede de serviços com profissionais gabaritados que forneçam a devida atenção às crianças, estimulando medidas protetivas em que se destacam os benefícios da psicoterapia psicodramática enquanto estratégia para romper com o ciclo de violência intrafamiliar.

O livro, em sua parte final, oferece em seus anexos as seguintes informações:

- **Anexo 1:** apresenta um extenso material estatístico com trinta tabelas com dados sobre a violência contra a criança e o adolescente no Brasil, cujas fontes se referem às instituições citadas no capítulo 2, já que essas tabelas detalham os dados apresentados no corpo de texto no referido capítulo;
- **Anexo 2:** encontra-se um extenso índice bibliográfico sobre o objeto violência para o segmento infantil e juvenil. Buscamos analisar em mais detalhes esse item, em função de considerarmos que as indicações bibliográficas funcionam para o UNICEF como uma tentativa de instruir os profissionais da área para uma prática mais eficiente.

Desse modo, analisamos com cautela esse item, posto que, através dele, pudemos ter pistas *do grau de importância que a violência como objeto* assume para o UNICEF enquanto pauta de uma agenda que se propõe intervenções estratégicas. Nesse índice bibliográfico, encontramos mais de 400 artigos listados, sendo que aproximadamente 100 apresentam resumo e os demais apenas as indicações bibliográficas, sem que seja informado o critério para seleção dos artigos com resumo. Dentre esses artigos, os com resumo foram aqueles aos quais dispensamos maior atenção, em virtude da maior visibilidade que assumiram no documento.

As indicações presentes no **Anexo 3** foram oriundas das seguintes bases de dados: Urbandata Brasil, Ciespi, Capes, USP, UFRJ base Minerva, PUC-RJ, ENSP, Conanda, CDCA e Biblioteca Nacional, consistindo em artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros. A partir da leitura dos respectivos resumos, observamos, conforme versado pelo UNICEF, a objetivação múltipla da violência expressa nos títulos e resumos dos trabalhos, cada qual voltado para uma faceta da violência ou para uma forma de objetivá-la. No geral, os artigos selecionados abordaram a questão da criança e adolescente economicamente desfavorecidos, que, em meio às dificuldades enfrentadas no curso de seu desenvolvimento, convivem com violências na família, na comunidade, no meio urbano, na escola etc. Em geral, nesses trabalhos, as famílias são objetivadas como danosas às crianças e como a principal causadora de disfunções futuras.

Dentre os 102 artigos com resumo, contidos nesse livro, verificamos as seguintes ênfases: *a noção de infância e adolescência em risco ou em iminência de tornar-se um*

*risco; noção de violência contra a criança e o adolescente como um problema de saúde pública*, que, juntos somaram quase oitenta títulos, representando a maioria das áreas de interesse selecionadas pelo UNICEF. Em número mais reduzido, foram tratados de modo decrescente *a violência sexual contra crianças e adolescentes e suas implicações negativas no ciclo de vida; a violência nas escolas*. Quatro trabalhos ficaram dissonantes nessa lista, ao focalizarem aspectos religiosos ou ligados a fatores históricos sobre práticas jurídicas e/ou da garantia de direitos.

- Finalmente, no **Anexo 3**, há o chamado “Índice preliminar de publicações sobre homicídios de crianças, adolescentes e jovens”, incluindo publicações brasileiras e internacionais com aproximadamente cinquenta indicações bibliográficas de trabalhos na seara da violência. E, por fim, no **Anexo 4**, são dispostos endereços institucionais, eletrônicos, telefones, *sites* de mais de sessenta instituições voltadas para o enfrentamento da violência perpetrada entre o segmento infantojuvenil, no Brasil.

Diante do exposto, delimitamos que, através do estudo minucioso do documento *Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil* - conceitos, dados e proposições, identificamos dois eixos principais que nortearam as análises e prescrições realizadas pelo UNICEF, que foram a objetivação da violência e a noção de ciclo de vida como estratégia de gestão da população infantojuvenil. Com essa constatação, os caminhos trilhados nesta pesquisa nos posicionaram na vasta discussão sobre o objeto violência, com a especificidade do recorte de crianças e adolescentes, conceitos estes que procuramos historicizar, para operarmos deslocamentos às práticas de saber-poder do UNICEF.

Com a descrição do livro em análise, faremos a seguir a discussão sobre os dois eixos principais que encontramos nesse documento, um voltado para a objetivação da violência e sua ressonância na infância e na adolescência, e o outro para *a noção de ciclo de vida como estratégia de gestão da vida da população infantojuvenil*. É válido ressaltar que tais eixos conduziram à formatação que esta Dissertação assumiu. Desse modo, para subsidiar as análises sobre a noção de ciclo de vida, faremos, no capítulo seguinte, a historicização do objeto infância analisando a sua relação com o saber psicológico, mais especificamente com a Psicologia do Desenvolvimento.

## **CAPÍTULO 3**

### **A INVENÇÃO DA INFÂNCIA E A CONSTITUIÇÃO DA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**

Seguindo as pistas de Foucault e Veyne, a infância será analisada neste capítulo como um objeto datado, produto de nossas práticas sociais. A partir desse referencial analítico, tomamos a infância enquanto uma construção histórica, que data, sobretudo do século XVIII, quando, como mostra Ariès (2006), emergiu um “sentimento de infância” fortemente ligado às práticas morais e pedagógicas, as quais passaram a dar lugar específico à infância, separando-a gradativamente do mundo adulto.

Durante o século XVI e início do XVII, a infância não se configurava como uma fase específica da vida; as crianças eram tratadas com liberdade e participavam de jogos e brincadeiras hoje moralmente grosseiras e indecentes. Segundo Ariès (2006), as crianças eram tomadas como “adultos em miniatura” e se socializavam na comunidade já nos primeiros anos da vida, ao começar a andar, falar, já circulavam pelas ruas sozinhas, inseriam-se em tarefas domésticas etc., logo, havia maior liberdade de linguagem e de comportamentos.

Também não havia um sentimento de cuidado e responsabilidade da família sobre a saúde e educação das crianças, nem mesmo um sentimento genuíno de afeto entre pais e filhos; por exemplo, era comum as mães perderem suas crianças no parto ou nos primeiros anos de vida e, em seguida engravidarem novamente, sem chegar a chorar a morte de um filho que não vingasse, visto que logo viria um outro. Sobre essas relações dos adultos com as crianças, trazemos a citação abaixo:

Até o século XVII, com efeito, o amor aos filhos não era coisa óbvia... Um pai assim podia nem mesmo recordar quantos filhos teve... Nem se imagina então o que será uma das grandes descobertas do século XVIII: a existência de um mundo próprio e autônomo da infância. (RIBEIRO, 1997, p. 102).

Configurou-se de forma cada vez mais precisa uma concepção moral da infância associada à fragilidade e à inocência e, já no fim do século XVI, começou a surgir na França e na Inglaterra, entre católicos e protestantes, crescente preocupação com respeito à infância, que deveria ser tratada com pudor, preservando-se a castidade das crianças. Não tardou para que se iniciasse um grande movimento moral em que emergiu uma vasta literatura pedagógica simultaneamente na França e na Inglaterra, durante o século XVII, destinada aos pais e educadores para ensinar valores morais e educativos às crianças. Logo, a infância saiu das ruas e as crianças, que circulavam livremente e se socializavam sem restrição, ganharam lugar específico – na família e na escola (ARIÈS, 2006).

Sennet (1988), ao pensar sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista, nos ajuda a compreender a constituição da casa como lugar de intimidade, aconchego e segurança, pois, para esse autor, com o processo de migração e o crescimento das cidades, emergiu a objetivação da rua como lugar perigoso, onde deveriam ser evitados contatos sociais, priorizando-se a relação, sobretudo, entre os membros da família nuclear. Conforme Sennett, as transformações ocorridas com o crescimento das cidades produziram o chamado “homem urbano,” o qual transitaria entre o domínio público e o domínio privado, o primeiro encarado como um lugar de refúgio e intimidade, enquanto o segundo voltado para as incertezas da vida social, em que os indivíduos precisariam partilhar os códigos sociais para manter suas relações. O autor conclui que a vida íntima, nos moldes da família burguesa, foi o modelo adotado com o desenvolvimento da sociedade moderna, enquanto o domínio público, ao contrário do que ocorria no Antigo Regime, passou a ser cada vez mais evitado e temido.

Nesse contexto, houve solo fértil para acirrare-se as práticas de saber/poder que delegavam às famílias a responsabilidade de cuidar das crianças e, às escolas, a obrigação de desenvolver a educação formal e a disciplina, conforme apresentado em abundante literatura sobre o tema da conservação das crianças. Além disso, não podemos ignorar a força do discurso médico higienista no pensamento pedagógico que, desde o final do século XIX, realizou a higienização social visando a regenerar a população através de práticas eugenistas. Donzelot (1980) salienta que, com esses pressupostos, a família burguesa traçou um cordão sanitário em torno da criança, ao delimitar seu campo de desenvolvimento no interior de um parâmetro médico higienista aliado à pedagogia para moralizar e normalizar a vida das crianças e das famílias.

Conforme Oliveira (2008), a infância tornou-se alvo de discursos científicos, principalmente os relacionados à pedagogia. Nessa seara, apresentaremos a seguir algumas correntes filosóficas sobre a infância que até hoje se reatualizam e atravessam as práticas de saber/poder voltadas à infância. Assim, destacamos as contribuições de **Locke, Rousseau, Pestalozzi e Froebel**, que definiram, ao longo do século XVIII, o que é ser criança, ter uma infância e como deveriam se dar os processos educacionais para esse segmento social.

### **3.1 Psicologia do Desenvolvimento e o objeto infância**

As mudanças na constituição do objeto infância relacionam-se aos avanços, nas áreas da Biologia e da Medicina, a uma vasta produção em pesquisas nas ciências antropológicas e sociais, que, desde os fins do século XIX, vem produzindo extensas pesquisas, subsidiando o saber sobre o desenvolvimento humano. Tais perspectivas variadas conduziram a diferentes ressonâncias na Psicologia moderna, que explicitam diversas abordagens acerca das análises ditas psicológicas sobre o domínio humano, com forte ênfase nas mudanças processadas ao longo da vida.

É válido observarmos que a Psicologia Moderna, enquanto saber científico, legitimou, em parceria com os demais ramos das Ciências Humanas, práticas disciplinares por meio de classificações, estabelecendo parâmetros de normalidade, o que respaldou o poder disciplinar na fabricação de indivíduos úteis e dóceis, uma vez que atuou na gestão das forças, tempos e saberes (SILVA; MELLO, 2011). Assim, a Psicologia colaborou intensamente para a invenção do objeto infância atrelada à proteção e ao cuidado e à afirmação dos saberes psicológicos no rol científico. A Psicologia da criança, do adolescente, a Psicologia direcionada ao processo de maturação do homem constituiu-se em um campo extenso de investigação para a chamada Psicologia do Desenvolvimento. A noção de infância, para Ferreri (2007), foi fixada em consonância com a constituição do saber psicológico. Oliveira (2008), complementando tal ideia, afirma que a criança se tornou um objeto de saber, analisada por incessantes discursos, na produção de verdades pautadas em práticas científicas em constante disputa pelo conhecimento.

Marcos históricos dos primeiros trabalhos e estudos, no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, são sinalizados por Mota (2005), para quem o momento inicial é a publicação, em 1882, do livro *The mind of the child*, de Preyers, o qual impulsionou as pesquisas sobre o desenvolvimento; as primeiras sociedades para o estudo do desenvolvimento e as primeiras publicações especializadas na área emergem no século XIX, na França através de Binet, que fundou, em 1899, a “Société Libre pour l’Étude de l’Enfant” e o periódico *L’Année Psychologique*; nos Estados Unidos, com os trabalhos de Stanley Hall, que fundou o “Child Research Institute at Clark” e o periódico *Pedagogical Seminars*, em 1891.

Ao tomarmos como foco a Psicologia do Desenvolvimento, é válido sublinhar que este é um campo heterogêneo de forças, disparadas fortemente a partir dos pressupostos da Teoria da Evolução das Espécies proposta por Darwin, que norteou o campo “psi” de forma intensa. Oliveira (2008) frisa que, embora apresente especificidades, dependendo da corrente teórica seguida, de modo geral, essa Psicologia diz respeito ao estudo das funções mentais ou comportamentais, sobre a forma como, ao longo da maturação biológica, o homem se desenvolve de forma natural e adquire competências.

Demarcamos, inicialmente, duas fortes perspectivas de cunho organicista e evolucionista, as quais nortearam os estudos do desenvolvimento: uma, representada por Freud e seus estudos sobre o inconsciente; e outra, pelos trabalhos de Piaget. Sobre esses dois grandes expoentes de uma Psicologia voltada para aspectos evolutivos, Palacios (2007) destaca:

Como Freud, Piaget acreditava que tanto os mecanismos subjacentes a essa sequência de mudanças quanto à própria sequência têm uma natureza universal na espécie, porque correspondem a características que fazem parte do organismo com o qual a espécie nasce, por mais que seu desdobramento seja lento e sujeito a certa ordem sequencial. (p.27).

Ao analisar aspectos evolucionistas no trabalho de **Freud**, observamos que o desenvolvimento normal progride, para ele, de estágio em estágio (oral, anal, fálico e genital), salvo quando ocorre ausência ou excesso de satisfação em um deles, o que ocasiona fixações em traços típicos de determinado estágio, comprometendo a formação

da “personalidade” na vida adulta. Enquanto isso, **Piaget** elaborou uma teoria sobre o desenvolvimento psicológico que abarca desde a imaturidade do recém-nascido até o final da adolescência. Ambos os autores desenvolveram suas teorias pressupondo que seja na infância, no caso de Freud, ou na infância e adolescência, em Piaget, seriam determinadas as grandes mudanças evolutivas na vida dos homens.

Sobre a psicanálise, Donzelot (1980) afirma que o saber psicanalítico foi a grande ferramenta teórica que operou a serviço da adaptação forjada para trazer as normas sociais para o interior familiar, dando-lhes fundamentação teórico-prática através de uma série de prescrições para a promoção de um “desenvolvimento saudável” das crianças e da família, o que abriu um campo de constante vigilância para dentro do lar e a crescente culpabilização familiar em face dos problemas vividos pelas crianças.

Foucault (1988) enfatiza que, a partir da sexualidade das crianças, foram instalados dispositivos de vigilância imprimidos pelos discursos incessantemente proferidos para corrigir condutas tomadas como inadequadas, as quais deveriam ser corrigidas em tempo adequado, tanto pelos pais, como pelos educadores. Segundo Foucault, o poder médico-psicológico, pelo controle sexual, encontrou entrada na família e com isso multiplicou suas ações e seus efeitos:

Mais do que as velhas interdições, esta forma de poder exige para se exercer presenças constantes, atentas e, também curiosas; ela implica em proximidades; procede mediante exames e observações insistentes; requer um intercâmbio de discursos através de perguntas que extorquem confissões e de confidências que superam a inquisição. (FOUCAULT, 1988, p. 51).

Nesse sentido, os valores da burguesia adentraram gradativamente as classes populares, através de um processo de moralização e posteriormente também de normalização, em que as relações de saber-poder que sustentavam tais valores foram naturalizadas na sociedade disciplinar, pautada em preceitos médicos, jurídicos, pedagógicos, psicológicos e assistenciais.

Tais correntes se amparam na Teoria Darwinista, que fomentou uma Psicologia interessada na adaptação, evolução e variação das atividades mentais. Para Ferreri (2007), à medida que a Psicologia se apropriou do saber darwinista sobre a Teoria da Evolução das Espécies, a infância foi tomada não mais como uma imperfeição que seria resolvida apenas com a entrada no mundo adulto, mas encarada enquanto uma fase



peculiar de desenvolvimento, a qual “[...] estabeleceu elencos de aquisições, modos graduais de inserção da criança no mundo, jogos de (in) capacidades advindos do processo de amadurecimento do ser humano” (p.28).

Nesse diálogo entre a Psicologia do Desenvolvimento com as ciências biológicas, médicas, antropológicas, sociológicas e pedagógicas, damos continuidade à apresentação do trabalho de Piaget, aludindo igualmente à visão de Wallon e Vygotsky, já que o trabalho realizado por eles, em meados do século XX, são constantemente reatualizados através de práticas de saber-poder, as quais norteiam ações biopolíticas por meio de políticas públicas voltadas para a gestão da vida de crianças, em âmbito global, como focalizado no documento em estudo, as quais serão expostas e discutidas no quarto capítulo desta Dissertação.

Nesse contexto, temos a perspectiva sociointeracionista, que, segundo Felipe (2001), tem como principais representantes Wallon, Piaget e Vygotsky, que, em seus estudos, objetivaram de formas distintas explicar como se dá o processo de aprendizagem durante o desenvolvimento humano, tendo como fio condutor a consideração de que tal processo ocorre nas trocas dos organismos humanos com o mundo.

**Wallon**, de formação médica, desenvolveu diversos estudos na área neurológica, com ênfase na plasticidade cerebral. Estudou de maneira integrada o desenvolvimento infantil em sua relação com a afetividade, a motricidade e a inteligência. Quanto à inteligência, o que estava em jogo para ele eram as oportunidades oferecidas pelo meio e a forma como os indivíduos conseguiam se apropriar delas. Assim, “[...] os aspectos físicos do espaço, as pessoas próximas, a linguagem, bem como os conhecimentos presentes na cultura contribuem efetivamente para formar o contexto de desenvolvimento” (FELIPE, p. 28).

Para Wallon, o desenvolvimento é marcado por rupturas, pois em cada etapa do desenvolvimento infantil ocorreria uma reformulação, e não mera adição de novas interações do sujeito com o meio. O desenvolvimento das crianças ocorreria nos seguintes estágios: impulsivo emocional, sensório-motor, personalismo e estágio categorial. A partir desses estágios, o autor se voltou para a análise da criança do seu primeiro ano de vida aos seis anos de idade, em que, para ele, a criança atingiria

progressos cognitivos que a preparariam para estabelecer relações intelectuais mais refinadas com o meio ambiente.

**Piaget**, também ligado às ciências biológicas, influenciado pelos preceitos de seleção natural da Teoria Darwinista, interessou-se pela forma como os organismos se adaptam ao meio ambiente; como seu foco eram as relações humanas, objetivou descrever a capacidade mental, ou seja, a inteligência como norteadora dos comportamentos adaptativos. Para ele, esse processo era conduzido por uma orientação biológica na busca por um equilíbrio entre os indivíduos e o ambiente. Segundo Piaget, o desenvolvimento do pensamento e da inteligência passaria igualmente por estágios específicos, em que, de acordo com o amadurecimento mental da criança, em cada período da vida, apresentaria uma conduta peculiar.

Piaget delimitou o desenvolvimento humano em quatro estágios: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal, os quais obedecem a uma ordem cronológica e hierárquica de passagem de um *status* mais infantil (concreto), para um mais refinado (abstrato). Na teoria de Piaget, conforme explica Palacios (2007), a meta é sempre a adaptação, que significa dar respostas adequadas a situações-problema, como evidenciado abaixo:

À medida que a maturação vai abrindo novas possibilidades, que a exploração do ambiente apresenta novos desafios e que a educação vai apresentando novas questões, a pessoa em desenvolvimento se vê obrigada a ir construindo respostas novas, conseguindo assim níveis de adaptação cada vez mais elaborados, frutos de uma tendência contínua à equilíbrio. (p.28).

Nessa conformidade, o desenvolvimento para Piaget visa ao *equilíbrio*, logo, diante de situações adversas, a pessoa desenvolveria capacidades adaptativas que deveriam ser desenvolvidas no momento certo, de que decorre a organização dos estágios específicos para promover de forma adequada o desenvolvimento tanto biológico quanto intelectual das crianças.

Especificamente a respeito da inteligência, aspecto muito explorado por Piaget, este ressalta que é oriunda de fatores de ordem natural e espontânea, que, no entanto, podem ser acelerados pela educação familiar ou escolar. Por conseguinte, além dos fatores de maturação e de experiência, as aquisições de conhecimentos dependeriam das

transmissões educativas ou sociais, havendo estruturas biológicas que permitiriam, nas interações sociais, o desenvolvimento dos estágios desde a infância até a vida adulta, ao longo do processo de desenvolvimento (PIAGET, 2010).

Já **Vygotsky**, apesar de ter sido inicialmente afetado pelo trabalho de Piaget, deu visibilidade em suas análises aos preceitos socialistas da Revolução Russa, contexto em que realizou suas pesquisas. Na visão desse autor, o funcionamento psicológico se estrutura a partir das relações estabelecidas entre o indivíduo e o social, o qual seria o fundamento-chave para compreender o processo de desenvolvimento das crianças. Assim, ao invés de privilegiar a maturação biológica, conforme o fez Piaget, voltou-se para as relações sociais; para ele, independentemente de fatores internos, fixos e universais, o ambiente externo e a cultura seriam os grandes responsáveis pelo desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA, 2008).

Ao contrário de Piaget, que acreditava que a aprendizagem se subordinava ao desenvolvimento e teria pouco impacto sobre o mesmo, Vygotsky defendia que o desenvolvimento e a aprendizagem seriam processos complementares, de modo que, quanto mais às crianças passassem por processos de aprendizagem, mais se desenvolveriam. Em consequência, conforme Felipe (2001), na visão de Vygotsky, o funcionamento psicológico dependeria do contexto histórico e social onde os indivíduos se desenvolveriam, no qual a *cultura* exerceria papel fundamental, ao fornecer aos indivíduos os sistemas simbólicos de representação da realidade.

A respeito das perspectivas relacionadas às ressonâncias da Teoria Darwinista na Psicologia, demarcamos que o trabalho de Piaget se coaduna de maneira mais íntima ao projeto de uma Psicologia voltada para a adaptação, sendo que, no documento estudado, notamos em diversos momentos alguns atravessamentos com caráter adaptativo.

Com efeito, não podemos desconsiderar a repercussão da orientação *funcionalista norte-americana* surgida na virada do século XIX para o século XX, com repercussão na obra de diversos autores, como Piaget, que contribuíram para a afirmação de um projeto de Psicologia enquanto ciência e técnica de adaptação. É relevante destacar: “Se há um conceito capital no funcionalismo, este é o de adaptação. Se a noção de adaptação se associa às de ajustamento e de equilíbrio, a de função representa a utilidade, a finalidade biológica cumprida por este equilíbrio” (FERREIRA; GUTMAN, 2006, p. 137).

Há de se ressaltar que a Psicologia do Desenvolvimento, embora tradicionalmente tenha se dedicado ao o estudo da criança em seu amadurecimento até tornar-se um adulto, conserva essa tendência ainda forte na atualidade, observada, por exemplo, em alguns manuais de Psicologia do Desenvolvimento e no documento em questão, que, mesmo ao apresentar a perspectiva do ciclo de vida, sustenta que é na infância e adolescência que se define a formação física e subjetiva das pessoas. Há, desde os anos 1990, segundo Mota (2005), acentuada tendência à ampliação do estudo do desenvolvimento humano com ênfase nos afetos, cognição, fatores biológicos e sociais, durante todo o ciclo da vida.

Quanto às transformações ligadas à Psicologia do Desenvolvimento, é oportuno sublinhar aspectos da cognição que passaram a ser investigados de forma mais detalhada pela chamada *Psicologia Cognitiva*, que ofereceu novas referências analíticas à Psicologia do Desenvolvimento, durante as décadas de 60 e 80, quando, a partir da abordagem do processamento de informação, se aprimorou o conhecimento sobre as variáveis internas e externas ao comportamento humano. O estudo das variáveis internas abarcou a maturação orgânica, as bases genéticas do desenvolvimento e o inatismo, enquanto as variáveis externas, a influência do ambiente no desenvolvimento humano.

Essas tendências das abordagens, ao longo do ciclo de vida, relacionam-se à perspectiva sistêmica, que tem como base o princípio de que “o todo é maior do que a soma de suas partes”. Com base nesse princípio, a abordagem sistêmica se interessa pelas relações entre os diferentes sistemas e subsistemas presentes em um sistema, a fim de compreender melhor o funcionamento de cada um deles. Sistema é definido por Galera e Luis (2002) como um complexo de elementos em interação mútua, que pode ser aplicada a um indivíduo, às famílias ou mesmo à sociedade como um todo.

Portanto, um sistema como a família faz parte de um sistema maior, que é a sociedade, e se constitui em seu interior de distintos subsistemas compostos pelos pais com seus filhos, entre o casal, os irmãos etc. Nessa perspectiva, os sistemas estabelecem constantes trocas, influenciando-se mutuamente. Logo, as relações entre os membros desse sistema influenciam, de maneira significativa, os comportamentos, crenças e sentimentos de cada membro de uma família (GALERA; LUIS, 2002).

A perspectiva sistêmica é notória, no documento estudado, aliada aos saberes da Psicologia do Desenvolvimento, pautada em uma leitura adaptativa do homem frente às

adversidades do mundo. São prementes, no documento, os pressupostos da Psicologia do Desenvolvimento, levando-se em conta as “influências” que cada ambiente imprime, de forma sistêmica, à constituição das crianças e adolescentes, o que favorecerá, ou não, a produção do adulto adaptado ao mundo capitalista neoliberal, no caso, futuros jovens preparados para servirem de mão de obra barata a ser explorada pelo sistema capitalista.

Após esse apanhado acerca da Psicologia do Desenvolvimento, sinalizaremos, em consonância com os trabalhos de Oliveira (2008), Lemos (2003), Ferreri (2007) e Marcílio (1998), que esses diversos autores fomentaram saberes sobre o desenvolvimento infantil, colocando a criança como um ser em formação ou, como referendado por Oliveira, como um “vir a ser”, o que cooperou intensamente para a institucionalização da criança, enquanto ser que precisa de cuidados especiais e proteção, através de diversas prescrições que posicionam as crianças no seio da família e da escola.

Foucault (1988), ao examinar a história da sexualidade, enfatiza que a Psicologia passou a atuar na sociedade disciplinar diretamente na normalização do social e, nesse processo, para além das leis, utilizou-se das normas e começou a legitimar diversas práticas de caráter moralizantes, higienistas e até mesmo eugenistas, que passaram a ser cada vez mais naturalizadas nas relações sociais.

Por fim, é válido lembrar, conforme historiciza Donzelot (1980), que houve uma distinção clara entre os valores sociais e educativos que deveriam ser oferecidos às crianças, conforme a classe social à qual pertenciam, já que, com a constituição das classes burguesas, tornou-se cada vez mais perceptiva a distinção entre a infância pobre e a infância rica. Por exemplo, ao analisar os costumes educativos, esse autor observou que, embora fossem elaborados para abarcar tanto a infância pobre quanto a rica, revelavam peculiaridades que garantiam *status* elitista à burguesia e subalterno aos pobres. À burguesia difundiram-se preceitos da Medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de retirar as crianças da influência negativa dos serviços; e outra, voltada aos pobres, com o objetivo de diminuir os custos sociais associados à reprodução, favorecendo a constituição de um número desejável de trabalhadores, que deveria ser formado com o mínimo de gastos públicos, amparados em práticas filantrópicas (DONZELOT, 1980).

Dessa maneira, traremos no tópico a seguir alguns apontamentos sobre a forma como a vida das crianças foi atravessada por diversos dispositivos ligados ao campo dos direitos e das normas sociais, com o objetivo de permitir um olhar crítico sobre o objeto violência e o lugar historicamente delegado às crianças, visto que no documento estudado, a todo o momento, o UNICEF objetiva a violência, usando categorias como família, criança, direitos, enquanto dados em si, os quais, para nós, precisam ser historicizados e interrogados.

No próximo capítulo, por conseguinte, encontra-se um apanhado sobre o objeto violência, no Brasil pensando sobre os limites de nossa democracia e o lugar que é produzido para as crianças e adolescentes economicamente desfavorecidos, os quais integram o público-alvo das ações do UNICEF.

## CAPÍTULO 4

### **HISTORICIZANDO O OBJETO VIOLÊNCIA E O LUGAR PRODUZIDO PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL**

Antes de tudo, é necessário demarcar que, neste trabalho, a violência não foi tomada como um universal ou uma essência, mas como um campo heterogêneo de forças em embates sucessivos, as quais assumem aspectos distintos na delimitação do objeto violência, o qual é extenso e atravessa vários séculos em que assumiu e continua a assumir diferentes configurações, como o surgimento quase diário de uma nova nomenclatura sobre a violência.

Michaud (1989) explicita que o objeto violência alude a algo que extrapola e que pode estar ligado diretamente aos atos violentos de ordem física, ou referir-se à violação de normas definidas que variam muito de uma sociedade para a outra. Tais aspectos são recorrentes no documento em análise, disparados pelo UNICEF para sensibilizar a sociedade para a gravidade e urgência de se intervir para coibir a violência. A violência associada à questão física é protagonizada basicamente pelas famílias economicamente desfavorecidas, bem como a questão das normas socialmente acordadas percorrem o documento em toda a sua dimensão para legitimar as práticas de saber-poder desse organismo.

No documento em análise, após um apanhado geral de conceituações de autores renomados na área da violência, o UNICEF a objetiva nas seguintes especificidades: *Mortalidade Infantil, Violência Doméstica, Mortes no Trânsito, Mortes por Homicídios, Violência Institucional, Trabalho Infantil*. Observamos, de modo geral, que em suas análises o UNICEF emprega uma leitura funcionalista sistêmica, para mostrar como as crianças e adolescentes teriam seu “ciclo de vida” comprometido, o que impactaria negativamente o desenvolvimento desses indivíduos, evidenciando a adoção de um referencial individualizante oferecido pelo UNICEF para pensar sobre o objeto violência, nas suas variadas apresentações.

Maffesoli (1989) já chama a atenção sobre o caráter múltiplo ou, conforme ele chamou, *modular* da violência, que seriam suas várias facetas, tais como: violência dos órgãos burocráticos; violência anômica, violência banal e violência como resistência. Para Maffesoli, o objeto violência é atravessado tanto por aspectos positivos quanto negativos. Aos primeiros, denomina “violência construtiva”, ligada à negociação e ao equilíbrio do corpo social. Trata-se da possibilidade de abertura ao novo, presente, por exemplo, nas manifestações catárticas e nas transformações revolucionárias, que, por meio da violência/resistência, instalam uma nova ordem, a qual não é pensada pelo UNICEF, pois no documento a violência é objetivada sempre como algo negativo que precisa ser combatido. Já no segundo caso, para esse autor, tem-se a “violência destrutiva”, que vem a ser a manifestação da afirmação individual, atomizada na figura do delinquente, que emana do produtivismo capitalista.

Quanto a esta pluralidade do objeto violência, Wieviorka (1997) salienta que, no final da II Guerra Mundial, houve uma tentativa frustrada da Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) de construir uma abordagem total da violência, integrando a contribuição de todas as disciplinas das ciências sociais e humanas, como a Psicologia, a Antropologia, a História, o que deveria permitir ir do micro ao macro, ou seja, do indivíduo e de seu psíquico às relações internacionais. Isso já demarcava o interesse de organismos internacionais na produção de documentos que abordassem, de forma global, o objeto violência, o que é reatualizado no livro em análise, no qual o UNICEF apresenta como justificativa de tal produção a importância de condensar em um só documento diversas informações fragmentadas sobre o objeto violência, com o intuito de englobar todas as formas de violências sofridas pelo segmento infantil e juvenil, funcionando como um guia no trabalho dos diversos profissionais que atuam nas políticas públicas, no Brasil.

Wieviorka (1997) afirma que, durante os anos 50 e 60, a violência foi objetivada através de duas fortes tendências. Associava-se a violência à noção de conflito, ao passo que à imagem da crise era analisada como consequência ou a manifestação de um estado patológico do sistema social. Desse modo, tratar da violência consistia em considerar que ela possuía seu lugar nos cálculos e nas estratégias dos agentes encarregados de controlá-la. Para ele, há diversos raciocínios suscetíveis de ser instrumentos de compreensão da violência; aponta que não há uma teoria geral sobre ela, mas maneiras de abordá-la, que apresentam contribuições e limites, sendo



fundamental discutir o contexto histórico que faz funcionar determinadas racionalidades. Nesse contexto, o Estado, pela intervenção de seus agentes, poderia praticar ou encobrir uma violência ilegítima, contrapondo-se ao discurso oficial, como o observado em países como o nosso, em que o Estado se utiliza de práticas de tortura e abusos policiais de todo o gênero, sobretudo com a população pobre e negra, mesmo que politicamente se viva uma democracia.

Segundo esse autor, houve uma mudança de paradigma quanto à violência, devido ao declínio do movimento operário e à perda do lugar central das relações de produção industriais. Tornou-se improvável a ligação entre violências sociais e a inserção de seus agentes, num conflito estrutural de classe, em sentido estrito. Atualmente, para ele, não se tem mais a luta contra a exploração dos atores em uma relação de dominação, mas um estado de não relação social, de exclusão, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimenta, em toda parte do mundo, uma violência social difusa, ligada a raiva e a frustrações. Nesse contexto, o autor afirma que a violência não é somente um conjunto de práticas objetivas: ela é também uma representação, em que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente aspectos fantasmáticos a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos. Assim, pensando sobre uma nova perspectiva teórica e analítica da violência, conclui que um novo paradigma da violência traz conceitos que não concernem mais a um mundo bipolar, porém, esta deve ser entendida levando-se em conta aspectos globalizados ou planetários, sem perder de vista características ligadas ao seu caráter local.

De acordo com Odalia (1985), a violência não inclui apenas aquilo que atinge diretamente o homem, ou o que possui, seja seu corpo, seja seus bens, seus amigos ou sua família. Ela não se exercita simplesmente como uma defesa para a sobrevivência, mas se delinea recobrando-se de formas sutis. Vale destacar que a violência é efeito de práticas de sua produção enquanto objeto datado historicamente e fabricado como problemática a ser gerida, tornando-se alvo de construção de saberes. Nessa seara, uma das situações que atualmente é produzida como agenda midiática para a sociedade brasileira é a violência através de assaltos, homicídios, agressões ou de forma indireta por noticiários, publicações, conversas informais etc.

Quanto a esse aspecto, Dias (2008), em recente trabalho sobre produções jornalísticas da violência, concluiu que as publicações trabalham fortemente uma representação perversa da realidade, feita com o intuito de impactar, ao mesclar humor e horror, na elaboração das manchetes. Enquanto isso, Sodré (2006) sublinha que é comum, nas narrativas de jornal, na mídia, a violência ser enfocada apenas enquanto ato, e não, como estado de violência. Isto é, o que se debate nas manchetes é a violência visível, aquela que encerra o debate, ao apresentar determinado acontecimento pelo acontecimento, sem maiores problematizações sobre o tema.

Zaluar (1999) traz um debate instigante, ao fazer um sucinto panorama das divergências e convergências entre cientistas políticos, sociólogos e antropólogos que estudam o tema da violência, no Brasil. Enfatiza que a discussão sobre a violência adquiriu grande importância, a partir do início da década de 1990, quando mobilizou de forma intensa cientistas sociais, pedagogos, filósofos, economistas e juristas. Porém, observa que ainda há grande dificuldade em definir o que é violência, ou de se precisar de que violência se fala. Segundo ela, tal dificuldade reside no fato de o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia:

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. (ZALUAR, 1999, p.8).

Zaluar (2011) destaca que o paradigma marxista se mostrou extremamente oportuno a muitos cientistas sociais brasileiros, durante o período militar e de redemocratização, já que possibilitou a crítica ao sistema capitalista, bem como deu relevo às violências de Estado. Ademais, a autora observa fortes ressonâncias da obra de Foucault sobre os cientistas sociais brasileiros, desde o final dos anos 1970, deslocando o enfoque para a disciplina e a produção de uma verdade criminal, além do referencial analítico de Hannah Arendt, adotado por diversos autores, no Brasil, que exploraram a reflexão realizada por ela sobre a violência.

O pensamento de Arendt nos permite refletir sobre os impasses à democracia, em nosso país, os quais abrem espaço para diversas práticas violentas como resposta a uma sociedade burocratizada, em que não há uma representação, de fato, da população, pois os representantes políticos governam para poucos em nome de um projeto elitista, e de autoprivilégios materializados por constantes escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro.

Para realizar sua análise sobre a problemática da violência, Hanna Arendt (2008) distingue poder de violência. Para ela, onde um deles domina totalmente, o outro está ausente: o poder não necessita de justificação, se materializa onde quer que as pessoas se unam e atuem em comum acordo, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas, em que reside a sua legitimidade. A violência, para Arendt (2008), é instrumental por natureza e adota implementos para se impor, logo, poder e violência, além de distintos, são inconciliáveis – a violência, para a autora, embora possa ser justificada, jamais será legítima. A autora considera que o Estado moderno expropriou dos particulares o direito a recorrer à violência como forma de resolução dos conflitos, assegurando desse modo a manutenção da ordem social, por meio do monopólio da violência.

No entanto, no Brasil, percebemos o autoritarismo estatal nas relações paternalistas, policiamento hostil e opressivo para a parcela da população pobre, nepotismo, privilégios ligados ao recorrente favorecimento das elites e ao descaso com os grupos historicamente marginalizados. Portanto, a democracia, em nosso país, encontra entraves historicamente demarcados, que acirram as disparidades entre seus membros. Na visão de Chauí (1995), os principais pontos referem-se à estrutura oligárquica dos partidos políticos e seu funcionamento, que impedem a prática da representação e da participação; a estrutura fortemente burocratizada do Estado e a estrutura da sociedade, fundada na polarização extrema entre a carência e o privilégio, de sorte que uma minoria concentra a maior parte das riquezas, enquanto a maior parcela da população vive com o mínimo:

O Brasil ocupa o segundo lugar nos índices de concentração da renda e da má distribuição da riqueza, mas ocupa o oitavo lugar em termos do Produto Interno Bruto. Essa desigualdade – 2% possuem 92% da renda nacional, enquanto 98% possuem 8% dessa renda – não é percebida como socialmente inaceitável, mas como natural e normal. Em outras palavras, a sociedade e brasileira é oligárquica e está polarizada entre a carência absoluta das

camadas populares e o privilegio absoluto das camadas dominantes e dirigentes. (CHAUI, 2011, p. 356).

Observamos, assim, que nosso país apresenta diversos impasses à garantia dos direitos igualitários que a organização política de uma sociedade democrática prega, favorecendo a emergência de prática violentas, já que a maioria da população é violada em seus direitos básicos – saúde, educação, moradia, saneamento básico. Podemos pensar, com as reflexões de Arendt, que representação política, no Brasil, é apenas de direito, mas não de fato, porque assistimos cotidianamente aos desvios de recursos públicos protagonizados por escândalos diversos, nos quais políticos cinicamente, por meio de variadas manobras, praticam o “deixar morrer” para crianças, jovens e adultos quase sempre pobres e negros, para os quais se dirigem com políticas públicas medíocres, com vistas a oferecer sempre o mínimo e, em contrapartida, parte da população adota ações violentas tanto como estratégia de sobrevivência, quanto para defender-se diante da ausência ou autoritarismo policial.

Para Velho (2008), a violência existe no nível das relações sociais, que não só expressam, como produzem a desigualdade e a diferença. Chama a atenção o modelo hierarquizante e a onipresença do Estado, diante das desigualdades sociais, como elemento limitador da noção de cidadania no país, pois, embora legalmente se encontrem definidos direitos e liberdades extensivos a todos os membros sociais, efetivamente há “[...] cidadãos de primeira, segunda e terceira classes e mesmo não-cidadãos, isto é, indivíduos sem voz, sem espaço e sem nenhum respaldo real nas instituições vigentes” (p.145).

Chauí (2011) oferece rica explanação sobre as desiguais sociais, políticas e econômicas produzidas no Brasil, que trazem em seu bojo marcas de um passado que se cruza com o presente, arrastando, no decorrer de séculos, ressonâncias do passado desse *jovem país* que, desde o tempo de colônia, tem produzido e reproduzido a exclusão social e marginalização de determinados grupos:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira caracteriza-se pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido

como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; ao passo que, entre os que são vistos como desiguais, tornam a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, configurando-se como opressão quando a desigualdade é muito marcada. (p. 353).

Neder (2009) observa que há dois impasses na atualidade brasileira, no tocante à violência: o desrespeito das políticas relativas à cidadania e aos direitos humanos, ao lado da modernização técnica e de procedimentos para punição. Nesse sentido, identifica que as políticas de controle e disciplinamento dirigem-se especificamente às classes populares de forma rígida e autoritária.

De acordo com Waiselfisz (2011), em *Mapa da Violência 2012*: os novos padrões da violência homicida no Brasil, a partir da classificação raça ou cor, verifica-se a tendência geral, desde 2002, de queda no número absoluto de homicídios da população branca e do aumento nos números da população negra, chegando-se ao percentual alarmante, em 2010, de que proporcionalmente morrem 139% mais negros do que brancos. Quanto à categoria gênero, vem-se confirmando, desde 1998, a elevada proporção de mortes masculinas, principalmente quando a causa é devida a homicídios. Pelos dados de 2010, têm-se 49.932 homicídios registrados pelo SIM, 45.617 pertencentes ao sexo masculino (91,4%) e 4.27331 ao feminino (8,6%), sendo que essas mortes, conforme o referido mapa, apontam, sobretudo, para a população jovem entre 15 e 24 anos. Em relação à morte de jovens no Brasil, pode-se ressaltar:

O Brasil não está em guerra, mas nossas taxas de mortes violentas superam até mesmo países que vivem conflitos armados. E os jovens são vítimas preferenciais. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, 3.937 adolescentes foram mortos à bala entre dezembro de 1987 e novembro de 2001. No mesmo período, nos combates entre Israel e Palestina, 467 adolescentes morreram como resultado da ação de armas de fogo. (LEMGRUBER, 2004, p.1).

Dessa forma, a sociedade brasileira, de modo geral, assiste passivamente ao homicídio de boa parte da sua população masculina, jovem e negra, o que se coaduna a problematização levantada por Foucault, que, ao tomar a violência em sua dimensão relacional, a qual abrange diversos aspectos da vida social e política, salienta que o Estado governamentalizado por meio de seus diversos dispositivos não só mata, como

também deixa morrer milhares de pessoas, seja de fome, seja ainda ao afastá-las progressivamente da vida social e política, através de uma série de proibições profissionais e administrativas, condenando-as de certa forma à morte.

Foucault ([1975-1976], 2005), ao tratar da biopolítica, explicita que se deixa morrer os indesejáveis e, ao mesmo tempo, se faz viver apenas a determinados estratos sociais, pelo funcionamento de racionalidades que naturalizam esses acontecimentos. Quanto às diferenças sociais, que dão lugar a cada segmento social, acreditamos ser essa distinção uma produção violenta e com efeitos de grande alcance, visto que, embora a realidade social geralmente seja tratada como algo dado, é produzida através de um tratamento desigual e excludente.

Neder (2009), pensando na indiferença da sociedade brasileira frente à morte desses jovens, observa que isso está ligado a questões históricas, já que se trata de negros, economicamente desfavorecidos, logo, de ex-escravos. Para ela, o discurso jurídico, no Brasil, buscou legitimidade no pensamento europeu, particularmente através da incorporação de novas reflexões, em que se empregaram práticas discursivas da emergente criminologia, para legitimar a dominação burguesa, fortemente contestada na virada do século XIX. Para essa autora, a apropriação do determinismo lombrosiano, desde então, tem sido hegemônica no campo jurídico brasileiro. Assim, operou-se um corte racista e cientificista quanto às possibilidades históricas para as classes subalternas, no país, compostas maciçamente de ex-escravos.

Pensando na conjuntura histórica de produção do medo e da insegurança, no Brasil, que justificam muitas práticas violentas, Coimbra (2008?) frisa que esses sentimentos são transformáveis e passíveis de modificações permanentes ao longo do tempo:

Entendo que não só os sentimentos, mas todos os objetos que se encontram no mundo não existem em si, não têm uma essência, pois são forjados cotidianamente pelas práticas dos homens. Tais práticas são datadas historicamente e têm a capacidade de objetivar as coisas que estão no mundo. [...] Assim, o medo, a insegurança e outros sentimentos, por exemplo, aparecem em determinadas épocas forjados por certas práticas e, em outros momentos, por outras práticas, mostrando “fisionomias” diferentes. (COIMBRA, 2008?, não paginado).

Continuando a discussão, faz um contraponto entre a Europa do século XIX, onde se forjou um determinado tipo de homem, de “natureza humana”; com a produção do medo na América Latina, durante a ditadura militar dos anos 1960 e 70, em que se produziram tipos de medo e de insegurança específicos. No século XIX, com a implantação definitiva do capitalismo na Europa, surgiu um homem voltado para dentro de si, temeroso das massas e dos espaços públicos, refugiado na “segurança do lar”, junto a sua família. Esse homem voltou-se, por conseguinte, para o interior de seus sentimentos, preocupado basicamente com a sua vida pessoal. Tal homem temeroso aos espaços públicos emergiu na América Latina, durante o período das ditaduras militares, sendo que, ao contrário do século XIX, em que a manifestação coletiva é abstratamente percebida como perigosa, no Brasil, nas décadas de 60/70, se objetivou o comunismo como inimigo concreto da nação (COIMBRA, 2008?).

Coimbra (2008?) enfatiza que, durante a ditadura militar, vivia-se o período desenvolvimentista do país, sendo reforçado o modelo individualizante da família burguesa, no qual as pessoas deveriam voltar-se para si, evitando qualquer participação mais coletiva. Nesse período, foi gerado um profundo medo e insegurança para com aqueles que diferiam, ao contestar a “ordem” estabelecida, e eram tomados como “inimigos da Pátria”.

Nesse aspecto, a Psicologia e a Psicanálise corroboraram fortemente com o regime de exceção brasileiro, visto que constituíam o “remédio” para sanar os problemas das famílias “desestruturadas” e seus filhos “desviantes”. Dessa maneira, o medo e a insegurança provocados pelas práticas ditatoriais foram fortalecidos por diversos profissionais, como os do campo “psi”, e esses sentimentos foram tomados como inerentes ao ser humano, logo, naturais e inquestionáveis (COIMBRA, 2008?).

Com a redemocratização do Brasil, posterior ao regime militar, o medo e a insegurança passaram a ser associados diretamente aos miseráveis e a certos espaços públicos, por intermédio da objetivação da pobreza como perigosa, forjando-se identidades em que as formas de sentir, viver e agir foram – e ainda são – tachadas como desqualificadas e inferiores. Vigora, nos dias atuais, a lógica da limpeza urbana, pela qual a ação frente à miséria não mais é escondida ou administrada, mas se procura constantemente eliminá-la, não pela sua superação, mas pelo extermínio direto daqueles

que incomodam as classes mais abastadas, muitas vezes, protagonizada com a convivência ou até mesmo a participação direta do Estado.

Coimbra (2008?) entende que tais maneiras de existir e viver no mundo são construções advindas de diferentes equipamentos sociais, chamando a atenção para a mídia, pelo espaço que adquiriu no mundo globalizado, cujas veiculações assumiram fortes efeitos na sociedade como um todo, inclusive de forma enfática, na produção dos sentimentos de medo e de insegurança nos centros urbanos brasileiros diariamente alimentados pela indústria midiática. Tais práticas legitimam a truculência policial e as execuções sumárias, conforme destaca Santos (2002):

A sociedade brasileira tem aceito a violência como prática social vigente, pois há exemplos cotidianos de violência tanto nas cidades – a venda de drogas e armas, os crimes de pistolagem, os grupos de extermínio, algumas ações de membros de polícia civis e militares, a tortura nas delegacias, a violência contra a mulher e contra a criança – quanto no campo – os conflitos sociais agrários, os assassinatos de lideranças populares, de agentes pastorais e padres, ou de advogados, a própria violência costumeira entre populações rurais. Como resultado, para a sociedade, o ato violento torna-se um meio “normal” de acertar uma diferença interpessoal, de obter um bem material que se deseja ou de impor o mando sobre o outro. (p.118).

Assim, a violência é produzida e disseminada em suas diferentes facetas, em nosso país, o que a banaliza como se estivesse intrinsecamente ligada à vida em sociedade, tal como considerado pela tradição durkheimiana, para a qual a “anomia” sempre estará presente no corpo individual ou social, porque, para ele, através do caos a sociedade pode se reorganizar e assumir novas configurações.

Essa banalização da violência assume, no Brasil, peculiaridades bem específicas. A violência, mesmo recorrente, é encarada como “casos isolados”, pois há o “mito” de que o povo brasileiro é amigável e alegre, e só algumas pessoas, devido a traços individuais de personalidade, enveredariam pelo crime, por uma escolha pessoal. Tal justificativa é diariamente proferida pelos diversos meios de comunicação, bem como enfocada no documento em análise, conforme demonstrado no Capítulo 5 desta Dissertação. Com isso, não há nesses dispositivos comunicativos produtores de subjetividade uma discussão histórica que problematize a sociedade oligárquica e



excludente brasileira, a qual produz exclusão e violência, conforme explicado na citação abaixo:

[...] a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexíssimo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é concebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. (CHAUÍ, 2011, p. 349).

Após este passeio por diversas objetivações da violência importantes de ser pontuadas neste trabalho, por tais racionalidades atravessarem o documento em análise, é oportuno recuperarmos o que Foucault nos deixou de reflexão frente ao objeto violência (conforme já apontado neste trabalho, no Capítulo 1). Para ele, o mais interessante foi voltar-se para as relações de poder, tendo deixado claro que seu maior interesse não residiu naquilo que paralisa e anula as possibilidades de resistência – ou seja, a violência. Enquanto isso, nas relações de poder, para o autor, há possibilidade de oposição ou de contrapoderes. Desse modo, de acordo com Foucault, onde há poder há resistência, logo, possibilidade de mudança. Conforme nota Coimbra (2008?), o quadro de desrespeito aos direitos e truculência com a população pobre e negra se pauta em ações construídas pelas práticas cotidianas de nossa sociedade, de sorte que podemos, com outras práticas, produzir novos objetos, quer dizer, outros olhares e sentimentos e modos de ser.

#### **4.1 Considerações sobre e as políticas para a infância e juventude no Brasil**

Pensar sobre as artes de governar a infância e a juventude economicamente desfavorecidas de nosso país, no decorrer de seu percurso histórico, desvela um emaranhado de informações com especificidades temporais e locais, haja vista as estratégias privilegiadas em determinadas épocas, para gerir “os pequenos desvalidos” e

a extensa dimensão geográfica de nosso país. Faremos aqui um breve passeio sobre os direitos e as políticas dispensadas a esse grupo social, com o intuito de contribuir em nossas discussões. Todavia, deixamos desde já esclarecido que não direcionamos um olhar linear sobre a história, porque sabemos que, mesmo na vigência da chamada Nova República, marcada pela abertura política e pelas múltiplas conquistas, em termos dos direitos, ainda carregamos, em muitos aspectos, ranços que mais se aproximam da soberania do que da democracia.

Passetti (2010) afirma que, no Brasil, com a proclamação da República não foi cumprida a promessa de garantir uma gestão democrática em que as abundantes riquezas seriam distribuídas a todos; com isso, as dificuldades de emprego e sustento levaram muitos pais a abandonarem suas crianças nas ruas ou nas rodas dos expostos. Por sua vez, o Estado passou a assumir uma nova ordem de prioridades no atendimento social, para além do nível da filantropia privada e seus orfanatos, pois as crianças pobres se constituíram em um problema de Estado, que exigiu a produção de políticas sociais e legislações específicas.

Durante o período colonial, nem o Estado nem a Igreja assumiram diretamente a assistência aos pequenos abandonados. Ambos atuaram indiretamente, apenas com o controle legal e jurídico e por meio de apoios financeiros esporádicos. Assim, elementos de caráter caritativo estenderam-se do Brasil-colônia até meados do século XIX, com práticas imediatistas, com forte presença da elite exercendo algumas ações, por meio de esmolas e doações aos pobres. Em um segundo momento, setores e aspectos caritativos, se reconfiguraram e assumiram parâmetros filantrópicos presentes nesses termos, até a década de 1960, como se explicita abaixo:

Ao longo do século XIX, com o avanço do liberalismo e da secularização na sociedade brasileira, o espírito de caridade da época colonial – de se deixar testamento legados ou a doação de benefícios para criação dos expostos – foi também diminuindo. As obras de beneficência começaram, então, a ser concebidas de acordo com o espírito de uma filantropia cada vez mais pública. (MARCÍLIO, 2006).

Desde esse tempo, ficou mais evidente a assistência pensada através de cálculos biopolíticos, enquanto um investimento que daria ao Estado homens preparados para o

trabalho, oferecendo aos economicamente desfavorecidos os serviços técnicos ou profissionalizantes, bem como à nação (em casos de guerras) exímios soldados aptos a defender o país. Sobre a filantropia, pode-se ressaltar:

Desse modo, a filantropia é filha do Iluminismo, do Higienismo e da revolução Industrial (liberal e urbana). Ela queria impedir o afundamento da ordem social, do estado, da civilização. E, inicialmente, seus objetivos foram à supressão da pobreza e a melhoria da situação dos operários e de seus filhos, a partir da adoção de uma estratégia pedagógica e educativa. (MARCÍLIO, 2006, p.75).

As práticas filantrópicas, ao levar em conta preceitos médico-higienistas, sistematizaram a assistência, que não deveria se encerrar em meras caridades, mas ser útil à garantia da ordem social. Nessa feita, funcionou como uma tentativa de regenerar jovens delinquentes e crianças abandonadas e suas famílias desajustadas. Às famílias e em especial às mães, a filantropia destinava o dever de cuidar do marido, dos filhos e da casa, enquanto às crianças direcionava a educação para o trabalho futuro ou a reclusão.

Sobre a responsabilização da família frente aos problemas da infância, Passeti (2010) explicita que, para conter os pequenos desviantes, o Brasil nas primeiras décadas do século XX delegou a responsabilidade tanto à família, quanto ao Estado, em nome de um projeto civilizatório que almejava moldar a criança para formar cidadãos moralmente aceitos. Quanto ao Estado, foram criados vários dispositivos para driblar o “incômodo urbano” que os pobres passaram a representar, e às famílias coube a responsabilização pelos “comportamentos desviantes” de seus membros, sem que se considerassem fatores sociais e históricos que produzem a exclusão e a marginalidade, nas famílias pobres, conforme a articulação do higienismo e eugenismo:

Ao considerar, apressadamente, que a maior incidência de doenças e mortalidade infantil ocorria na classe trabalhadora pela falta de cuidados pessoais, ou que esta situação era devida à ignorância desta população, os higienistas negavam, praticamente, a diferença de recursos necessários à preservação da saúde em decorrência da diferença entre classes sociais. E assim entendendo, o melhor encaminhamento era propor ao Estado educar esta população. E mais que isso, era necessário intervir em uniões que poderiam transmitir doenças, como se acreditava no caso da sífilis, tuberculose, doença mental, alcoolismo dentre outras. E aqui, adentramos no terreno da eugenia que, em determinado momento histórico, articula-se perfeitamente com os propósitos do higienismo. (BOARINI; YAMAMOTO, 2004. p. 66).

De acordo com Marcílio (2006), a prática filantrópica favoreceu a criação de leis de proteção à infância, preconizada pelo continente europeu, em que o viés positivista despertou a responsabilidade política do Estado para com a proteção e educação da infância. Rizzini (2011) garante que zelar pela criança passou a equivaler a um gesto de humanidade, desvinculado da religião, significando a garantia da ordem em que cuidar/vigiar as crianças atendia aos preceitos evolucionistas e positivistas da época, os quais deram legitimidade a práticas de normalização das crianças.

Por conseguinte, a assistência à infância desvalida foi guiada por um viés liberal e, no Brasil, sustentaram-se nos movimentos higienistas e eugenistas. Conforme esses movimentos foram difundidos por um pequeno grupo de médicos, no início do processo de industrialização. A autora, ao recuperar a definição de um dos grandes representantes da eugenia no país, durante os anos vinte e trinta – Renato Kehl – explica que por higienismo se entendiam as condições do meio que deveriam ser aprimoradas para melhorar o estado físico das pessoas, de sorte que, ao oferecer prescrições diversas, propalou práticas discursivas e de poder que diziam sobre o modo ideal para se morar, amar, educar etc. Já a eugenia associou-se aos fatores sociais de tendência seletiva por meio dos quais se deveria favorecer a multiplicação dos indivíduos “bem dotados” possuidores de características historicamente valorizadas (como traços europeus), com a reprodução desses indivíduos (nos moldes da família burguesa), esperando-se conduzir o país à regeneração e ao progresso.

Tais movimentos, apesar de suas diferenças, aproximam-se pela preocupação em comum de tornar o Brasil uma grande nação, de maneira que a criança desvalida foi associada desde os fins do século XIX a um “problema social gravíssimo”, que demandava urgente ação do Estado. Nesse contexto, Silva Junior e Andrade (2007) assinalam que foi criada no Rio de Janeiro a “Liga Brasileira de Higiene Mental”, em 1923, a qual evidenciou a emergência de saberes de especialistas no cotidiano das famílias. Boarini e Yamamoto (2004) chamam a atenção para o caráter preventivo, que, após 1928, a Liga Brasileira de Higiene Mental assumiu, ao se voltar não mais para a pessoa doente, mas para o indivíduo normal, sobre o qual se deveria agir, de modo a prevenir qualquer situação indesejada.

Nascimento e Scheinvar (2005) afirmam que essas práticas higienistas pautaram-se na vigilância e na disciplina, e que as novas preocupações levantadas por esse movimento criaram um campo de possibilidade para a emergência do Juizado de

Menores, com o objetivo de sanear e promover a limpeza urbana com a retirada das crianças que perambulavam pelas ruas, algumas vezes inserindo-se em atos criminosos. Segundo as autoras, os juristas da época preconizavam dois tipos de discurso: a defesa das crianças, que deveriam ser protegidas, e a ideia de prevenção social contra o perigo iminente da delinquência infantojuvenil.

Com efeito, cada vez mais o referencial médico-jurídico passou a tratar essas crianças através da categoria “menor” – que identificava a infância pobre como potencialmente perigosa ou na iminência de o ser. Com isso, surgiu o primeiro conjunto de leis estabelecido no Brasil para as crianças desvalidas– o Código de Menores de 1927 – destinado à parcela jovem dos brasileiros até 18 anos de idade que se desviassem da norma, logo, esse código foi elaborado exclusivamente para o controle e a punição da infância e da adolescência abandonadas (RIZZINI, 2011).

Quanto à participação da Psicologia no tratamento dispensado às crianças pobres de então, é válido lembrarmos que, junto ao Juizado de Menores, foi instalado um Laboratório de Biologia Infantil, com a finalidade de fomentar pesquisas, análises e assistência às crianças e jovens classificados como problemáticos, que igualmente operou a constante culpabilização da família responsabilizada pelos vícios, pela vadiagem e demais comportamentos moralmente condenados:

Em muitos momentos os pais viam-se convocados a aprender métodos preventivos, uma vez responsabilizados pelas imoralidades e patologias dos filhos, já que o abandono e a chamada fraqueza moral da instituição familiar eram considerados pontos nodais na origem da delinquência. A estruturação familiar se constituiu, assim, como território fértil para explicar traços de personalidade, constituição de caráter e falta de alicerce moral (SILVA JUNIOR; ANDRADE, 2007, p. 435).

Lemos (2003) aponta que os psicólogos subsidiaram o trabalho dos juízes, ao realizarem, em sua prática profissional, testes e estudos da personalidade da criança para determinar as influências da hereditariedade e do meio. Nas palavras da autora: “A Psicologia procurava encontrar as causas da delinquência nos aspectos físicos, intelectuais e morais que poderiam ser transmitidos a criança e ao jovem pela família, e no ambiente onde essas crianças e adolescentes eram educados” (p.111).

Como nosso objetivo é fazer um breve panorama sobre os marcos acerca da infância e juventude, voltamo-nos, neste ponto, para o ano de 1979, quando o Brasil

atravessava um longo período da Ditadura Militar, com a presença de práticas autoritárias de governo, em que não havia liberdade de expressão ou de opinião, o que desencadeou um recuo dos movimentos sociais. Sobre a área da infância, dois documentos se destacaram: a Lei 4.513, de 1964, que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, e o Código de Menores (Lei 6697, de 1979).

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tinha como objetivo formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, através da FUNABEM, que se propunha a assistência à infância, com foco nas práticas de internação, das crianças abandonadas, carentes ou infratoras. O Código de Menores fazia uma revisão do Código de Menores de 1927, conservando uma postura assistencialista voltada para a arbitrariedade e a repressão para a população infantojuvenil empobrecida.

O novo Código de Menores introduziu o conceito de “menor em situação irregular”, enquanto um perigo à sociedade, e ocupou papel central na administração da Justiça. A criação da FUNABEM e a utilização do Código de Menores ratificaram práticas de reclusão e higienização, visto que as crianças indesejáveis foram cada vez mais confinadas em instituições que difundiram por todo o país práticas autoritárias, empregando as mais variadas formas de violência para conter os pequenos desvalidos.

O desrespeito aos direitos da infância e adolescência foi ampla e intensamente debatido por instituições governamentais e movimentos sociais, culminando na extinção do Código de Menores de 1979, pelo qual crianças e adolescentes excluídos socialmente eram considerados como em “situação irregular”. Nesse passo, a presença dos organismos internacionais foi incisiva na pressão por mudanças na legislação, ao levantarem a bandeira da garantia dos direitos. Marcílio (1998) salienta que tanto a Declaração dos Direitos da Criança quanto a Convenção das Nações Unidas sobre esses Direitos tiveram forte impacto internacional junto aos governos nacionais. Tais documentos internacionais foram acionados para cobrar do Estado brasileiro o cumprimento de suas determinações.

Nesse sentido, com a reabertura política, a implementação da Constituição Federal de 1988, que traz em seu bojo o fim da estigmatização da pobreza e a proteção à infância, houve a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. A partir desse momento, a legislação passou a ser aplicada a todas as crianças e adolescentes brasileiros, independentemente de sua condição social, ratificando

legalmente esse segmento social como sujeitos de direitos que deveriam receber proteção integral, em função de sua condição de pessoas em desenvolvimento. Com isso, houve mudanças no objeto violência, já que foram promovidas legalmente transformações e descontinuidades aos atos enquadrados como violência praticada contra crianças e adolescentes, garantindo a eles direitos soberanos que oficialmente não podem ser violados ou ameaçados. Tais mudanças são detalhadas na citação abaixo:

As orientações defendidas pelos movimentos voltados para os direitos da infância no final da década de 1980 procuraram superar uma concepção restritiva do que é ser criança e adolescente, caminhando para uma representação que reconhece direitos e demanda políticas dos que ainda não atingiram a maioridade. O estatuto legal traz em seu bojo uma nova concepção de direitos que incide fortemente sobre conservadoras formas e conteúdos de conceber jurídica, institucional e socialmente crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Sob esse ponto de vista, as lutas sociais em torno dos direitos da infância e da adolescência ofereceram caminhos novos para a constituição de uma imagem positiva em torno de ações destinadas a esses segmentos. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.19-20).

De acordo com o ECA, crianças e adolescentes devem receber proteção integral, requerendo suporte para exercer sua condição de cidadania. No entanto, as práticas de proteção partem da falaciosa premissa jurídica da igualdade dos cidadãos perante as leis. Para Scheinvar (2000), essas categorias universais naturalizam as desigualdades, esvaziando o debate das condições históricas de sua emergência. Nessa feita, as políticas de proteção propostas pelo governo brasileiro são incapazes de integrar os jovens, as suas famílias, ao mercado de trabalho, e, quando se efetuam, operam através de práticas de controle disciplinar, sem cumprir as promessas de transformação das condições de vida, procurando controlar aqueles que excluem, tornando-os dependentes.

Desse modo, constata-se que, apesar da promulgação do ECA e de sua premissa de proteção integral, a garantia dos direitos não tem acontecido no Brasil, de forma a defender crianças e adolescentes efetivamente, pois, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, no período de 1990 a 2000, morreram 211.918 crianças e adolescentes, vitimados por acidentes e violências. Destas, 59.203 crianças nas idades de 0 a 09 anos de idade; 33.512 púberes de 10 a 14 anos e 119.203 adolescentes de 15 a 19 anos. Os óbitos considerados oriundos de violência e acidentes passaram a ocupar o primeiro lugar na faixa etária de 05 a 19 anos (UNICEF, 2003). Enquanto isso, um

documento preliminar do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes indicou que, de fevereiro a setembro de 2005, houve 1.942 denúncias de violência contra crianças de até 06 anos, no serviço Disque-Denúncia, da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República (UNICEF, 2005).

Marcílio (1998) declara que, no Brasil, a violação dos direitos humanos e especificamente dos direitos das crianças ocorre todos os dias, apesar da elaboração de um dos códigos mais paradigmáticos e avançados do mundo, quanto à garantia aos direitos desse segmento social. A autora acredita que o projeto do ECA– de infância como prioridade absoluta – está longe de tornar-se realidade.

Em acréscimo, Sposito e Carrano (2003) fazem uma crítica à distinção na aplicabilidade das leis em virtude da camada social à qual se pertence, evidenciando que são produzidas distintas concepções de infância e adolescência, de acordo com o patamar social, ficando a parcela empobrecida, quase sempre, expropriada da garantia de seus direitos. Os jovens pobres geralmente são identificados e tratados como marginais e perigosos. Para os autores, “[o]corre uma convivência tensa entre a luta por uma nova concepção de direitos a essa fase de vida e a reiterada forma de separar a criança e o adolescente das elites do ‘outro’, não mais criança ou adolescente, mas delinqüente, perigoso, virtual ameaça à ordem social” (p.20).

De acordo com Nascimento e Scheinvar (2005), a educação entre as crianças obedece a práticas distintas, em que as mais abastadas têm as condições necessárias para serem educadas ao lado dos pais, tendo a relação familiar como referência, enquanto as famílias mais pobres são objeto de intervenções que, longe de protegê-las, as desqualificam. O governo da família, no segundo caso, acontece por meio da proteção filantrópica, a qual educa no sentido de favorecer imediatamente o processo produtivo, ao contrário das famílias de maiores recursos materiais, onde se atribuem à educação diversos sentidos, tais como o lúdico, o psicomotor, a afirmação afetiva, antes de preocupar-se com a entrada no mercado de trabalho, ao passo que, aos pobres, proteção significa torná-los aptos ao mundo do trabalho.

Nessa seara, percebemos claramente o lugar dado às crianças e adolescentes pobres, ora encarados como pessoas em vulnerabilidade social em risco de ter sua integridade física e psíquica comprometida, ora considerados um risco à sociedade.



Hillesheim (2008) critica o movimento de individualização do risco, em que o sujeito passa a ser compreendido como responsável pela sua condição – tanto de vulnerabilidade quanto de ameaça social, perspectiva notória no documento em análise, conforme assinalado adiante, na análise das séries.

Nesse movimento, há acentuada presença do apelo midiático, que incansavelmente maximiza atos infracionais cometidos por adolescentes, exigindo medidas punitivas, através da exigência da redução da maioria penal. Foucault nos ajuda a compreender esse movimento, ao desvelar, no curso “Em defesa da Sociedade” como funciona o racismo de Estado, em que o outro, ao representar uma ameaça, torna-se matável. Nessa perspectiva, a sociedade brasileira, conduzida por discursos reacionários, é omissa as inúmeras violências que crianças e adolescentes, a começar pela própria negligência do Estado, que na má gestão de seus aparelhos, falha na saúde, na educação, nas políticas públicas etc. e provoca a marginalidade.

Ferreri (2002), recuperando o pensamento de Bauman sobre criminalidade, assinala que a sociedade contemporânea tem no acelerado mercado de consumo o seu principal ordenamento, porque a possibilidade de consumo parece subordinar qualquer outro critério de pertencimento, no mundo atual, agravando a distância entre as classes sociais, já que a diretriz global do neoliberalismo favorece a concentração da riqueza e o crescimento de processos excludentes, em que os planos de segurança pública buscam frear a ação daqueles que não deveriam, mas de uma maneira ou de outra consomem, mesmo que pela via do crime.

Scheinvar (2000) enfatiza que há, no Brasil, uma distância entre a formulação política e a realidade. Tratando da administração das políticas de proteção social, ressalta que estas são acompanhadas do autoritarismo de governos, que, ao invés de atender às demandas sociais que lhes são solicitadas, fazem uso de jogos políticos em que são unidas a proteção social, questões econômicas e políticas lucrativas, fazendo com que os setores mais pauperizados fiquem cada vez mais excluídos e manobráveis.

[...] a inclusão nos mecanismos de participação é seletiva a pesar do discurso que responsabiliza os indivíduos pela intervenção nas relações políticas, culpabilizando-os. “Inclusão seletiva” poderia ser um termo mais apropriado, pois não há como pensar em um indivíduo sempre excluído, fora das relações sociais. Onde e como participar, estar, ocupar espaços – este é um debate em uma sociedade desigual, sustentada na democracia liberal (SCHEINVAR, 2009 p. 96).

Com isso, a autora, ao prosseguir essa discussão sobre as políticas de proteção social, deixa claro que estas objetivam apenas contornar algumas situações-limites e não resolvê-las. Uma vez que o sistema capitalista se estruturou nos países latino-americanos a partir do desemprego da generalização das situações de exclusão, ações enérgicas são tomadas pelo Estado ou pelos organismos internacionais apenas quando há excessos frente a alguma questão que foge do controle, tentando-se “apagar o fogo” para resolver situações pontuais com políticas públicas focadas na família e na comunidade.

Sabe-se de sobra que a capacidade de integração ao sistema produtivo de forma ativa é limitada, pelo que as políticas de proteção se orientam a contornar algumas situações limites, sem a menor pretensão de reverter o quadro estrutural que produziu a exclusão social. p. 56 A proteção, no caso dos adultos, está localizada nas políticas de seguridade social e, no caso da criança e do adolescente, opera através do conceito de tutela. Tais relações são definidas em lei, onde o nível de abstração se distancia da concretude das práticas cotidianas. A proteção é uma referência a uma formação política pautada em modelos hegemônicos, a uma sociedade “cientificamente planejada”, em que cada movimento, cada comportamento é enquadrado em padrões tecnicamente regulados. (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, p. 58).

Rosemberg (2002), problematizando as políticas contemporâneas para a Educação Infantil nos países subdesenvolvidos, declara que estas têm sido fortemente influenciadas por modelos informais, que exigem minguado investimento público, os quais são propugnados pelos organismos multilaterais. No Brasil, essas propostas já foram incorporadas em passado recente e estão ameaçando o momento atual. Trazemos adiante a explicação da autora sobre a crítica a essa forma de conduzir os processos educativos:

A crítica que interponho aos programas “não-formais” não decorre de sua “informalidade”, nem do baixo custo em si, mas do fato de que são programas incompletos, implantados como soluções de emergência, porém extensivas, o que redundava, geralmente, em atendimento de baixa qualidade e de grande instabilidade, sendo destinados, exatamente, a populações pobres que, da ótica de políticas afirmativas, necessitam de e têm direito a programas completos e estáveis como medidas de correção das injustiças que vêm sofrendo histórica e sistematicamente. (ROSEMBERG, 2002, p. 57).

A autora destaca que, desde os anos de 1970, a adoção de modelos informais de baixo custo proveio especialmente da UNESCO e do UNICEF e, nos anos de 1990, vem sendo encabeçada pelo Banco Mundial. Observamos a entrada dessas diversas entidades que compõem o quadro de organismos da ONU na seleção de determinadas políticas para a infância, conforme as taxas de retorno do investimento público. Por exemplo, nesse estudo, Rosemberg enfatiza que, devido à eleição do ensino fundamental para maiores investimentos, à Educação Infantil sobrou uma “[...] sinergia perversa entre espaço inadequado, precariedade de material pedagógico e ausência de qualificação profissional da educadora, resultando em ambientes educacionais pouco favoráveis ao enriquecimento das experiências infantis” (p. 35).

Segundo Chauí (2011), o capital financeiro conduzido pelo fluxo das bolsas de valores passa a determinar na atualidade o destino de sociedades inteiras, ao fixar, diariamente, as políticas dos vários Estados, porque estes, principalmente os países considerados de Terceiro Mundo, dependem da vontade dos bancos e das financeiras de transferir periodicamente recursos para determinado país, abandonando outros. Com isso, observamos o descaso com políticas que efetivamente promovam um tratamento digno à população de baixa renda e dispensem a atenção necessária para o enfrentamento dos problemas que se colocam. O que vemos são jogos de interesse alusivos a um mundo governamentalizado, que, por meio de diversas entidades, direcionam o foco de atenção/proteção de acordo com tendências de mercado, mensurando o grau de necessidade de se investir em determinado setor de acordo com o retorno minuciosamente calculado.

Para Sposito e Carrano (2003), pensando em uma análise das políticas públicas dentro da perspectiva de ciclo de vida, a qual é acionada pelo UNICEF, no documento em análise, como estratégia para as ações voltadas as crianças e adolescentes vítimas de violência, há disputas que operam com significados heterogêneos entre o Estado e a sociedade e os interesses da juventude entendida como um momento peculiar do ciclo de vida, ou seja, existem interesses dissonantes entre os interesses dos jovens e os do mundo adulto, como pode ser notado na citação abaixo, extraída dos autores mencionados:

Embora articuladas, as duas dimensões de conflito – as representações normativas sobre o ciclo de vida e os formatos que assumem as relações. Estado e sociedade – aqui propostas não são necessariamente complementares. Governos e demais organizações da sociedade podem ter forte vocação democrática, serem propositivos de políticas públicas no estabelecimento de canais democráticos de interação com os cidadãos, mas podem não contemplar os sujeitos jovens como um dos focos possíveis das ações. (p. 21).

Quer dizer que, além das demandas historicamente elencadas como de interesse ou pertinentes à infância e à adolescência, que muitas vezes são direcionadas por meio das políticas públicas de forma imperativa, sem conexão com a realidade das crianças assistidas, ainda há jogos de interesses outros, envolvendo demandas políticas e econômicas em que nem sempre os jovens são efetivamente foco das ações – ou, quando o são, isso se faz de modo precário.

Mesmo com todos esses entraves à garantia dos direitos respaldada pelo ECA, é importante frisar que o remédio para os problemas das crianças e adolescentes excluídos era e ainda o é encarado como solução de casos isolados ou de problemas de desenvolvimento, em que os psicólogos, historicamente, vêm atuando na adaptação com vistas à normalização social. “É confiando no valor deste conceito que os psicólogos em sua prática zelarão pelo equilíbrio social” (FERREIRA; GUTMAN, 2006, p. 136). Tal processo fica ainda mais evidente, quando esta se delimita enquanto área específica de estudo denominada Psicologia do Desenvolvimento, que, ao organizar a vida humana em distintas fases, com características específicas, a todo o momento enquadra o comportamento humano dentro de padrões de normalidade e anormalidade, com práticas de caráter moralizante e de tutela.

Em decorrência, buscamos subsidiar a análise das séries que identificamos no documento *Análise da violência contra a criança e o adolescente, segundo o ciclo de vida no Brasil* - conceitos, dados e proposições, que será realizada no capítulo a seguir, onde desejamos dar visibilidade e problematizar as práticas de saber/poder do UNICEF para a população infantojuvenil, ao longo do processo de desenvolvimento, de sorte a questionar as racionalidades ligadas à questão da violência direcionadas às crianças e adolescentes pobres do Brasil, que, para nós, precisam ser interrogadas e repensadas para além de um processo biológico maturacional.

Acreditamos ser pertinente trazer à voga que não almejamos, ao analisar criticamente as práticas de saber e poder do UNICEF presentes na obra em destaque, fazer um julgamento moral das estratégias interventivas adotadas pelo UNICEF, mas problematizar as racionalidades nele presentes, posto que as mesmas conduzem políticas públicas, guiam a prática de diversos profissionais, famílias, gestão vidas, produzindo modos de pensar, de agir e de ser.

Como objetivamos neste trabalho fazer uma análise histórica, não podemos deixar de interrogar o nosso presente, para que, assim, possamos criar rupturas, desvios, outros possíveis. Desse modo, segue a abaixo a análise das séries onde apresentamos diversos recortes do livro, que foram desmontados para darmos visibilidade às práticas discursivas e não discursivas do UNICEF. Se, por um lado, possibilitam a algumas crianças e adolescentes participar de projetos sociais que lhes proporcionam acessar alguns direitos básicos, geralmente violados pelo sistema econômico capitalista produtor de exclusão e desigualdade social, por outro, suscitam, através de teorias evolucionistas, preconceitos, racismos e a tutela, conforme será explicitado a seguir.

Nessa intenção, procuramos examinar as relações de poder acionadas pelo UNICEF à população infantojuvenil brasileira, não como negativas ou repressivas, mas, conforme nos explica Foucault, atentando para os efeitos das práticas do UNICEF que provocam modos de ser, de pensar, de cuidar, que podem trazer certos benefícios as crianças, adolescentes e suas famílias, ao mesmo tempo em que limitam as ações, controlam os corpos e dão um lugar menor às famílias pobres, sempre responsabilizadas pelos desvios à norma das crianças dos jovens etc. Segundo Foucault, vivemos em uma sociedade de normalização, na qual se cruzam a norma disciplinar e a norma da regulamentação, por meio das quais as relações de poder conseguiram cobrir toda a superfície que vai do corpo à população, mediante a instauração dessas duas tecnologias, conforme veremos na estratégia utilizada pelo UNICEF, para combater a reprodução da violência com a noção de ciclo de vida.

## **CAPÍTULO 5**

### **O DESMONTE DO DOCUMENTO E AS SÉRIES EMERGENTES**

A partir da leitura exaustiva do documento, fomos observando suas lacunas, repetições, fio condutor, estratégias discursivas para embasar os posicionamentos feitos pelo UNICEF, instituições envolvidas na produção do livro, que subsidiam com pesquisas diversas as análises dessa agência multilateral. Dessa forma, há no documento diversos atravessamentos e jogos de forças heterogêneas, os quais possibilitaram que assumisse determinada configuração.

Em meio a um grande emaranhado de conceitos, teorias, dados e proposições, conseguimos identificar, ao fazermos a decomposição do documento, desmontando-o e nos demorando na leitura atenta de determinadas passagens, ênfases específicas sobre a assistência aos desvalidos propostas pelo UNICEF, em que, embora em alguns momentos assumam uma posição mais próxima de uma perspectivas caritativa benemérita, trazem com maior força elementos filantrópicos e tutelares, com forte tendência higienista que condensam controle com proteção, com vistas a garantir a segurança da população e a paz no mundo.

Com o desmonte do documento, de acordo com os temas trabalhados pelo UNICEF e nossos objetivos com este trabalho, realizamos o recorte das séries analíticas em: “A objetivação da violência”, “Ciclo de vida e reprodução da violência” e “A Família e escola e as práticas de saber e poder do UNICEF”, as quais não dizem respeito a purismos, mas aludem a um emaranhado de informações em que identificamos não apenas séries diferentes, contudo, a presença de séries de séries, que se justapõem, se sucedem, se entrecruzam, sem poder ser reduzidas a um sistema linear.

#### **5.1 A objetivação da violência**

Conforme ressaltado, existem séries de séries, por exemplo, dentro da série objetivação da violência, a qual analisaremos a seguir, evidenciando diferentes temas nela abordados, de sorte que, dentro dessa série maior, há subséries nas quais a

violência é objetivada como *fenômeno multifacetado e como problema de saúde pública*. Serão expostos, na sequência, trechos do livro em cada uma dessas subséries, com o objetivo de problematizarmos a forma como objeto violência foi montado no documento em análise.

### **5.1.1 Violência um “fenômeno multifacetado”**

O UNICEF ressalta o crescente aumento do objeto violência, ao longo de todo o livro, apresentando um apanhado conceitual sobre o tema e elencando as várias tipologias que compõem o âmbito da violência, quanto à sua abrangência na infância e adolescência. Destaca os seguintes tipos: *Mortalidade Infantil, Violência Doméstica, Mortes no Trânsito, Mortes por Homicídios, Violência Institucional, Trabalho Infantil*, com intuito de definir o objeto violência para esse segmento da população e, por conseguinte, geri-la. Para tanto, ressalta diversas experiências exitosas que funcionam como modelo para ações futuras de combate à violência voltadas à população infantojuvenil brasileira.

Observamos que as práticas de saber-poder do UNICEF pautam-se em uma perspectiva individualizante do objeto violência, na busca de delimitações da ordem da constituição basicamente dos “perfis” de vítima e de agressor, sem que se problematizem de fato, os impasses do capitalismo, mais especificamente do modelo econômico neoliberal, que produzem a exclusão e a pobreza, bem como não há um direcionamento do UNICEF para os dispositivos ligados ao Estado brasileiro, de maneira a cobrar por mudanças estruturais nas políticas públicas à infância e juventude, pelo contrário, opta-se sempre pelo “remendo”, isto é, por pequenas tessituras que funcionam como medidas paliativas de contenção de certos perigos. Conforme explica Sodré (2006), é comum em nossos dias a violência ser produzida apenas enquanto ato, e não como um estado de violência, fortemente presente, segundo o autor, nas narrativas de jornal, na mídia – e também podemos incluir a posição do UNICEF, que concebe a violência por meio de um olhar individual.

O pensamento de Arendt (2008) nos ajuda a pensar o objeto violência, no Brasil, pois, para ela, o poder existe somente enquanto o grupo se conserva unido, logo, o povo concede poder às instituições de um país e permite ter de si expropriado o direito de recorrer à violência, ficando para o Estado a função de protegê-los e intervir, quando

necessário. Porém, no Brasil, não há uma relação de confiança entre população e Estado, mas autoritarismo, nepotismo, corrupção, descaso com as políticas públicas, o que favorece que a violência surja como alternativa para resolução de dificuldades ou conflitos, principalmente pela população mais pobre, por ser o grupo que mais sofre violação de direitos, havendo um descaso por todos os lados e até mesmo a polícia, a qual deveria proteger todos os cidadãos, é extremamente truculenta e autoritária com os pobres.

Essa agência multilateral defende a necessidade de se conhecer a violência em detalhes, para que se possam realizar ações de combate à sua manifestação. Segundo o UNICEF, a violência dos dias de hoje está mais elaborada e diluída nas relações sociais:

Se há duas décadas, era possível localizar minimamente um tipo de violência cometida contra a criança e denunciá-la – elevando-se a denúncia a um patamar de consolidação jurídico e político – na atualidade, esta mesma violência – variando nos seus graus de opressão e submissão do outro – apresenta-se cada vez mais “refinada”, diluída no contexto das violências estruturais da sociedade. (UNICEF, 2005, p. 7).

Tal refinamento se refere à tipificação da violência por meio de inúmeras nomenclaturas, para designar uma faceta específica de sua ocorrência. No documento, essas categorias de violência são acompanhadas de pesquisas na área, através das quais o UNICEF visa a dar maior dimensionamento ao objeto violência, ressaltando que só a partir do conhecimento apurado sobre a violência se poderá intervir, o que se traduz nos dois objetivos centrais do livro: aumentar o grau de conhecimento daqueles que se envolvem no enfrentamento do problema, para que, instruídos sobre as especificidades da violência, possam intervir, desenvolvendo sempre que possível nova metodologia. Isso representa um desafio ao UNICEF, que busca alavancar os intentos na área pela produção dessa obra, que funciona como uma resposta às demandas internacionalmente colocadas aos países-membros, em uma sociedade de segurança que prima pela gestão dos riscos. Acreditamos que as práticas de saber-poder presentes no documento são legitimadas por um olhar multifacetado da violência que posiciona a criança e os adolescentes ora como pessoas que necessitam ser protegidos, ora como um perigo.

Percebemos que a perspectiva ligada ao desenvolvimento humano adotada no livro se coloca como uma viseira que possibilitaria ao UNICEF um olhar apurado sobre a incidência da violência, tendo como foco as peculiaridades vividas nesse momento



maturacional da vida. Assim, diante do quadro de violência no Brasil, esboçado nesse livro, o UNICEF propõe, por meio da noção de ciclo de vida, “[...] uma alternativa interpretativa e de ação que supere as perspectivas setoriais e fragmentadas” (p. 30). Ou seja, propõe fazer uma leitura desse objeto multideterminado, com base em uma perspectiva integradora que abarque todas as dimensões, pois, através da referência de ciclo de vida, vai buscar conhecer, em detalhes, essas várias violências, como podemos notar abaixo:

[...] as diversas sugestões de enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente foram, nos últimos anos, elaboradas de forma temática, sem um olhar mais integrado sobre o fenômeno da violência infantil e juvenil, no qual se buscassem os pontos de contato entre suas diversas facetas. Afirmamos que os pontos de contato entre as diversas formas de violência são a criança e o adolescente. (UNICEF, 2005, p. 126).

É válido lembrar que o UNICEF imagina dar um salto qualitativo, ao apresentar em um único livro uma sistematização da violência tradicionalmente dispersa, conforme afirmado nesse documento. Desse modo, afirma tratar o objeto violência de forma global, atentando para os diversos fatores envolvidos na manifestação da violência. Essa globalidade é pensada tanto pelo *refinamento/amplitude* do objeto violência, quanto pela estratégia de combate ao *problema*, em que a criança e o adolescente devem ser admitidos na sua *globalidade*, isto é, constituídos por diversos fatores especificamente ligados à fase de vida na qual se encontram:

[...] UNICEF, que neste processo atuou no desenvolvimento e replicação de metodologias inovadoras e bem sucedidas de enfrentamento da violência, pretende, com o estudo ora apresentado, recolocar, para seus parceiros e para a sociedade, o debate sobre a violência sofrida por crianças e adolescentes no Brasil dentro de uma perspectiva global. (UNICEF, 2005, p. 7).

Longe de buscarmos, neste trabalho, nos aprofundarmos nessa discussão sobre o crescimento ou não da violência, interessa-nos problematizar os efeitos de verdade que assume no documento, pois funciona como justificativa enérgica adotada pelo UNICEF para pressionar o Estado brasileiro, as instituições públicas e privadas da sociedade civil para que se engajem em prol da redução dos índices de violência. É possível, nesse sentido, notar a ênfase dada pelo UNICEF para a ação da sociedade civil convocada em diversas passagens do texto à ação, “a vestir a camisa” pela infância e adolescência

economicamente desfavorecida do Brasil, em que o UNICEF articula a estratégia de gestão do social por meio da entrada do terceiro setor, protagonizando o enfrentamento da violência, conforme expresso abaixo:

As organizações da sociedade civil e as empresas privadas que investem em ações sociais são mais eficientes do que os órgãos do Estado na realização de experiências de pequena extensão, voltadas para o desenvolvimento de tecnologias sociais viáveis e/ou para ações supletivas dirigidas para um grupo determinado. Apesar disso, não se pode ignorar o fato de que apenas as organizações do Estado reúnem as condições estruturais para atender, de forma regular e continuada, a um grande público vitimado por violências. O fundamental, então é a identificação de metodologias e práticas coordenadas pelas instituições da sociedade civil e/ou do Estado que possam ser replicadas em diversos tipos de situações e territórios, a partir da devida sistematização, análise e avaliação. (UNICEF, 2005, p.129).

Tal opção de referendar as ações das entidades não governamentais nas políticas para a infância e juventude está ajustada ao pressuposto neoliberal de que o UNICEF compartilha, de que os gastos que o Estado mantém com as necessidades essenciais da sociedade devem ser reduzidos ao máximo e, quando houver a ampliação dessas demandas sociais, o próprio desenvolvimento da economia se organiza, de sorte a promover ajustes, para que a própria sociedade civil resolva tais questões. Por isso, a sociedade civil refere-se basicamente aos grupos privados chamados também de “sociedade civil organizada” ou de “ONGs” convocadas a complementar, ou mesmo a assumir, demandas anteriormente de competência genuína do Estado.

Portanto, na atual conjuntura econômica neoliberal, que prima pela participação mínima do Estado na assistência, saúde, educação, essas práticas são acionadas pelos organismos internacionais, interessados em reduzir os gastos dos países, bem como ampliar mercados, atraindo investimentos e recursos em nível internacional. Percebemos, através das proposições realizadas pelo UNICEF, o destaque dado às iniciativas privadas, por intermédio das ações “da sociedade civil organizada”, que despolitizam ainda mais as políticas sociais que se tornam mais seletivas e assistencialistas, em um jogo de vantagens que a iniciativa privada busca obter com o social, que também se tornou um negócio lucrativo para essas empresas.

Com isso, a um só tempo, reduzem-se os gastos do Estado e a potência crítico-política da população, reforçando-se o fatalismo diante do descaso do Estado, ampliando-se o mercado das empresas privadas, uma vez que, dentre outras vantagens,

adquirem isenção de impostos, têm acesso à mão de obra barata, muitas vezes por meio de projetos de aprendizes que se revezam entre cursos profissionalizantes e o trabalho geralmente em empresas ligadas ao terceiro setor, conseguindo benefícios de mercado devido ao *marketing* pelas ações assistencialistas desenvolvidas etc.

Selecionamos um trecho do livro, bastante emblemático para pensarmos sobre a maneira como o UNICEF oferece como remédio para o leque de problemas ligados à ocorrência da violência, na vida das crianças e adolescentes, a ação da sociedade civil, que, mesmo por medidas pontuais reconhecidamente consideradas pelo UNICEF, seriam o caminho, pois, dentre outros fatores, um de relevo no livro é o fato de que não estariam relacionadas a interesses partidários, os quais muitas vezes inviabilizariam a continuidade de projetos interessantes. Vale a pena nos interrogarmos: a que outros interesses estariam ligados tais projetos? Quais seriam as garantias de que, ao estar atrelados a empresas privadas, se efetivariam a longo espaço de tempo? Tentando oferecer pistas a essas perguntas, destacamos um dos exemplos de projetos executados, que servem de modelo para ações futuras:

Não é possível ignorar, contudo, que a enorme diminuição da mortalidade infantil em Pedra de Fogo – que vem mantendo os baixos percentuais – decorreu não de mudanças estruturais profundas na economia regional, mas de um conjunto de ações no campo das políticas públicas que envolveram o poder municipal, uma universidade pública e diversas instituições da sociedade civil uma local, uma internacional, outra até certo ponto, oficial a Comunidade Solidária. Logo os resultados alcançados revelam que, Apesar da demanda maior por demandas estruturais no país, iniciativas com focos adequados e sustentadas em ações articuladas tem amplas condições de serem bem sucedidas. (UNICEF, 2005, p.90).

Faz-se oportuno reforçar as considerações feitas por Scheinvar (2000), ao discutir as ressonâncias do neoliberalismo nas políticas públicas, posto que a autora sustenta que o interesse em pauta não é desenvolver políticas sociais que efetivamente tragam a superação de problemas que acometem a população pobre, mas oferecer algumas medidas paliativas, de modo a controlar seus excessos para gerir determinados perigos.

Além disso, uma dimensão que não podemos desconsiderar é a produção de subjetividade que Alves e Aerts (2011) articulam ao conceito de sociedade civil; segundo as autoras, a sociedade civil só pode ser pensada a partir da configuração de um

poder organizado e governamentalizado, uma vez que, através da separação entre o público e o privado, Estado e sociedade civil, foram produzidas diversas instituições de mediação que deram visibilidade à força coletiva do desejo e, por conseguinte, possibilitaram a apropriação e reapropriação dessa potência. Logo, a sociedade civil se configura em mais uma forma de enredar os indivíduos nas malhas do poder, em um incessante processo de captura e recaptura das forças dissonantes ou de resistência.

A despeito das questões de má distribuição de renda e descaso do poder público serem mencionadas no livro, tal fato é tomado como um dado em si mesmo de forma fatalista e irreversível. Em face dessa situação, a obra em debate pauta-se em relações de saber-poder que elegem determinadas estratégias como interessantes de ser viabilizadas e replicadas, muitas delas com objetivo de conhecer melhor as pessoas que sofrem e que produzem a violência, em uma estratégia de gestão do social, conforme podemos observar a seguir:

Um grande desafio, portanto para a construção de um Plano Global de Enfrentamento às Violências contra a Infância e Adolescência é a criação de uma rede de informações ordenadas e alimentada de forma regular sobre as formas de manifestação dessas violências, as características da população atingida, o perfil e formas de tratamento dos agressores, assim como a identificação e análise das experiências mais eficientes. Para isso é necessário a criação de estratégias de produção de conhecimentos e gestão inovadoras, principalmente considerando-se o grau de invisibilidade de algumas formas. (UNICEF, 2005, p. 47).

Por isso, o UNICEF está o tempo todo chamando a atenção para a circunstância das informações sobre a violência infantojuvenil não serem visibilizadas adequadamente, pela falta de sistematização dos dados espalhados em pesquisas dispersas, pela deficiência da rede de atendimento em que muitas vezes a violência não é notificada, pela cultura da violência que atravessa as relações sociais e toma as ocorrências com naturalidade etc. Mesmo com esses entraves, o índice de casos que se tornam públicos, segundo o UNICEF, tem crescido, de modo que a violência no documento é objetivada como um problema de saúde pública.

### **5.1.2 Objetivação da violência como um problema de saúde pública**

Foucault (1979) estudou a forma como os saberes médicos passaram a compor a gestão da vida, explicitando que houve a constituição da Medicina social, segundo

notamos no Capítulo 1 deste trabalho, a partir da apresentação dos modelos alemão, em que vigorou uma Medicina de Estado, do francês, em que foi realizada a chamada Medicina urbana e, por último, do modelo inglês, que se voltou para os pobres. Foucault evidencia que, através da Medicina, foram difundidas práticas normativas sobre a saúde que possibilitaram a organização dos espaços públicos e privados, o desenvolvimento de políticas públicas, campanhas, disciplina dos corpos e a gestão da população. Percebemos, no documento em análise, atualizações dessas diferentes configurações que a Medicina social assumiu, principalmente do modelo inglês, voltado para os pobres.

Há, ao longo do livro, diversos dados oriundos de pesquisas realizadas na área da saúde, destacando-se a base de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), dados do Ministério da Saúde, da OMS, por meio dos quais a violência é objetivada como um problema de saúde pública, que atinge grande parte da população e demanda altos gastos dos cofres públicos em serviços médicos diversos. Em decorrência, o conceito de morbimortalidade é utilizado no livro para dimensionar o impacto das doenças e das mortes que acometem a infância e a adolescência.

Segundo a *Revista de Saúde Pública* (2000), que trata sobre a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, no Brasil, os acidentes e a violência se configuram em um problema de saúde pública de grande magnitude, com forte impacto na morbidade (relativa à taxa de portadores de determinada doença em relação à população total estudada) e na mortalidade (índice de pessoas que morrem em determinado tempo). O UNICEF interessa-se por essas categorias ligadas à saúde, à medida que

[...] não podemos falar somente sobre a mortalidade, mas sim tomar emprestado uma categoria utilizada no campo da saúde: morbimortalidade. Nela, se leva em conta os agravos, os acidentes, as negligências, a violência psicológica ou física, devendo-se, no fenômeno ora tratado, utilizar seu potencial interpretativo abrangente como subsídio para a elaboração de estratégias de atuação integradas nos ciclos de vida. (UNICEF, 2005, p. 129).

O UNICEF utiliza-se dessa dimensão, que, no âmbito governamental brasileiro, faz parte da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, enquanto um instrumento orientador da atuação no setor saúde para conduzir ações relacionadas à morbimortalidade que abarcam diversas ocorrências acidentais e violentas devidas ao trânsito, ao trabalho, a quedas, a envenenamentos, a afogamentos e

a outros tipos de acidentes e violências, os quais matam ou geram agravos à saúde e que, portanto, demandam atendimentos específicos nos serviços de saúde. Uma das passagens em que o UNICEF emprega esse olhar que objetiva a violência como um problema de saúde pública está reproduzida abaixo:

As mortes por acidentes de trânsito no Brasil constituem um representativo problema de saúde pública. Só em 2000, de acordo com o Denatran, morreram 20.049 pessoas em acidentes de trânsito, muitos dos quais, de acordo com as autoridades, poderiam ter sido evitados. (UNICEF, 2005, p. 55).

Nesse aspecto, é importante destacarmos, conforme afirmado no livro, que a “intenção” do UNICEF é atuar não só diante das situações de violência, mas também de modo preventivo, o que, de acordo com Castel (1987), passou a ser a tônica dos grandes Estados modernos os quais se lançaram, em nome da prevenção, a vastos programas para o desenvolvimento de novas tecnologias para detectar de forma sistemática as anomalias sociais e principalmente para realizar o planejamento, em longo prazo, das redes especializadas na gestão das populações desviantes da norma, com vistas a ações preventivas. É nesse ideal preventivo da violência que a estratégia do ciclo de vida se encaixa, para tornar as intervenções mais efetivas no combate à violência, por meio da tecnologia de poder biopolítica, de sorte a otimizar a vida da população, o que se traduz em termos econômicos em uma redução de gastos, sobre as despesas provocadas pela violência e acidentes:

No Brasil, o impacto econômico representado pelos acidentes e pela violência pode ser medido diretamente por meio dos gastos hospitalares com internação, inclusive em unidades de terapia intensiva, e dias de permanência geral. Em 1997, gastou-se R\$ 232.376.613 - o que representou, aproximadamente, 8% dos dispêndios com internações por todas as causas. Embora se saiba que esses valores estão bastante subestimados, é importante assinalar que hospitalizações por lesões e envenenamentos representam um gasto/dia cerca de 60% superior à média geral das demais internações. (REVISTA SAÚDE PÚBLICA, 2000, p. 429).

Com isso, podemos dimensionar os diversos interesses em jogo que vão tornar o objeto violência, em sua relação com a saúde, um problema da ordem do dia. Acreditamos que, na análise da série seguinte, ao adentrarmos a abordagem do ciclo de vida adotada pelo UNICEF, possamos dar seguimento ao problema da constituição do objeto violência para essa agência.

## 5.2 Ciclo de vida e reprodução da violência

O UNICEF defende que a violência deve ser enfrentada de forma integral, e enxerga na estratégia de intervenção por meio de ações específicas durante o ciclo de vida, a forma ideal para combater a violência, agindo sobre suas causas e evitando a reprodução em fases subsequentes no ciclo de vida das crianças e adolescentes. Fica evidente o olhar sistêmico que subsidia as práticas de saber-poder do UNICEF, agregadas aos saberes da Psicologia do Desenvolvimento, em uma perspectiva adaptativa dos indivíduos às adversidades do mundo. A proposta interventiva do UNICEF defende que, pela noção de ciclo de vida, da maneira como é produzida no livro, poderá haver a possibilidade de conhecimento dos agentes produtores da violência, o que daria suporte às ações de combate e prevenção:

[...] os eixos centrais na construção de um enfrentamento integrado à violência contra a criança e o adolescente seriam dois: o reconhecimento do ciclo de vida como base para a construção de intervenção; e a identificação dos papéis dos diversos atores que se fazem presentes na dinâmica da reprodução das formas determinadas de violência. (UNICEF, 2005, p. 128).

Nesse contexto, é forte a posição individualizante do UNICEF para com o objeto violência, tomado quase sempre na sua dimensão individual, em que a categoria desenvolvimento físico e psicológico se daria de forma natural, assumindo determinadas conformações de acordo com o ambiente em que as crianças se desenvolvessem. Aos agentes reprodutores da violência, busca-se identificar e possibilitar a elaboração do perfil desses indivíduos, da família, da comunidade etc., os quais são olhados com desconfiança pelo UNICEF, por representarem fatores de risco.

É a objetivação da violência como algo multideterminado, conforme discutido na série anterior, que justifica a produção da **Matriz de Análise da Violência segundo o Ciclo de Vida**<sup>9</sup>, um instrumento produzido pelo UNICEF para que os profissionais que atuam nas políticas públicas, bem como demais interessados, possam operar o enfrentamento da violência, conforme afirmado no documento:

---

<sup>9</sup> Conforme os Anexos deste trabalho, em que dispusemos na íntegra a Matriz de Análise da Violência segundo o Ciclo de Vida.

Com base nos dados de violência e na caracterização das vítimas apresentadas nesse capítulo, bem como as principais incidências sobre determinadas faixas etárias, foi desenvolvida uma ferramenta de trabalho que pudesse apresentar um panorama de violações ao longo do ciclo de vida (0 a 18 anos), permitindo também inferir e estimular o planejamento de diretrizes e ações que melhor estruturasse políticas para o enfrentamento da violência do ponto de vista do desenvolvimento da criança. (UNICEF, 2005, p.78).

Como já mencionado anteriormente, o fio condutor que rege a análise do UNICEF sobre a violência é representado pelas crianças e os adolescentes tomados, segundo frisa Oliveira (2008), em processo de, como um vir a ser, em iminência de tornar-se um adulto preferencialmente saudável, dócil e produtivo. Para tanto, o UNICEF vai buscar conhecer as redes de captura desses jovens, a fim de incentivar ações concorrentes, de modo a evitar que essas pessoas desviem da norma. Uma das estratégias encontradas pelo UNICEF refere-se à utilização do saber da Psicologia do Desenvolvimento, valendo-se dos estudos e avaliações sobre os aspectos cognitivos, afetivos, motores, ambientalistas e comportamentais, comumente estudados por esse saber, atrelados às idades dos indivíduos para definir aqueles que estão dentro ou fora da norma.

Para Bujes (2000), o saber referendado pela Psicologia do Desenvolvimento tem dois efeitos complementares: descrevem os processos pelos quais passam os sujeitos infantis no decorrer do seu desenvolvimento, a partir da distinção do normal do anormal, e, ao mesmo tempo, servem de referência para que tais processos, assim descritos, sejam observados e avaliados e constituam as bases para novos aportes teóricos sobre seus objetos. Com isso, a autora conclui que esses saberes estão implicados em produzir os mesmos sujeitos que se esmeram em descrever e que tais saberes e disciplinas estão profundamente envolvidos em relações de poder.

Ademais, a estratégia de emprego da perspectiva do ciclo de vida, em cada período de desenvolvimento, concerne aos fatores econômicos, porque gastar com a infância é um investimento no futuro, o que se traduz em um investimento menos dispendioso, quando comparado aos gastos que necessitam ser feitos com saúde, educação, segurança, quando as políticas para a infância e juventude fracassam, o que desencadeia problemas de maior dimensão econômica ao Estado, à iniciativa privada, aos grandes investidores, desvantagem econômica que o UNICEF quer evitar. O UNICEF preocupa-se com os problemas ligados ao capital financeiro, com impacto da violência no produto interno brutos dos países, além de, em longo prazo, comprometer a



reserva de mão de obra que atende aos anseios de mercado por trabalhadores que ofereçam força de trabalho – barato e dócil.

Podemos compreender que esse documento produzido pelo UNICEF, principalmente no que tange à produção da *Matriz de Análise da Violência*, assume formatação de um manual, pois traz prescrições claras para aqueles que se dedicam ao enfrentamento da violência, fornecendo elementos específicos que devem ser considerados em cada faixa etária, para que se obtenham os melhores resultados nas práticas de proteção às crianças e adolescentes. Segundo Santos (2009), os manuais se referem a tecnologias de governo que se articulam a diversas relações de saberes para governar os corpos, através da prescrição de práticas específicas.

Assim, a partir da produção do referido livro, que traz a delimitação da *Matriz para Análise da Violência*, o UNICEF espera fornecer um instrumental que permita, sobretudo aos profissionais que atuam nas políticas públicas, identificar as características específicas em cada faixa etária que devem ser levadas em conta para identificar as vítimas em potencial, o perfil dos agressores, dentre outros fatores. Enfatiza a socióloga Rogéria Martins (2006):

O livro é uma referência básica para pesquisadores na área de violência contra crianças e adolescentes, quase um “manual” na análise das condições dos dados disponíveis sobre as formas de materialização da violência infanto-juvenil. Apresenta uma abordagem ampla sobre o tema, nas suas mais diversas especificidades, tanto nos seus aspectos teóricos e de dados quantitativos, quanto na sua acepção sobre proposições para enfrentamento do problema. (p. 226).

Na *Matriz de Análise da Violência segundo o Ciclo de Vida*, há diversas informações sobre indicadores de violência em cada fase de vida, objetivando servir de base para a intervenção de profissionais das redes de atendimento a criança e ao adolescente, constituindo-se em um instrumental padronizado para abordar a violência junto a esse segmento populacional, minuciosamente esquadrihado para ser devidamente gerido. Por meio dela, o UNICEF intenta divulgar os indicativos de acordo com a idade da criança, que se configuram em fatores de risco, desencadeadores da produção ou (re)produção da violência. Assim, em cada coluna da tabela, aparecem as idades e os fatores sociais, psicológicos ou familiares que podem funcionar como

agravantes, no que se refere à violência, e que, portanto, devem ser analisados com atenção pelos profissionais da área.

Com este quadro, o objetivo é poder analisar e planejar estratégias de enfrentamento tanto internamente em cada uma das fases da vida quanto integradamente, entendendo os processos evolutivos de determinadas violências e seus impactos sobre a vida da criança, cujas conseqüências só vão poder ser percebidas em fases posteriores. (UNICEF, 2005, p. 79).

Na citação supracitada, é possível notar o caráter evolutivo que a violência assume, com base na noção de ciclo de vida disparada pelo UNICEF, posto que, no curso de sua manifestação, conforme exemplificado acima, acontecimentos desencadeados na infância compulsoriamente teriam uma repercussão negativa na adolescência ou vida adulta. Com isso, o UNICEF se utiliza estrategicamente dos saberes da Psicologia evolucionista, acentuadamente marcada pelos pressupostos freudianos e piagetianos, ao eleger a infância e a adolescência como o período responsável pela constituição da subjetividade ou personalidade dos indivíduos:

O ciclo de vida na perspectiva do UNICEF tem como foco o desenvolvimento integral do sujeito de direitos até 18 anos de idade. Isso porque compreende este período da vida como decisivo na formação da pessoa. O ciclo assim compreendido, se estrutura para o contexto programático em três momentos, a saber: *Desenvolvimento Infantil* – compreende as crianças na faixa de 0 a 6 anos. Nesse período, o *ambiente privilegiado é o ambiente familiar*; a *Pré-adolescência e Primeira Adolescência* – compreende meninos e meninas com idade entre 7 e 14 anos. Nessa fase, além da *família*, o *outro ambiente privilegiado pelo UNICEF para intervenção é o espaço escolar*, tendo em vista a importância do processo de socialização efetivado por esta instituição; e a *Adolescência* – compreendida entre as idades de 12 a 18 anos. Nesse período da vida o *ambiente em destaque é a comunidade* – integrada pelos ambientes de entorno da família, da escola, associação, etc. São espaços de convivência coletiva, de pertencimento, afirmação e de iniciação ao trabalho. (UNICEF, 2005, p. 29, grifos meus).

O UNICEF – ao contrário do que propõem as novas vertentes da Psicologia do Desenvolvimento, para as quais os processos de aprendizagem ocorrem ao longo de todo o ciclo de vida e os indivíduos estão em constante transformação, se desenvolvendo do nascimento à velhice – defende a infância e adolescência como momento *sine qua non* para o desenvolvimento humano.

Podemos identificar ainda a significativa ressonância das teorias *ambientalistas*, visto que a divisão das fases que compõem a análise por ciclo de vida se vale dos ambientes em que as crianças estariam inseridas, em cada momento da vida, os quais contribuiriam de maneira determinante para a formação dos indivíduos. Complementando essas considerações, Nogueira e Lemos (2012) afirmam que o conjunto das práticas prescritivas de saber poder do UNICEF

[...] configura um receituário neoliberal, vem recheado de racionalidades de saberes da psicologia do desenvolvimento, da economia, da ecologia sistêmica, da estatística inferencial, da demografia, da medicina social, da geografia política, da filosofia política e da neuropsicologia. (p.29-30).

Outro aspecto de relevo identificado dentro dessa série em análise, chamada “Ciclo de vida e reprodução da violência”, refere-se ao aspecto do combate à violência que ganha substancial destaque ao longo do documento estudado, conforme explorado no tópico a seguir.

### **5.2.1 Combate à reprodução da violência**

Outro ponto da dimensão cíclica diz respeito a seu ciclo reprodutivo, pensado a partir de um olhar sistêmico por meio do qual se admite como responsáveis pela reprodução da violência uma série de condições multifatoriais (ambientais, familiares, pessoais), as quais competiriam na transformação das vítimas de hoje em agressores de amanhã, como se verifica no excerto abaixo:

A noção proposta pressupõe um ser humano caracterizado por três dimensões: a singular, a particular e a humano-genérica. Três instâncias de um mesmo ser, marcadas por sua subjetividade, por sua inserção em diferentes redes sociais, da qual incorpora um conjunto de valores e práticas e por sua condição humana, que o diferencia de outros seres vivos. (UNICEF, 2005, p. 29).

Assim, a matriz proposta pelo UNICEF delimita, de acordo com a faixa etária das crianças, medidas prescritivas a serem tomadas para interrupção do ciclo de violência. Pela leitura dessa matriz quanto à *caracterização* nos diversos tipos de violência destacados pelo UNICEF, notamos que o público que mais sofre violência é o

de pessoas economicamente desfavorecidas e negras. A família aparece como a principal responsável tanto pela rede de proteção, quanto pela de reprodução da violência. Quanto à *qualificação*, é relevante observar um de seus itens – *condicionantes da violência* – sobre os quais o UNICEF destaca, dentre outros aspectos, a *escolaridade da mãe, desigualdade de condições socioeconômicas, falta de sensibilização pela família, sem pai, adultocentrismo, modelos educacionais repressivos, desagregação familiar, perda de referência familiar, pobreza da família*, como principais elementos desencadeadores de violência, em que é nítida a culpabilização da família pelas violências cometidas contra as crianças, quando a violência já se materializou, ou como fatores de risco que devem ser levados em conta para garantir a devida prevenção.

Dessa maneira, ao expor suas análises quanto à *intenção* que aborda sobre as ações protetivas no quesito *Ações de Proteção e Prevenção*, identificamos duas ênfases: primeiramente, uma voltada para as famílias, através dos tópicos *fortalecimento das competências familiares na 1ª infância, Campanhas nacionais com MS; ONGs para o fortalecimento das competências familiares*. A ênfase na responsabilização das famílias é uma ressonância dos aspectos históricos ligados à constituição da infância como um período de proteção e cuidado, conforme se nota nos trabalhos de Ariès, Donzelot e demais comentadores já discutidos neste texto, sobre a formação de um sentimento de infância e da família como lugar estratégico destinado aos cuidados com a infância, cabendo às mães, principalmente, zelar pela preservação do casamento e do cuidado e educação dos filhos, que teriam parte da educação formal garantida pela escola. Assim, acreditamos que essa matriz reatualiza valores burgueses, de forma sofisticada, ao valer-se de uma série de dados estatísticos que respaldam cientificamente as práticas discursivas e de poder nela presentes, em cada um dos muitos quadrados que a compõem, com objetivo de destacar os fatores de risco e de proteção nas situações de violência para o segmento infantojuvenil.

A outra ênfase que percebemos, quanto às *Ações de Proteção e Prevenção*, foi sobre a necessidade de haver mudanças na legislação para normatizar o social, de modo a garantir a punição de algumas práticas, de acordo com os tópicos *Medidas legais punitivas, Campanhas de cartórios móveis, Campanhas de acirramento da legislação, Campanhas de acirramento de legislação envolvendo as escolas*, este citado em quatro vezes na tabela (Exp. sexual, Plantio de drogas, Tráfico de drogas, Lixões).

[...] as medidas de prevenção e de proteção deverão ser encaminhadas, conjuntamente sobre cada fase da vida diferentemente: a redução das

situações de negligência e da punição corporal contra crianças pequenas, por exemplo, são tão importantes quanto à atuação preventiva na faixa etária de 11 aos 14 anos, entre outras. Ações como essa são centrais para, por exemplo, a redução da mortalidade de adolescentes na faixa dos 15 aos 18 anos, visto que suas causas se encontram em processos de socialização adversos ao longo da história da criança. Assim, uma ação de prevenção da violência, em um ciclo de vida, tem impacto nas outras fases da trajetória social da criança. (UNICEF, 2005, p. 128).

Esse processo de maior rigidez nas punições é explicado por Coimbra e Nascimento (2008), a partir de uma leitura foucaultiana; a prisão passou a ser o instrumento principal de castigo que fez funcionar uma ampla máquina jurídica e judiciária configurada nos procedimentos dos tribunais e de seus especialistas. Com a complexidade crescente dessas práticas, assistimos hoje a diversas intermediações jurídicas presentes nas mais diferentes relações, caracterizando um cotidiano cada vez mais atravessado por práticas jurídicas, permeado pela constante busca de punições e de penas mais severas, como garantia de manutenção da ordem social. Nesse sentido, produzem-se subjetividades, cujo eixo central gira exclusivamente em torno da garantia da segurança privada: “Por isso, clamamos pela humanização do Estado de exceção, pela reforma de seus dispositivos policiais e por mais leis, que em realidade nos tutelam e nos constroem. Aí está à certeza da nossa segurança – a existência das leis que devem ser cumpridas” (p.98).

Em decorrência, o UNICEF, ao se voltar para aqueles que se desviaram da norma, tem como ponto central a garantia da segurança, por exemplo, ao analisar a situação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, declarando ter por objetivo romper com posicionamentos preconceituosos que estigmatizam os jovens pobres e oferecer, em contrapartida, uma perspectiva que abarque a realidade contextual dos mesmos para saírem da zona de risco e adentrarem as de proteção. Porém, pauta-se em um referencial individualizante, que toma essas pessoas como ponto de partida e propõe práticas de exame, para que seja desenhado quadro que diga com base em fatores como: onde nasceu? Onde estudou? Quem teve como modelo, durante seu desenvolvimento? O pai? A mãe? Quem eram esses pais? – dentre outras infundáveis perguntas, defendendo que dessa forma se poderá conhecer esse jovem, pois só assim seria possível ajudá-lo a sair da marginalidade, sem haver uma problematização dos demais fatores sociais e institucionais que convergem para a marginalização desses jovens.

Observamos, com isso, elementos ligados ao higienismo em nome de uma espécie de saneamento social, que, conforme sustentam Boarini e Yamamoto (2004), referendou orientações e encaminhamentos para os problemas geralmente de caráter social, justificados pelos higienistas pelas dificuldades de adaptação do indivíduo na luta pela vida, advindas da sua origem intelectual, natural e hereditária. Em consequência, difundiram-se práticas higienistas que fizeram circular a concepção de que cada qual faz o seu percurso particular pela vida segundo sua maior ou menor competência para sobreviver à seleção natural, validada pela Psicologia na classificação dos indivíduos. O UNICEF, ao propor o conhecimento a fundo as famílias das crianças e adolescentes, majoritariamente economicamente desfavorecida e negra, segue uma orientação higienista individualizante, pautada na noção de ciclo de vida, para romper com a reprodução da violência:

O que ocorre, contudo, é que a falta de conhecimento sobre a realidade dos jovens – de suas *características socioculturais, de seus anseios, de suas motivações e de suas redes sociais* -, faz com que se perpetue uma lógica segundo a qual o adolescente ou jovem é sempre visto como algo perigoso, uma ameaça ao futuro, e nunca como esperança de um futuro melhor. (UNICEF, 2005, p.74, grifos meus).

Castel (1987) ressalta que esses elementos associados ao exame objetivam a constituição de dados para a delimitação do perfil de risco, por meio de práticas e avaliações médico-psicológicas que alimentam as investigações, de sorte que a sensação que o UNICEF nos passa, através da leitura atenta do livro, é que, mais do que propor intervenções, objetiva conhecer o objeto violência no Brasil, cobrando do Estado e da sociedade como um todo que promovam ações capazes de implementar um melhor dimensionamento sobre o grau de risco que a violência representa, especialmente no tocante aos riscos econômicos.

Nesse sentido, o UNICEF aciona a prática do exame, ao buscar conhecer quem é esse jovem, nos seus detalhes, para produzir uma verdade sobre esses corpos, um perfil, indícios que revelem o que são, ou irão tornar-se, já que a criança e os adolescentes são pensados mais pelo que virão a ser, ou seja, pela dimensão do futuro, do que pelo presente, pois o presente aparece apenas como o momento no qual se deverão adquirir determinadas competências, todavia, sempre com foco no futuro, no que se tornarão.

### **5.3 A Família e escola e as práticas de saber e poder do UNICEF**

Foucault ([1975], 2009) nos explica que nos equipamentos sociais se inscreve uma modalidade de poder sustentada na disciplina. O poder disciplinar, segundo Foucault, implica um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos assumidos pelos equipamentos sociais que objetivam vigiar e controlar. Essa prática se desenvolveu tanto pelos aparelhos de justiça, quanto nas instituições de educação, de saúde, na própria família etc., operando a vigilância dos corpos. Além disso, evidencia como o homem enquanto espécie, ou seja, a população, foi a outra forma de articulação das relações de poder para gerir a vida da sociedade no seu todo. Bujes(2000) salienta que o poder sobre a vida também se desenvolveu pela regulação da população, por meio do biopoder. Dessa maneira, as crianças passam a ser alvo privilegiado dessas operações que administram os corpos e visam à gestão calculista da vida, sendo a elas dirigidas várias operações políticas de intervenções econômicas, de moralização e de escolarização, sempre pensadas pelo cálculo econômico.

Tais aspectos tiveram ressonâncias na gestão das crianças, pois a educação dos filhos, conforme já mencionado, passou a se restringir à casa, a partir da relação direta com os pais, além da escola, que emergiu como outro lugar destinado a essa função. Foucault ([1978-1979], 2008) articula a relação entre os cuidados domésticos, principalmente demandados pela mãe, e a questão educacional ao neoliberalismo, uma vez que ressalta que, nas práticas operadas pelas famílias ou nas escolas, se dá a produção de indivíduos “adaptados” para o mundo do trabalho:

[...] os neoliberais observam que, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional. Esse investimento, o que forma uma competência-máquina, será constituído de que? Sabe-se experimentalmente, sabe-se por observação, que ele é constituído, por exemplo, pelo tempo que os pais consagram aos seus filhos fora das simples atividades educacionais propriamente ditas. Sabe-se perfeitamente o tempo que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagraram tantas horas do que se lhe consagraram muito menos horas. (FOUCAULT, [1978-1979], 2008, p. 315).

O UNICEF, ciente de tais impactos na vida das crianças de acordo com o grau de atenção recebida por elas, quer na família, quer na escola, principais lugares designados para o desenvolvimento infantil, vai preocupar-se com papel assumido pelos pais na relação com os filhos, saber se contribuem com práticas de proteção ou de violação de direitos e, ao primeiro caso, toma as famílias sempre pela falta, de sorte que, para diminuir o déficit em que as famílias se encontram, prescreve mais instruções e educação aos pais para criarem a contento seus filhos, produzindo diversos manuais e kits, palestras etc.; no segundo caso, fornece elementos que permitam aos profissionais que trabalham na rede de atendimento e demais interessados identificar aspectos violentos nessas famílias, a fim de que se realizem os procedimentos necessários para interrupção da violência, conforme sugerido pela matriz da violência presente no documento em análise.

### **5.3.1 Família, proteção e perigo**

A racionalidade que aponta a família como a principal responsável pelas crianças e adolescente é evidenciada em diversos documentos produzidos pelo UNICEF, com significativa ingerência frente às políticas públicas. Especificamente no livro em análise, temos um bom exemplo dessa prática, no diálogo travado pelo UNICEF com autores de orientação evolucionista, em que é constituída uma grande teia de saberes sobre a relação entre pais e filhos. Dentre eles, trazemos a articulação feita pelo UNICEF a partir do pensamento de Bowlby, conforme expresso abaixo:

A importância de uma base familiar sólida para o desenvolvimento saudável da criança, principalmente na primeira infância, é um dos principais fatores de proteção. [...]. Conforma uma “base segura” para a criança, um modelo positivo de comportamento oferecido pela mãe, o pai e outros, que promoveria segurança à criança, a fazendo mais capaz de lidar com circunstâncias adversas. (UNICEF, 2005, p. 152).

Em meio às diversas conceituações e prescrições sobre o objeto violência, verificamos que a família continua a ser considerada como a grande responsável pelo desenvolvimento das crianças e os primeiros anos de vida, tal como defendido por autores do desenvolvimento anteriormente apresentados neste trabalho, se traduzem como momento ideal para as crianças garantirem desenvolvimento ótimo, para lidar com situações que se colocarem ao longo da vida.



Lemos (2003) ressalta, com o auxílio da leitura de Donzelot, que a família foi à forma estratégica encontrada desde o século XIX, para atender a necessidade de impor normas sociais de saúde e educação e ao mesmo tempo manter o sentimento de liberdade entre os indivíduos. Dessa forma, ao trabalhar a infância, a Psicologia, em aliança a saberes como a Pedagogia, a Medicina e o Direito, estabeleceu um lugar ideal para a criança se desenvolver – a família. Nesse aspecto, Donzelot (1980) atesta que

[...] seus discursos lhe possibilitaram circunscrever essa posição, balizar seus percursos e trancar saídas. Discurso providencial, já que designa, na família o único modelo possível de socialização ao mesmo tempo em que é fonte de todas as insatisfações. (p. 206).

Nesse sentido, a partir dos dados de várias pesquisas e da forma como o UNICEF constrói suas análises, podemos sustentar que a baixa escolaridade, o desemprego, a ausência da figura paterna, dentre outros fatores pelo organismo, figuram como o avesso de um *modelo positivo de família*, configurando-se em fatores de risco sob os quais as redes de proteção devem ficar atentas, para evitar que a família comprometa o desenvolvimento saudável das crianças:

As probabilidades de ingresso nessas redes são maiores, por exemplo, para os atores inseridos em redes sociais nas quais se reproduzem, de forma sistemática, diversas formas de violência e/ou de violação de direitos. Mesmo entre esses, cabe ressaltar, as formas diferenciadas como vivem as experiências comuns geram diferentes estratégias pessoais e possibilidades de inserção. O fato, por exemplo, de ser caçula ou em uma família urbana de origem popular pode ser um fator significativo para o ingresso no tráfico de drogas ou, por outro lado, na universidade. (UNICEF, 2005, p. 32).

À família pobre o UNICEF destina constantemente a dúvida quanto a sua capacidade para garantir os cuidados e a educação às crianças. A família é convocada a aprender, a instruir-se, para tornar-se competente, de modo a garantir o devido cuidado a sua prole. Em consequência, UNICEF incentiva o protagonismo das famílias e delega a elas a responsabilidade pelo sucesso dos filhos, posto que são os pais, mais especificamente as mães, que concentram a tarefa de cuidar para propiciar o adequado desenvolvimento das crianças que precisam adquirir novas habilidades, à medida que avançam nas fases evolutivas do ciclo de vida, conforme destacado:

O nível da escolaridade da mãe também afeta a mortalidade infantil. Os dados revelam que quanto maior o nível de escolaridade da mãe da criança, menor a chance de ocorrer mortalidade infantil. A taxa de mortalidade dos filhos de mulheres com até três anos de estudo é 2,4 vezes maior que as dos filhos de mulheres com oito anos ou mais de estudo. Em outras palavras, para o primeiro grupo a taxa é de 40,2 óbitos para cada 1000 nascidos vivos; para o segundo essa taxa é de 16,7. (UNICEF, 2005, p. 51).

O nível de escolaridade da mãe da criança também é um aspecto importante no que se refere ao trabalho infantil. Os dados têm demonstrado que, quanto maior a escolaridade da mãe, menor a possibilidade do ingresso da criança em atividade de trabalho. Esse aspecto é importante na medida em que ações de combate ao trabalho infantil atravessam também ações que visem promover a educação e a renda dos pais, além de iniciativas que têm como objetivo estimular seu protagonismo. Isso também é válido para o combate de outras formas de violência contra a criança, entre os quais a mortalidade infantil. (UNICEF, 2005, p. 77).

Observamos que, para além das considerações sobre a família incompetente, o indicativo de risco no geral esteve atrelado no documento às características das mães, o que indica um recorte por gênero, o qual não é explicado no livro, como se fossem naturalmente as mães as principais responsáveis pela criação dos filhos, cabendo a elas a responsabilidade pelo presente e pelo futuro dos filhos. Tal viés de delegar à mulher a responsabilidade pelas crianças relaciona-se aos preceitos filantrópicos e higienistas, inserindo as famílias em processos de controle e regulação cada vez mais sofisticados e consentidos. Rosemberg (2002), estudando programas educacionais voltados para as famílias pobres, repara que no geral os programas criam, recriam e se sustentam em subordinação de gênero, tomam as mulheres como destinadas a permanecer em casa, cuidando de seus filhos, enquanto toma os homens como inadequados para educar e cuidar das crianças. Nesse contexto a autora chama a atenção para o paradoxo referente ao fato de que os mesmos organismos multilaterais, como o UNICEF e os Estados nacionais, como o brasileiro, incluem metas e elaboram programas visando à igualdade de oportunidades de gênero (ROSEMBERG, 2002).

Dentre as formas de violência imprimidas pelas famílias para com as crianças, a que ganha maior espaço no documento é a violência doméstica, casos sobre os quais o UNICEF ressalta que “[a]s pesquisas e os programas de atendimento ou de defesa de direitos têm apontado que o agressor, na quase totalidade dos casos de violência doméstica, é o pai ou a mãe havendo casos em que os dois participam juntos do ato violento” (UNICEF, 2005, p. 55). Acerca da situação, o UNICEF frisa:

Tendo em vista este quadro de risco de vida (física e/ou psíquica) a que crianças e adolescentes estão submetidos nas situações de violência intrafamiliar torna-se urgente a intervenção no sentido da quebra deste ciclo de violências. (UNICEF, 2005, p.173).

Dentre as instituições que realizam pesquisas sobre a violência doméstica destacam-se, no documento, o Lacri/USP e a ABRAPIA. Sobre o Lacri/USP, afirma-se, no livro:

[...] o trabalho realizado pelo Lacri/USP pode ser citado como um exemplo de esforço de uma sistematização em nível nacional sobre todas as modalidades da violência em âmbito familiar e doméstico. Buscando ter uma ideia mais próxima da realidade da violência doméstica, o Lacri realiza um levantamento anual em municípios brasileiros. (UNICEF, 2005, p. 54).

O UNICEF considera que é um sério problema o fato de a violência doméstica muitas vezes não ser notificada, devido a estar naturalizada nas relações sociais, em que educar envolve o emprego de punições corporais ou castigos, sendo mais frequente a utilização da violência nas famílias pobres.

Por tratar-se de um tipo de violência que se reproduz, em sua maioria, em espaço privado, em geral praticada pelos pais ou responsáveis diretos da criança, e dada a carga cultural de aceitação desta violação, suas manifestações ainda são pouco registradas. (UNICEF, 2005, p. 53).

As famílias também se constituem, de variadas maneiras, como protagonistas de múltiplas formas de violência. Os dados, coletados no Brasil e em âmbito internacional, evidenciam a negligência e o desrespeito, em variados núcleos familiares, aos direitos humanos fundamentais de um incalculável número de crianças e adolescentes. Evidencia-se uma persistente dissonância entre a estrutura familiar ainda dominante na sociedade brasileira e as proposições do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A distância se expressa com mais profundidade nas famílias mais vulneráveis socialmente e entre indivíduos que têm mais dificuldade de reconhecer a condição da criança e da mulher como sujeitos de direitos. (UNICEF, 2005, p. 116).

De acordo com Nogueira e Lemos (2012), os organismos multilaterais como o UNICEF têm suas práticas ligadas à racionalidade capitalista e difundem suas práticas prescritivas relacionadas à disciplina dos corpos e de biopolítica voltadas para a gestão da população, por meio da ideia de desenvolvimento, racista e etnocêntrica, associada a um projeto de sociedade de segurança, por meio de práticas médicas e educativas vinculadas ao liberalismo e ao controle, em nome da civilidade. Tais marcas aparecem

nas formas de garantir a prevenção da entrada de jovens no tráfico de drogas, conforme se lê na sequência:

A prevenção primária responde aos fatores de risco do tráfico – as estruturas precárias ligadas à família, aos serviços públicos e à economia; à pobreza; à marginalização social; à violência e à cultura local centrada no tráfico de drogas. Como respostas oferece a criação e o fortalecimento de vínculos afetivos, cesta básica e encaminhamento ao mercado de trabalho, recuperação da identidade e auto-estima, a formação-cidadã e a promoção da cultura da paz através de atividades ligadas ao esporte, lazer e educação. (UNICEF, 2005, p. 94).

A prevenção secundária, que se dá no âmbito do envolvimento do adolescente ou jovem no projeto apresenta alternativas aos supostos atrativos do tráfico: status e poder; dinheiro e ascensão social; adrenalina e pertencimento a um grupo; e também às influências do tráfico, como o envolvimento de pessoas do grupo de referência – amigos e familiares – e a desestruturação familiar. Como alternativa oferece o status social, com pela via do reconhecimento pessoal e profissional e pertencimento a um grupo ligado ao esporte, no caso, o boxe. Ao mesmo tempo, propicia ao jovem a inserção em uma nova rede social com novas referências. Na rede, se constitui uma nova estrutura de proteção social e vinculação afetiva para o jovem. (UNICEF, 2005, p. 95).

Segundo o UNICEF, os problemas vividos pelas famílias com as suas crianças e adolescentes podem ser ainda mais danosos, quando se identifica a presença de práticas de violência dos pais para com os filhos, pois, além do tácito comprometimento físico, há os efeitos psicológicos os quais costumam ser ainda mais preocupantes, porque gerariam a repetição da violência, em que um dos agravantes da violência objetivada como doméstica é a consideração de que a criança passa a ser inserida na rede de reprodução da violência, em um círculo vicioso:

No processo de (re)produção, configura-se uma identidade de sentido entre o(s) agredido(s) e o(s) agressor(es), base para a sua manifestação no cotidiano. Os dois atores tendem a perceber as relações sociais a partir de referências comuns, o que gera a naturalização de práticas violentas e sua repetição, no futuro, pela própria vítima de ocasião. (UNICEF, 2005, p. 19).

Assim, a família pobre é produzida a partir de suas falhas e incompetências, e as crianças e jovens cada vez mais responsabilizadas por sua condição. A propósito, uma situação emblemática que nos chamou atenção, no documento quanto ao grau de individualização e responsabilização levado ao extremo, foi a forma como o UNICEF

articulou suas práticas de saber-poder através do conceito de resiliência, o qual não será aprofundado neste trabalho, devido ao reduzido tempo para execução desta pesquisa, porém, sobre ele apresentaremos apenas pistas analíticas. Ressalta o UNICEF:

A resiliência tem chamado atenção de estudiosos do desenvolvimento humano e áreas afins, que buscam compreender os processos que contribuem para que o indivíduo, diante de dificuldades consideradas como riscos, consiga enfrentá-las, superá-las e construir novos caminhos de vida, em vez de se fragilizar com a situação desfavorável. Essas pessoas, que conseguem se fortalecer ao vivenciar experiências negativas e seguir uma trajetória de vida saudável, são o foco principal dos estudos sobre resiliência. (UNICEF, 2005. p. 147).

É importante destacar que os parâmetros que organizam a vida e dizem sobre a disposição do corpo, no espaço, encontram-se difundidos nas práticas de nossa sociedade cada vez mais pautadas no individualismo e na crença atualizada pelo neoliberalismo de que as oportunidades são iguais para todos. As práticas discursivas do UNICEF solicitam do indivíduo, por meio do conceito de resiliência, que aprenda a lidar com as dificuldades e, de preferência, que tire proveito delas.

Tais práticas encontram solo fértil de aceitação muitas vezes sem ser questionadas, pois, em nossa sociedade, somos constantemente cobrados a utilizar nossos “recursos internos” em benefício próprio, o que é propalado pelos diversos fóruns de discussão, seja das mídias, seja dos livros de autoajuda, de documentos variados oficiais ou não, rodas de conversas etc., em que produzimos e somos atravessados por esses mecanismos de ajuste a uma sociedade excludente, competitiva e produtora de diversos sofrimentos, sendo incentivados a buscar meios para fazer “bons investimentos” pessoais e profissionais, durante nossas vidas, para ter sucesso ou, em outras palavras, para que nos tornemos “empresários de nós mesmos”. É nesse contexto que os saberes da Psicologia ganham notoriedade e adquirem caráter de verdade, respaldando as análises do UNICEF.

Acreditamos que o UNICEF opera a “psicologização” do social, ao colocar a família como a grande vilã dos desvios da infância e juventude. Tiram-se de foco as diversas questões políticas e econômicas que produzem a marginalidade e a pobreza, e a família é convidada a combater a violência e é responsabilizada pela reprodução de um “círculo vicioso”, no qual aquele que sofreu passaria a ser o agente reprodutor da

violência, sem que se tragam à baila outros fatores envolvidos em tais manifestações. Tal interpretação analítica suscita racismos, porque a pobreza é tratada de forma diferenciada e passa a receber tratamento também distinto, por meio de ações reacionárias as quais procuram oferecer receitas neoliberais aos problemas que atravessam as famílias, muitos deles referentes a uma série de violações de direitos em função da deficiência das políticas públicas e do deixar morrer, que torna boa parte da população matável.

### **5.3.2 A escola e sua função estratégica à gestão da vida**

Além das famílias, outro lugar de destaque pelo UNICEF para o fortalecimento da rede de proteção em prol do enfrentamento da violência para o segmento social infantojuvenil é a escola, a qual, segundo o UNICEF, pelo seu papel socializador possibilitaria aos alunos outra visão de mundo, afastando-os de influências negativas dos outros ambientes em que se desenvolvem, como a família e a comunidade. Nos termos utilizados no livro:

A escola entre todas as instituições que atuam com a criança e o adolescente se constitui como a mais estratégica para funcionar como *nó central* da rede de um sistema global de direitos, tendo em vista o potencial de suas unidades para funcionarem como redes socioeducativas. A escola é o território de acesso, por excelência, dos integrantes dos setores populares, por exemplo, ao discurso racional científico e a novos produtos culturais. (UNICEF, 2005, p. 130).

A escola contracenava como lugar fundamental para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, pois nela acessariam um *discurso racional* distinto dos saberes de *senso comum*, ofertados pelas famílias pobres. Conforme Lemos (2008), o que está em jogo para o UNICEF é a garantia de um controle precoce e preventivo dessa população tomada como carente e necessitada de estímulos complementares aos oferecidos por suas famílias.

Segundo Ramos (2001), há na sociedade contemporânea o predomínio de uma profissionalidade de tipo liberal, em que se acionam constantemente demandas referentes aos conceitos de capacidade que são mais gerais e de competência. Através

dessas referências se delimitam especificamente os comportamentos esperados dos indivíduos.

Esses conceitos estão atrelados às práticas pedagógicas, mas, especificamente, à chamada Pedagogia por Objetivos, a qual tem como referência o behaviorismo de Skinner e seus seguidores. A autora frisa que esses atravessamentos funcionalistas comportamentais no saber pedagógico dizem respeito ao que denomina “Pedagogia das Competências”, surgida durante as mudanças socioeconômicas principalmente do período keynesiano, no qual os projetos educacionais passaram a obedecer aos ditames do capital e do trabalho. Desde esse tempo, a educação foi atravessada por rigorosos cálculos, pensada a partir de relações de custo benefício, com foco nas demandas do setor produtivo e na capacidade de resposta a essas demandas pelos sistemas educacionais.

Posteriormente, com o neoliberalismo em vigor, a relação linear entre escolaridade-formação-emprego foi rompida e a escolaridade e a formação se transformaram em uma incerteza, em que o sucesso profissional passou a estar diretamente associado a atributos individuais. Ramos considera que a importância da educação se deslocou de um projeto social para um projeto pessoal, conforme pode ser mais bem entendido através da citação a seguir:

Dito de outra forma, além dos saberes formalizados, coloca-se ênfase no saber-ser, sobre o qual se fundariam os demais saberes: saber – fazer, saber-aprender, saber – conviver. Tanto isto é verdade que, conforme já foi dito, o Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI assenta a educação, na perspectiva de ser uma experiência permanente, sobre quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. (RAMOS, 2001, p. 254).

Desse modo, a escola assume papel neoliberal de desenvolver a criatividade o empreendedorismo, dentre outras características, de sorte a favorecer aos indivíduos um lugar no mundo do trabalho. Nesse aspecto, para Chauí (2011), na sociedade capitalista neoliberal, a ideia de trabalho é substituída pela de emprego, com o qual se medem a todo o momento atributos ligados à eficiência e à produtividade, em que a educação ocupa papel central, pensada como de responsabilidade de cada um por seu sucesso profissional e pessoal. Assim, cabe à escola propiciar que os alunos adquiram

competências, o que abrange a dimensão individual, a qual deverá ser estimulada e desenvolvida em cada indivíduo, durante o processo educativo. Além disso, o UNICEF propõe, com a estratégia adotada por meio da noção de ciclo de vida, que

[...] a escola precisa realizar, de acordo com as possibilidades objetivas, um diagnóstico sociocultural e econômico dos alunos e da comunidade na qual está inserida. Seu objetivo seriam a identificação das características sociais e estratégias escolares básicas da família. (UNICEF, 2005, p. 130).

Dessa maneira, o UNICEF propõe um diagnóstico sociocultural dos alunos, estendendo às escolas a parceria na delimitação e intervenção diante das possíveis ocorrências de violência, revelando sua estratégia de gestão biopolítica, ao tornar a escola um instrumento que ofereça informações capazes de garantir a gestão desse segmento social.

Acreditamos que essa agência, quando ressalta quem são a criança e o adolescente que sofrem violência, onde moram, qual a sua renda familiar, onde estudam, qual o grau de instrução de seus pais, de suas mães, qual é o perfil das vítimas e dos agressores, quais as chances de se tornarem futuros violadores de direitos etc., lança mão de táticas de governo da vida, por meio de um conjunto de tecnologias cuja finalidade é a produção, nos indivíduos, de certas qualidades, de certas características e habilidades, tornando-os adequados aos ditames do poder.

Além disso, ao produzir os indivíduos úteis ao sistema capitalista em vigor, produz também subjetividade, modos de ser e de pensar, uma vez que dá lugar às crianças e adolescentes pobres do Brasil e os governa, de sorte a que recebam sempre o mínimo de assistência e continuem ocupando o mesmo lugar social em que já se encontram, ou seja, tentam garantir o mínimo para que não cheguem ao extremo de se envolverem em situações sãs quais se traduzam como um problema social ou, em outras palavras, que ameacem a ordem social.

Nessa perspectiva, essas famílias, crianças e jovens são tomadas pelo UNICEF de forma individualizada e estigmatizante, apesar de toda a tentativa desse organismo de se revestir de um discurso democrático. Pensamos que as práticas discursivas e de poder veiculadas pelo UNICEF cristalizam apenas um modo de ser para as crianças, os adolescentes e suas famílias, pautado no modelo da família burguesa, configurando-se



enquanto poderosas estratégias de normatização e regulação de valores, sentimentos e formas de pensar, agir e ser, funcionando como modos de subjetivação que produzem a pobreza como um perigo – um foco de reprodução da violência –, como se tais ocorrências não se processassem em outros segmentos sociais ou não se devessem a uma sociedade construída para o consumo desenfreado, deixando morrer, através da violação de vários direitos, boa parte das pessoas, e produzir com tais práticas a própria violência.

#### **5.4 Conclusão**

Acreditamos ser oportuno iniciarmos nossas conclusões, retomando o caminho que trilhamos neste trabalho, no qual no primeiro capítulo buscamos demarcar o tipo de pesquisa documental e histórica que nos propusemos realizar, enfatizando a escolha do referencial foucaultiano arqueogenealógico, bem como apresentamos alguns conceitos desenvolvidos por Foucault, traduzidos em ferramentas analíticas para nós.

Nesse sentido, direcionamo-nos para a contextualização das práticas vizinhas ligadas à produção do documento e buscamos adentrar, mesmo que de forma tímida, o contexto neoliberal que atravessa as políticas públicas para a infância no Brasil, de maneira a colaborar nas discussões feitas ao longo deste trabalho e na análise das séries delimitadas a partir da leitura do livro. Além disso, procuramos fazer uma descrição detalhada do documento, para dar visibilidade à forma como foi montado e aos temas nele abordados, indicando ao leitor que observamos dois eixos centrais em sua estrutura: a objetivação da violência e a noção de ciclo de vida como tática de governo da infância e adolescência.

Dando prosseguimento, conforme sugerido pela banca, durante o Exame de Qualificação, focalizamos a história da infância, realçando sua relação com os saberes da chamada Psicologia do Desenvolvimento, de sorte a sublinhar algumas estratégias disparadas pelo UNICEF para conter a violência, através da gestão em termos biopolíticos, voltando-se para cada uma das fases de desenvolvimento por meio da noção de ciclo de vida.

No capítulo seguinte, tratamos da produção do objeto violência, com foco no contexto brasileiro, para problematizar o lugar produzido para as crianças e

adolescentes, no Brasil. Por fim, no último capítulo desta Dissertação, realizamos a discussão das séries identificadas na exaustiva leitura do documento, nas quais procuramos problematizar as racionalidades do UNICEF, expondo alguns trechos do documento e examinando, por meio dos debates com os autores arrolados em nossas referências bibliográficas, as práticas de saber/poder dessa agência direcionadas à parcela economicamente desfavorecida de crianças, adolescentes e suas famílias.

Desse modo, a partir dos estudos e análises realizados na produção deste trabalho, concluímos que as práticas voltadas às crianças e os adolescentes, em nosso país, pautam-se nos saberes médico-higienistas, pedagógicos e psicológicos, com forte ênfase nos pressupostos da Psicologia do Desenvolvimento, os quais são acionados constantemente pelo UNICEF, nos diversos documentos e ações dirigidas por esse organismo internacional, entrelaçados com a lógica de gestão econômica neoliberal, que, por sua vez, produz subjetividade – modos de ser, pensar e agir.

O UNICEF objetiva com suas ações esquadrihar e regulamentar a vida do segmento infantojuvenil, encarado por essa agência como passando por um momento de vida estratégico para a produção do adulto normalizado útil, dócil e produtivo. Desse modo, a violência é objetivada como algo que foge à regra, que impacta negativamente a economia brasileira e, logo, precisa ser enfrentado, combatido e corrigido em tempo hábil, a fim de se evitar a constituição de um ciclo reprodutivo da violência.

O UNICEF faz, no documento examinado, dois movimentos: um, de mostrar a abrangência da problemática da violência, suas diversas apresentações e possibilidades de análise, pincelando um emaranhado de perspectivas interpretativas; e, em outro movimento, foca alguns tipos de violência (mortalidade infantil, violência doméstica, mortes no trânsito, mortes por homicídios, violência institucional, adolescentes em conflito com a lei e trabalho infantil), os quais se destacam estatisticamente, no que compete à vida de crianças e adolescentes, no Brasil.

Através da leitura da Psicologia do Desenvolvimento que norteia as práticas de saber/poder do UNICEF no documento analisado, são oferecidas as soluções para conter a violência de forma específica em cada fase da vida. Observamos que as ações de enfrentamento se direcionaram principalmente à família, à escola e à comunidade representada pela sociedade civil, nas quais se devem somar esforços para dirimir fatores de risco que tornem as crianças e adolescentes vulneráveis à violência. Nesse

contexto, a família assume papel de destaque no documento, sendo disparadas práticas de saber/poder de proteção em um viés funcionalista e utilitarista, as quais se individualizam, responsabilizando os pais, sobretudo as mães, pelos desvios à norma dos filhos, sem maiores reflexões sobre os fatores que produzem a pobreza, a exclusão, social e a marginalidade dessas famílias.

Em consequência, é produzido um olhar estigmatizante com relação às famílias de baixa renda, as quais são requisitadas a aprender a cuidar, a entender o momento peculiar de desenvolvimento pelos quais seus filhos passam, como se isso resolvesse os diversos problemas ligados a um verdadeiro histórico de violação de direitos que historicamente as atravessa. Assim, as famílias são tomadas como meras receptoras de informações, sempre com um alerta de que, caso não haja determinada atenção, haverá consequências negativas na constituição física e psicológica das crianças em desenvolvimento.

No mais, verificamos que as práticas do UNICEF dizem mais de um modelo econômico neoliberal do que das conquistas constitucionalmente garantidas, as quais deveriam oportunizar condições dignas e igualitárias de vida a todos, mas produzem a diferença, para, em seguida, oferecer seus remédios, sempre com foco nos possíveis ganhos que venham a gerar algum lucro, especialmente das entidades internacionais que controlam as relações econômicas no mundo e as políticas públicas nos países ou nações.

Conforme observamos nas políticas públicas neoliberais que têm como foco a redução de custos, sempre oferecendo o mínimo à população pobre, que, ao invés de possibilitar melhores condições de vida, produzem um lugar de exclusão e fazem morrer sonhos, projetos e perspectivas de mudança. Porém, acreditamos que, com a problematização de tais práticas, contribuimos para um pensar inquietante e esperamos com isso, de alguma forma, criar fissuras – uma abertura a outros possíveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é importante deixar claro que este trabalho foi realizado a partir de um debate coletivo, com os diversos autores que compõem as referências bibliográficas, bem como pelas discussões no grupo de estudos “Transversalizando”, por orientações individuais e coletivas, participação em diversos eventos, apresentação de trabalhos e artigos em coautoria, onde pude experimentar a utilização da ferramenta metodológica proposta por Foucault e aprofundar leituras importantes para as discussões aqui travadas.

É válido lembrar que é muito recente minha incursão nos estudos foucaultianos, de sorte que a adoção da ferramenta metodológica da arqueogenealogia foi um grande desafio. Todavia, espero em próximos trabalhos utilizá-la com maior propriedade, já que esta Dissertação representa o início de meu percurso nos caminhos da pesquisa e diz respeito a um trabalho efetivado em um tempo breve, pois temos responsabilidades com o cumprimento de prazos.

Quanto a tais lacunas, sabemos que não foi possível neste trabalho aprofundar a discussão sobre os processos de subjetivação disparados pelos organismos internacionais, os quais foram apenas mencionados. Outro aspecto interessante de ser mais bem estudado seria o emprego do conceito de resiliência, usado pelo UNICEF para a responsabilização ainda mais acirrada dos indivíduos, o qual foi retirado dos objetivos deste trabalho por sugestão da banca, durante o Exame de Qualificação. Na verdade, apesar de entendermos que seria relevante esse ponto ser analisado, ele nos exigiria um mergulho em um campo denso de estudos inviáveis para a conjuntura de uma pesquisa de Mestrado, dada a abrangência do tema, do qual não teríamos como dar conta nesta investigação.

Com efeito, neste trabalho, buscamos nos deixar guiar pelo documento em análise, partindo do material nele abordado, o qual nos conduziram por um caminho denso, haja vista as múltiplas teorias e racionalidades que o compõem. Assim sendo, não conseguimos desmembrar a objetivação da violência da noção de ciclo de vida, porque essa perspectiva é a lente que norteia as interpretações e prescrições do

UNICEF, que, valendo-se dos saberes médicos-psicológicos, almeja legitimar suas análises, dando-lhes caráter de verdade.

Embora saibamos que, neste texto, não encerramos a discussão sobre o objeto violência, a utilização do saber da Psicologia do Desenvolvimento e os atravessamentos das práticas de saber/poder do UNICEF para gerir a população, acreditamos ser oportuno fazer um apanhado geral do trabalho, destacando os pontos que foram abordados nos capítulos que constituem esta Dissertação, os quais se referem a movimentos de idas e vindas em que, na discussão, inserimos alguns temas, excluímos outros, sempre com o intuito de realizar as análises da melhor forma possível.

Ainda que tenham ficado algumas lacunas pelas linhas deste texto, que servirão de mola propulsora para outros ensaios e debates, acreditamos ter lançado mais luzes sobre um pensar interrogante frente ao objeto violência e ao questionamento crítico de ações que buscam gerir a vida de forma utilitária e sutil, com ares salvacionistas, conforme protagonizado pelo UNICEF, visto que buscamos dar visibilidade às práticas de saber/poder do UNICEF, problematizando as racionalidades interessadas em tutelar a população economicamente desfavorecida, oferecendo políticas públicas pontuais e delegando a elas um lugar que pouco oferece em termos de respeito dos direitos garantidos pela Constituição brasileira e, no caso das crianças e adolescentes, pelo ECA.

Por fim, esperamos, com esta Dissertação, ter contribuído para o debate sobre o objeto violência e para um pensar questionador da Psicologia, possibilitando outros possíveis, para além da perspectiva do desenvolvimento humano, cooperando para um olhar mais crítico sobre esse campo de saber historicamente produzido e utilizado a serviço da normalização social.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELLI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. 1970-2002. São Paulo: Anpocs. Ed. Sumaré; Brasília: Capes, 2002.
- ALVES, G.G.; AERTS, D. As práticas educativas e a estratégia saúde da família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, 319-325, 2011.
- ARCE, A. O jogo e o desenvolvimento infantil na teoria da atividade e no pensamento educacional de Friedrich Froebel. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 9-25, abril 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Crises da república**. Trad. José Volkman. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2006.
- BELCHIOR, F. Os custos da violência no Brasil. **Desafios do desenvolvimento** – a revista mensal de informações e debates do IPEA. Rio de Janeiro. p. 30-36, set. 2007. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/35/pdfs/rd35not04.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- BIANCARELI, A. M. Países emergentes e ciclos internacionais Países emergentes e ciclos internacionais. *Política Econômica em Foco*, n. 7 – nov. 2005/abr. 2006 < [http://www.iececon.net/arquivos/PEF/Secao\\_III07-PEF.pdf](http://www.iececon.net/arquivos/PEF/Secao_III07-PEF.pdf) > Acesso em: 10 maio 2013.
- BIRARDI, Angela; CASTELANI, Gláucia Rodrigues; BELATTO, Luiz Fernando B. O Positivismo, Os Annales e a Nova História. **Klepsidra: Revista virtual de historia**, ISSN-e 1677-8944, Nº. 7, 2001. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>>. Acesso 15 out. 2012.
- BOARINI, M. L.; YAMAMOTO, O. H. Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia em Revista**, vol. 13, n.1, p. 59-72, 2004.
- BORGES. M. E. L. **História e Fotografia**. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2008.
- BUJES, M. I.E. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. **Educação e Realidade**, v. 25, n. 1, p. 25-44, jan./jun. 2000.
- BURKE, P. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- CASTEL, R. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 (Coleção passo-a-passo, v. 82).

CERQUEIRA, D. R. C et al. **Análise dos Custos e Conseqüências da Violência no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

CHALITA, G. **Pedagogia do Amor**: a contribuição de histórias universais para a formação de valores das novas gerações. São Paulo: Gente, 2003.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**: O Discurso Competente e Outras Falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, 9 (23), 1995.

COIMBRA, M. C. **Produção do Medo e da Insegurança**. Disponível em: <[http://www.slab.uff.br/bd\\_txt\\_lg.php?tp=t](http://www.slab.uff.br/bd_txt_lg.php?tp=t)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

\_\_\_\_\_; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. Por uma invenção ética para os direitos humanos. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v.20, N.2, p.89-102, 2008.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FARIAS, M. N.; FONSECA, A. D.; ROIZ, D. S. A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história. **Akrópolis**, v. 14, n. 3 e 4: 121-126, 2006.

FELIPE, J. O Desenvolvimento Infantil na Perspectiva Sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. (Org.). **Educação Infantil**: para que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, A. A. L.; GUTMAN, G. O Funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (org.). **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2006.

FERRERI, M. A. O Pensamento Crítico na Delegacia: um desafio à educação para a cidadania. In: NEVES, P. S. C.; RIQUE, C. D. G.; FREITAS, F. F. B. (Org.). **Polícia e democracia**: desafios à educação em direitos humanos. Prefácio: Sérgio Adorno; introdução: Paulo Sérgio da Costa Neves. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mostruário de discursos profissionais sobre psicologia e direitos da infância**. 2007. Tese (Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e Trad.: Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. Curso ministrado no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Curso ministrado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso** - aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Trad. Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. rev. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I - A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FRANCISCHINI, R.; SOUZA NETO, M. O. Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que Protege. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232007000100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 ago. 2010.

FULLGRAF, J. B. G.. **O UNICEF e a Política de Educação Infantil no Governo Lula**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUCSP, 2007.

GALERA, Sueli Aparecida Frari; LUIS, Margarita Antonia Villar. Principais conceitos da abordagem sistêmica em cuidados de enfermagem ao indivíduo e sua família. **Rev. Esc. Enferm. USP**; v.2, n 36, 141-147, 2002.

GLOBAL EDITORA. Disponível em: <http://www.globaleditora.com.br/> Acesso em: 18 nov. 2012.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 192-199, 2008.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.



LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LEMGRUBER, J. **Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia**. In: ENCONTRO ANUAL DOS ACADÊMICOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 1º de junho de 2004.

LEMOS, F. C. S. **Práticas de Conselheiros Tutelares frente à violência doméstica: proteção e controle**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2003.

\_\_\_\_\_. O UNICEF e as práticas de governamentalidade de crianças e adolescentes no espaço/tempo. **Revista Teias**. V. 11, n. 22, jul/dez 2009. Disponível em: <[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&&page=article&op=viewFile&path\[\]=443&path\[\]=385](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&&page=article&op=viewFile&path[]=443&path[]=385)>. Acesso em: 12 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Crianças e Adolescentes entre a norma e a lei: uma análise foucaultiana**, 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2007.

LEMOS, F. C. S. A educação como dispositivo de proteção às crianças e adolescentes segundo práticas do UNICEF: problematizações foucaultianas. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, dez. 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812008000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812008000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jan. 2013.

\_\_\_\_\_; CARDOSO JUNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia e Sociedade**, p. 353-357, v. 21, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. et al. Análise documental como instrumento estratégico para Michel Foucault. Itinerários de pesquisa em Psicologia. In: PIMENTEL, A.; LEMOS, F. C. S.; SOUZA, M.; NICOLAU, R. (Org.). xxx. Belém: Amazônia, 2010.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, v. 7, n 1-2, p. 83-103, out. 1995.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MAFFESOLI, M. **A dinâmica da violência**. São Paulo: Revista dos Tribunais/Vértice, 1987.

MARCILIO, M. L. A lenta construção dos direitos da criança brasileira no século XX. **Revista da USP**, São Paulo, v. 37, p. 46-57, 1998.

MARTINS, C. J. A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C. MISKOLCI, R. (Org.). **O Legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP. 2006. p. 177 -198.

MICHAUD, Y. **A violência**. Trad. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

- NASCIMENTO, M. L.; SHEINVAR, E. **Infância**: Discursos de Proteção, Práticas de Exclusão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, Ano 5, N.2, 2º semestre de 2005.
- NEDER, G. Cultura, poder e violência. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.** São Paulo, v. 12, n. 1, p. 17-30, mar. 2009.
- NOGUEIRA, J.; LEMOS, F. C. Crianças e adolescentes para o UNICEF: desenvolvimento e economia política. **Mnemosine**; UERJ, Rio de Janeiro, n. 1, Vol.8, p. 28-42, 2012.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELA.< <http://observatoriodefavelas.org.br/>> Acesso em: 18 dez. 2012.
- ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos).
- OLIVEIRA, F. **A criança e a infância nos documentos da ONU**: a produção da criança como “portadora de direitos” e da infância como “capital humano do futuro”. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2008.
- OROPALLO, M. C. **A presença de Nietzsche no discurso de Foucault**. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2005. 196 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Filosofia, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005.
- PALACIOS, J. Psicologia evolutiva: conceito, enfoques, controvérsias e métodos. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007 (Psicologia evolutiva, v. 1).
- PASSETTI, E. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Tradução de Dirceu Lindoso e Rosa Maria da Silva. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, n. 7, v. 1-2, p. 67-82, out, 1995.
- RAMOS, M. N. A Pedagogia das Competências. Autonomia ou Adaptação? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002.
- SANTOS, C. A. Toda boa mãe deve... governo de maternidades para a constituição de infâncias saudáveis e normais. 2009. Tese (Doutorado em Educação) –

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SANTOS, J. V. T. **A violência na escola, uma questão social global**. 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/violencia/dossantos.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2012.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v. 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.rbhcs.com/indexarquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2010.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SCHEINVAR, E. Anotações para pensar a proteção à criança. **Revista do Departamento de Psicologia. Universidade Federal Fluminense**, Niterói, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2 e 3, p. 66-78, 2000.

\_\_\_\_\_. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

SILVA, A. A.; MÉLLO, R. P. Subjetivação e Governamentalidade: Questões para a Psicologia. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 367-388, maio/ago. 2011.

SILVA JUNIOR, N.G.S.; ANDRADE, A. N.. “É melhor para você!”: normatização social da infância e da família no Brasil. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF, Niterói, v. 19, n. 2, p. 423-438, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n2/12.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2010.

SODRÉ, M. In: FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (Org.). **Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 maio 2011.

UNICEF. **A infância brasileira nos anos 90**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Situação da Infância e Adolescência Brasileiras**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Análise da Violência Contra a Criança e o Adolescente segundo o Ciclo de Vida no Brasil**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Situação da Infância Brasileira Crianças até 6 anos – O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Direitos Negados** – A Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Situação da Infância e da Adolescência Brasileira** – O Direito de Aprender - Potencializar avanços e reduzir desigualdades. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Quem somos: **Sistema das Nações Unidas**. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/overview\\_9539.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9539.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2012a.

\_\_\_\_\_. Quem somos: **Atuação do UNICEF no mundo**. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/overview\\_9535.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9535.htm)>. Acesso em: 14 de abr. 2012b.

\_\_\_\_\_. Quem somos: **missão**. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/overview\\_9534.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9534.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2012c.

VANDRESEN, D. S. **O discurso na arqueologia e genealogia de Michel Foucault**. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Artigos/Daniel\\_Salesio\\_Vandresen.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/Daniel_Salesio_Vandresen.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2011.

VELHO, G. Violência e cidadania. In: \_\_\_\_\_. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1998.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. 1.ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2011

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**; Revista Sociol. USP, v. 9, n 1, p. 5- 41, maio 1997.

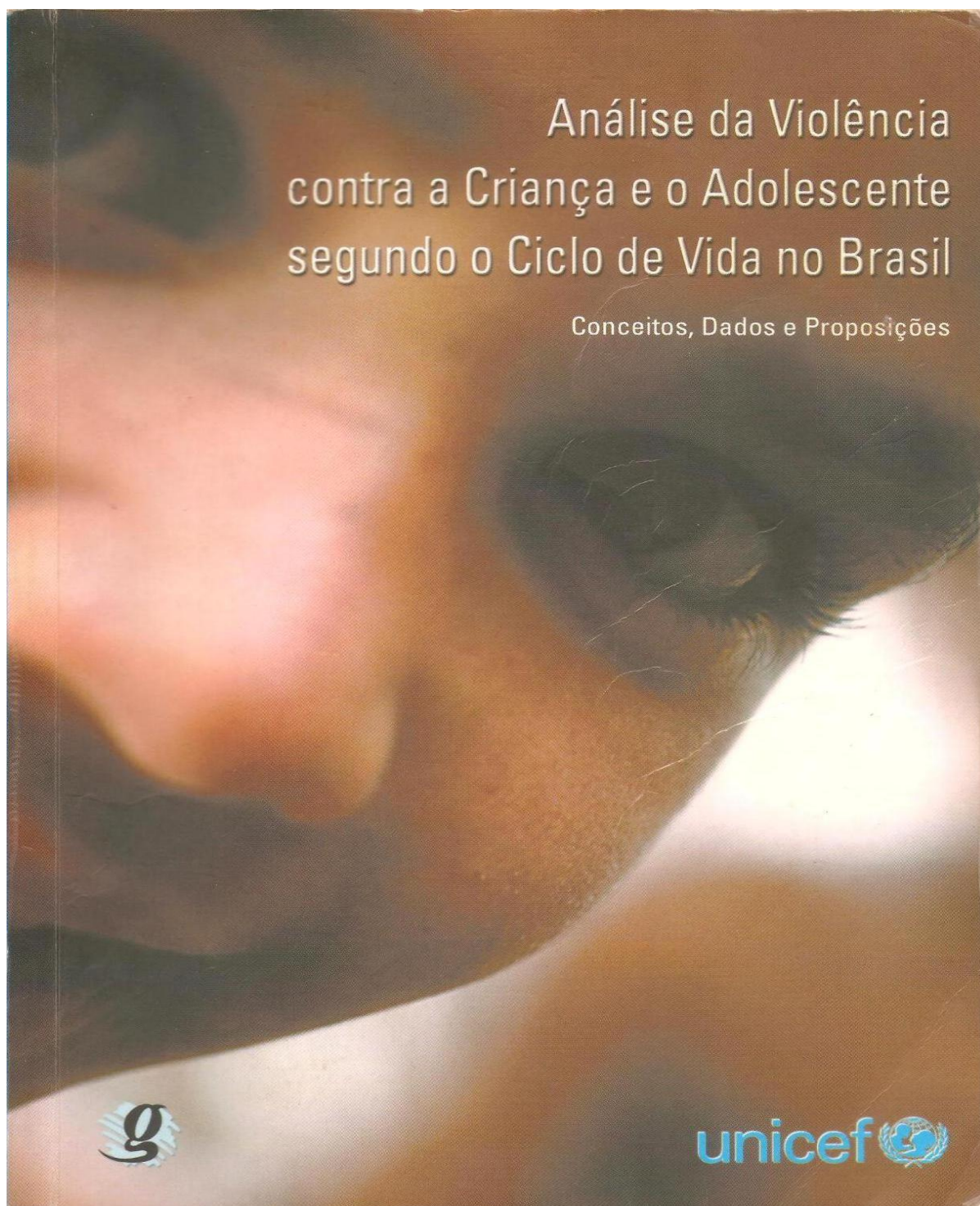
ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, n.13, v. 1999.

\_\_\_\_\_; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**; v. 16, n. 45, fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 3, set. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002&lng=en&nrm=iso)>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002>. Acesso em 19 fev. 2011.

## **ANEXOS**

## ANEXO A



**Figura1.** Capa do documento analisado.



## ANEXO B



**Figura2.** Imagem que precede o capítulo 1 do livro.

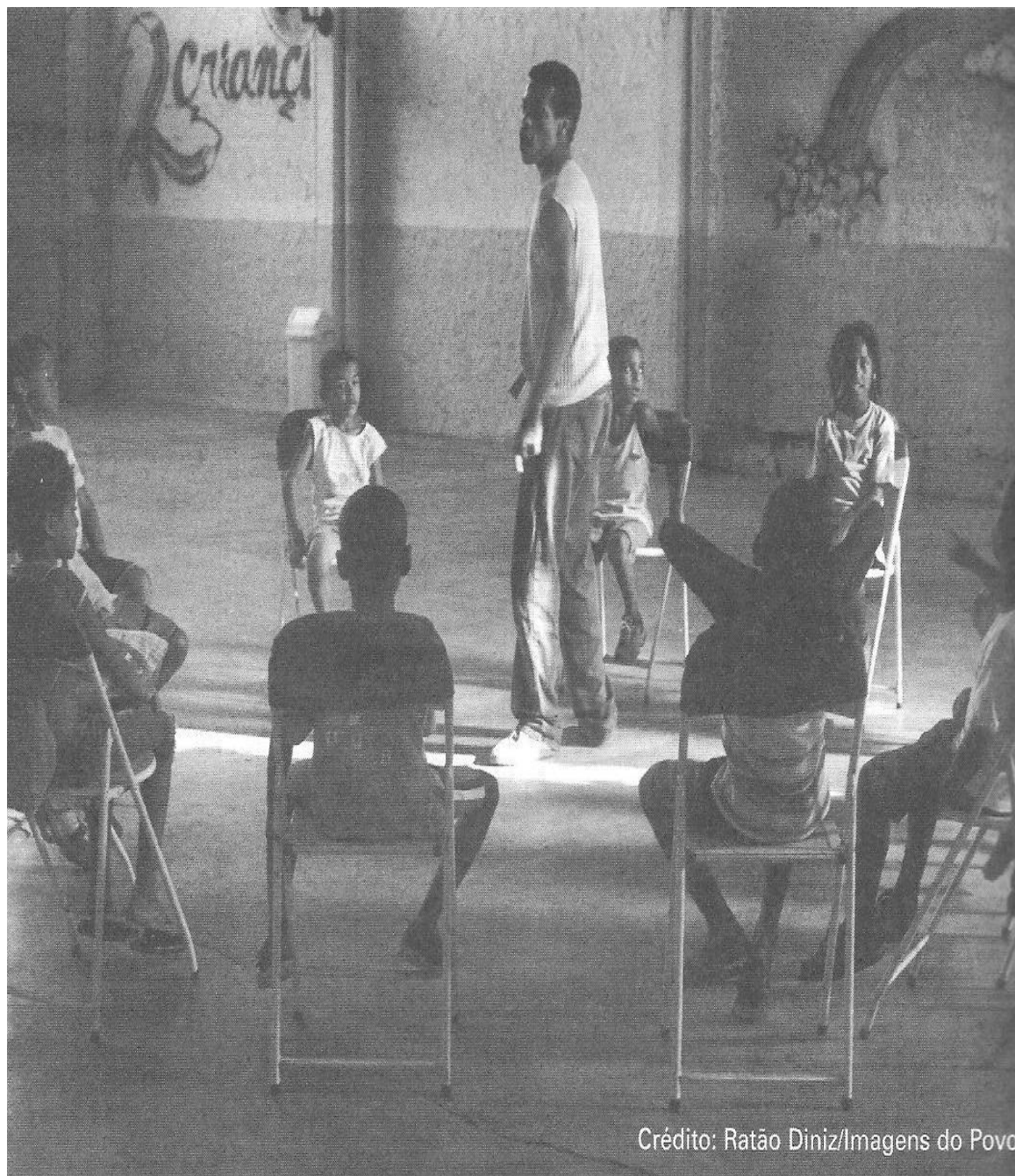
## ANEXO C



**Figura3.** Imagem que precede o capítulo 2 do livro.

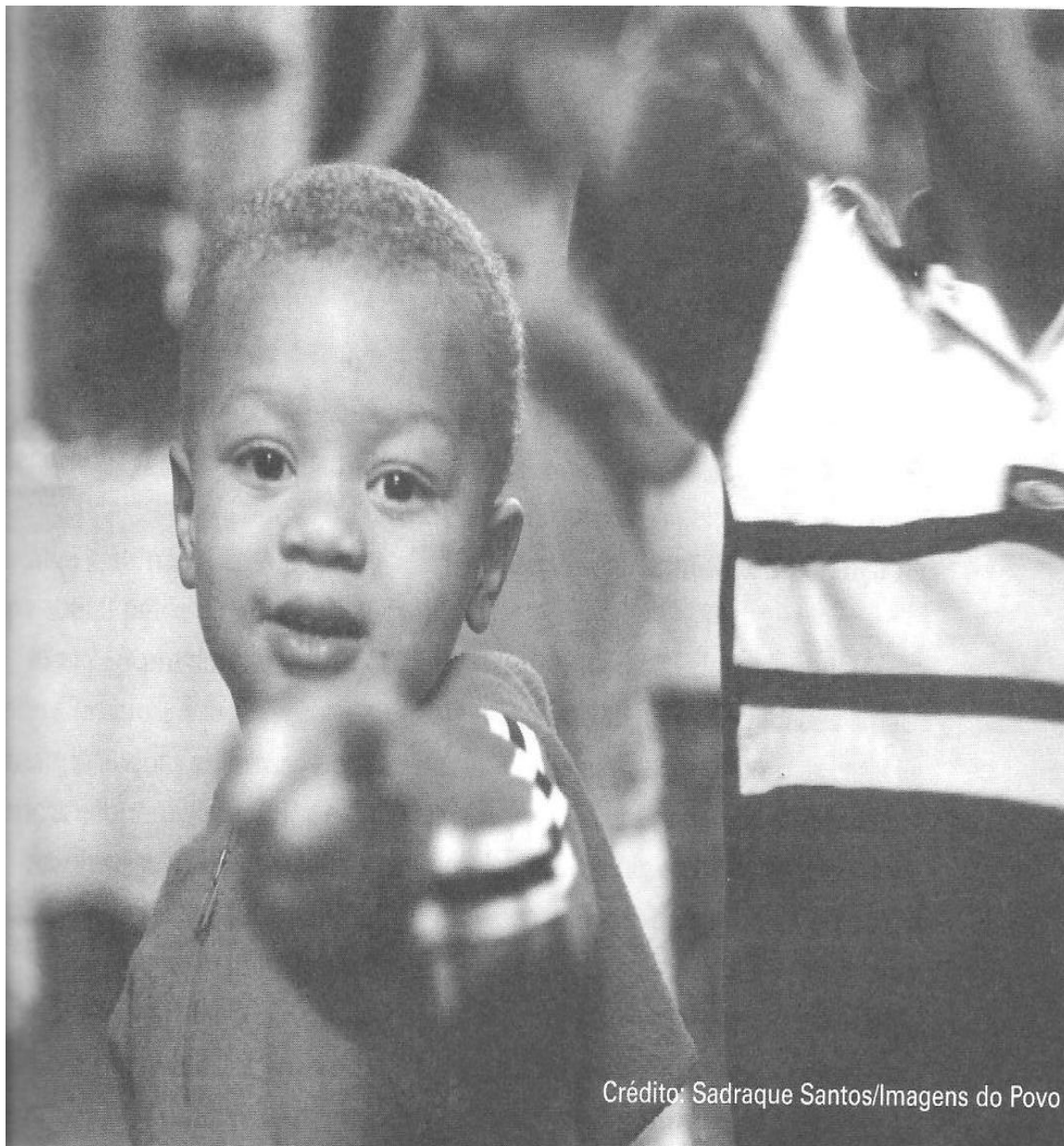


## ANEXO D



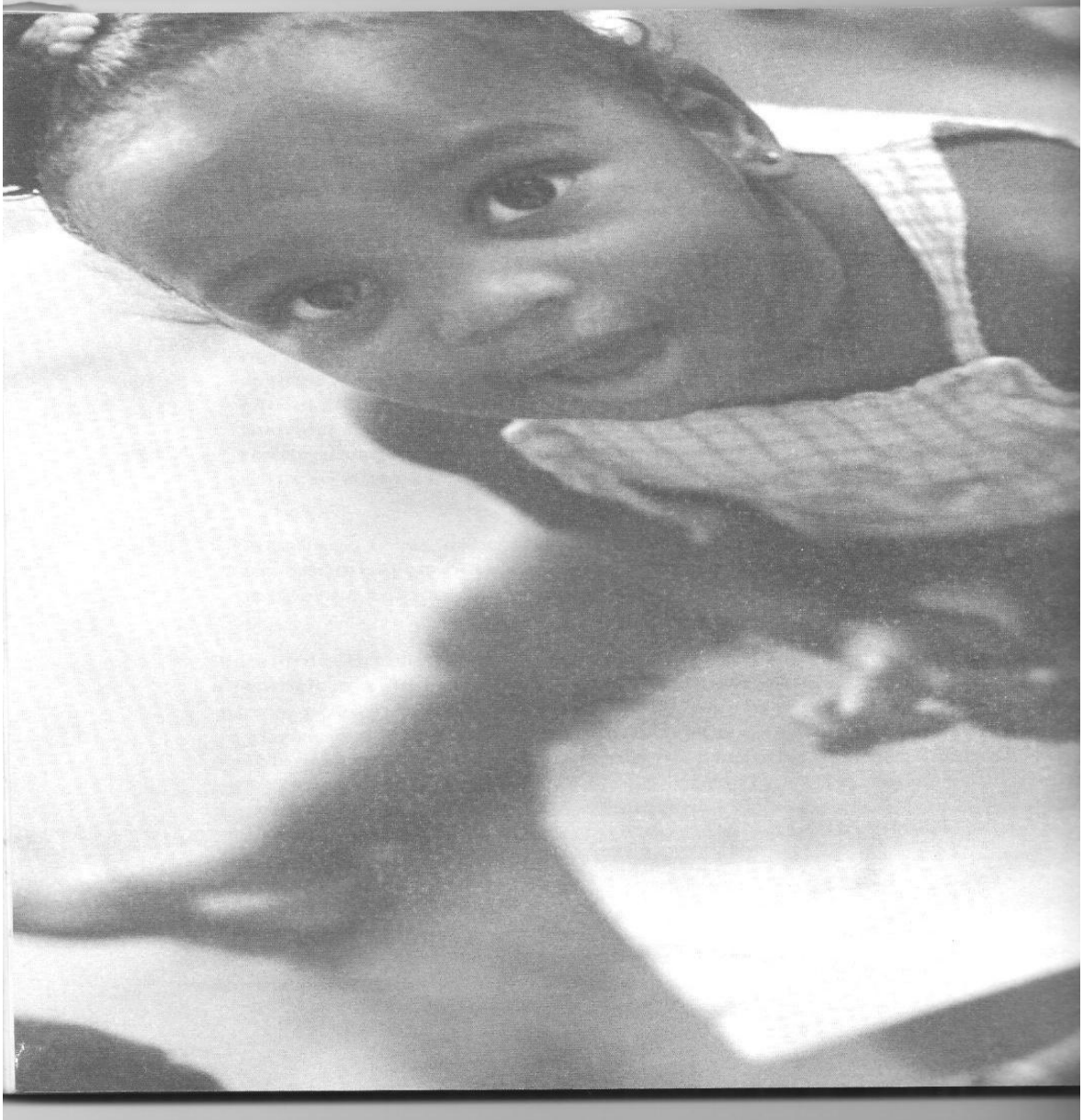
**Figura4.** Imagem que precede o capítulo 3 do livro.

## ANEXO E



**Figura5.** Imagem que precede o capítulo 4 do livro.

## ANEXO F



**Figura6.** Imagem que precede o capítulo 5 do livro.

# ANEXO G

Matriz de Análise da Violência no Ciclo de Vida da Criança e do Adolescente		Educação para Inclusão	
Desenvolvimento Infantil		7 aos 11 anos	
0 a 6 anos			
CICLO DE VIDA	Tipos de violência	Mortalidade infantil	Mortalidade de 5 anos (33 mil nascimentos)
		Acidentes e violência corporal	Negligência, viol. psicológica, sexual, castigos e punição corporal
Fase adulta	Mortalidade (dólar)	Alta 1 ano	Alta 12 anos
		Alta 4-6 anos	Alta 18 anos
Grupos sociais	Mortalidade (dólar)	Alta 1 ano	Alta 12 anos
		Alta 4-6 anos	Alta 18 anos
Ambientes/Lugares	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos
		Alta 4-6 anos	Alta 18 anos
Rede geográfica e regional	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos
		Alta 4-6 anos	Alta 18 anos
Altera da rede de reprodução	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos
		Alta 4-6 anos	Alta 18 anos
Altera da rede de proteção	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos
		Alta 4-6 anos	Alta 18 anos

Vida da Criança e do Adolescente		Cidadania Dos Adolescentes	
12 aos 14 anos		15 aos 18 anos	
Educação para Inclusão	7 aos 11 anos	Desenvolvimento Infantil	Cidadania Dos Adolescentes
Fase adulta	Mortalidade (dólar)	Alta 1 ano	Alta 12 anos
Grupos sociais	Mortalidade (dólar)	Alta 1 ano	Alta 12 anos
Ambientes/Lugares	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos
Rede geográfica e regional	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos
Altera da rede de reprodução	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos
Altera da rede de proteção	Grupos sociais	Alta 1 ano	Alta 12 anos

Figura 7. Imagem referente a primeira página da Matriz de Análise da Violência no Ciclo de Vida da Criança e do Adolescente.

# Vida da Criança e do Adolescente

# Matriz de Análise da Violência no Ciclo de Vida da Criança e do Adolescente

Programa	Programa 1				Programa 2				Programa 3							
	0 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 14 anos	15 a 18 anos	0 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 14 anos	15 a 18 anos	0 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 14 anos	15 a 18 anos				
<b>CICLO DE VIDA</b>	0 a 6 anos				7 a 11 anos				12 a 14 anos							
<b>Tipos de violência</b>	Mortalidade infantil	Registro civil	Mortes até 5 anos (28 mil mortes/ano)	Abuso sexual	Negligência, viol. psicológica, sexual castigos e punição corporal	Abuso sexual	Negligência, viol. psicológica, sexual castigos e punição corporal	Morte no trânsito	Exp. sexual	Plano de drogas	TID	Tráfico de drogas	Livros	Suicídios	Homicídios	
<b>Fases da vida</b>	Até 7 ano	7-9 anos	10-14 anos	Até 12 anos	15-19 anos	12-14 anos	15-18 anos	12-14 anos	12-14 anos	12-14 anos	12-14 anos	12-14 anos	12-14 anos	15-18 anos	15-18 anos	
<b>Origem</b>	Non-hierozonal	Non-hierozonal	Non-hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Non-hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	Hierozonal	
<b>Condições de vida</b>	Dificuldade de acesso a serviços de saúde, dificuldade de acesso a serviços de saúde, dificuldade de acesso a serviços de saúde	Dificuldade de acesso a serviços de saúde, dificuldade de acesso a serviços de saúde, dificuldade de acesso a serviços de saúde	Dificuldade de acesso a serviços de saúde, dificuldade de acesso a serviços de saúde, dificuldade de acesso a serviços de saúde	Sucesso, subvertimento	Condição econômica, condições econômicas, condições econômicas	Sucesso, subvertimento	Condição econômica, condições econômicas, condições econômicas	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica	Violência doméstica, violência doméstica, violência doméstica
<b>Outros indicadores</b>	Morte	Acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	Morte, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde, acesso aos serviços de saúde	
<b>Dados sociais</b>	Perfil populacional pouco preocupado com a violência, perfil populacional pouco preocupado com a violência, perfil populacional pouco preocupado com a violência	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	Reprodução de práticas e dinâmicas de socialização violenta	
<b>Atividades aprendidas</b>	Concepção que morar em um lugar isolado é melhor, concepção que morar em um lugar isolado é melhor, concepção que morar em um lugar isolado é melhor	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	Resistência dos cidadãos em emitir denúncias	
<b>Ações de prevenção e prevenção</b>	Melhoria do acesso aos serviços de saúde e saneamento, melhoria do acesso aos serviços de saúde e saneamento, melhoria do acesso aos serviços de saúde e saneamento	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	Medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização, medidas legais, campanhas de conscientização	
<b>Recursos de proteção disponíveis</b>	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	Legislação	

Figura 8. Imagem referente à segunda página da Matriz de Análise da Violência no Ciclo de Vida da Criança e do Adolescente.

# ANEXO H